PROPOSTA

Revista trimestral de debate da FASE • Ano 26 • Dezenbro/Fevereiro de 1997/98 • Nº 75 • Preço: R\$ 6,00

Wanderley Guilherme dos Santos

A Participação do Ator Sindical na Política Brasileira

Pedro Cunca Bocayuva

Desenvolvimento Sustentável e Estratégia Solidária

Entrevistas

Sandra Mayrink Veiga Jairo Carneiro

Arturo Jordán

Tânia Zapata
Metodologia de
Capacitação em Apoio
ao Desenvolvimento

Econômico Local

Caio M. Silveira Carlos Amaral Ricardo Mello Crédito Popular – Iniciativas em

Andamento No Brasil



ECONOMIA SOLIDÁRIA

GFASE

CONSELHO DELIBERATIVO PRESIDENTE

Ana Clara Torres Ribeiro

VICE-PRESIDENTE Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª SECRETÁRIA Leilah Landim Assumpção

> 2ª SECRETÁRIA Márcia Pereira Leite

3° SECRETÁRIO Revdo. Paulo Pena Schutz

SUPLENTES

Décio Lima de Castro Fernanda Carísio Luis Carlos Delorne Prado Maria Lucia Karan Paulo Totti

CONSELHO FISCAL

Jorge Vicente Muñoz Carlos Bernardo Vainer Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

SUPLENTES

Ricardo de Gouvêa Corrêa José Moreira Bartholo

ASSOCIADOS EFETIVOS

José Sérgio Lopes • Silvio Caccia Bava • Braulio Rodrigues da Silva • Sérgio Goes de Paula • Rosiska Darcy de Oliveira • Cândido Grzybowski • Herbert de Souza • Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho • Lysâneas Maciel • Otília Silva Leite • Luís Eduardo Soares • Ênio Candotti • Uri Gomes Machado • Alexandre Sgrezia • Lizt Vieira • Antonio Abreu • Carlos Nelson Coutinho • Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório • Renato Sérgio Maluf • Ricardo Peret • Pe. Adelar Pedro de David • Lícia Valadares • Wanda Engel Aduan • Peter Collins

Cona DIRETOR EXECUTIVO Jorge Eduardo Saavedra Durão

DIRETOR DA ÁREA TRABALHO E RENDA

Pedro Claudio Cunca Bocayuva Cunha

DIRETORA DA ÁREA MEIO **AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** Maria Emilia Lisboa Pacheco

DIRETOR DA ÁREA POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

Orlando Alves dos Santos Junior

FASE - educando para a cidadania e o desenvolvimento

Fundada em 1961, a FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio à atividade de organização de base e aos processos de construção da democracia e da

cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não-governamental de educação e de desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 8 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e

internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 35 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos das últimas três décadas. Presenca esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional, a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos

organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos e autras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisas, e da publicação de cartilhas, livros e da Revista PROPOSTA, e da promoção de ações coletivas, tais como campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos e partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agências internacionais de

solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

MISSÃO

 Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justica social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.

· Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

Objetivos no próximo trienal:

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.
- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.
- · Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assalariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.
- · Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população.

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras, três temas com a preocupação permanente de enfocar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

Mele Ambie Desenvolvimento Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento.

Trabalho e Renda Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.

Cidadania, Públicas e Questão Urbana Participação popular na definição das políticas públicas.

PROPOSTA

ECONOMIA SOLIDÁRIA II

A Vanguarda do Atraso: Os Riscos da Precarização do Trabalho no Brasil Marcelo Paixão/Marcelo Figueiredo

> A Participação do Ator Sindical na Política Brasileira Wanderley Guilherme dos Santos

Desenvolvimento Sustentável e Estratégia Solidária Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária Orlando Nuñez

> Entrevistas Sandra Mayrink Veiga Jairo Carneiro

Metodologia de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Economico Local Arturo Jordán/Tánia Zapata

> Crédito Popular - Iniciativas em Andamento no Brasil Caio Márcio Silveira/Carlos Amaral/Ricardo Mello

O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade Luis Razeto M.



ECONOMIA SOLIDÁRIA II

	Editorial	5
	A Vanguarda do Atraso: Os Riscos da Precarização do Trabalho no Brasil	
	Marcelo Paixão/Marcelo Figueiredo	6
01	A Participação do Ator Sindical na Política Brasileira	
	Wanderley Guilherme dos Santos	24
	Desenvolvimento Sustentável e	
	Estratégia Solidária Pedro Cláudio Cunca Bocayuva	32
	Os Caminhos da Revolução e a	
	Economia Solidária Orlando Nuñez	48
		10
	Entrevistas	5 0
	Sandra Mayrink Veiga	59
	Jairo Carneiro	67
	Metodologia de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local	
	Arturo Jordán/Tánia Zapata	74
	Crédito Popular - Iniciativas em	
	Andamento no Brasil	
	Caio Márcio Silveira/Carlos Amaral/	
	Ricardo Mello	84
	O Papel Central do Trabalho e a	
	Economia de Solidariedade	,
	Luis Razeto M.	91

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 286-1441 Fax: (021) 286-1209 Telex: 2134201 foas BR E-mail:fase@ax.apc.org

FASE-ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330 Caixa Postal 25 68440-000 - Abaetetuba - PA Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE - BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal 66055-080 - Belém - PA Tel.: (091) 242-0318 Fax: (091) 241-5310

FASE - CÁCERES

Rua 06 Quadra 03, Casa 18 Monte Verde 78200-000 - Cáceres - MT Caixa Postal 10 Tel.: (082) 223-4615

FASE - CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992 68700-050 - Capanema - PA Tel./Fax: (091) 821-1716

FASE - ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93 - Califórnia 45600-000 - Itabuna - BA Tel./Fax: (073) 211-4498

FASE - MACEIÓ

Rua do Comércio, 41/Sala 105 Edificio Santa Terezinha - Centro 57020-000 - Maceió - AL Tel.: (082) 221-0667

FASE - MARABÁ

Folha 27 - Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá 68509-160 - Marabá - PA Caixa Postal 73 CEP 68508-970 Tel.: (091) 322-1591 Fax: (091) 322-1558

FASE - RECIFE

Rua Viscondessa do Livramento, 168 - Derbi 52010-060 - Recife - PE Tel./Fax: (081) 423-3826

FASE - RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro 20030-020 - Rio de Janeiro - RJ Tel.: (021) 220-7198 Fax: (021) 262-2565

FASE - SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651 - Casa 6 - Vila Clementino 04040-032 - São Paulo - SP Tel.: (011) 549-3888 Fax: (011) 549-1307

FASE - VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2° pv. 29015-530 - Vitória - ES Tel/Fax: (027) 223-7436

Belém Capanema Abaetetuba Marabá -Palmares Recife TO Maceió BA MT Caceres Itabuna 00 Vitoria MS Rio de Janeiro São Paulo

GFASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ

PROPOSTA

N° 75 - dezembro/fevereiro de 1997/98 Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía Ana Clara Torres Ribeiro Angela de Carvalho Borba Clarice Melamed Grazia de Grazia Haroldo Baptista de Abreu Jean-Pierre Leroy João Ricardo Dornelles Jorge Eduardo Saavedra Durão Leandro Valarelli Luis César de Queiroz Ribeiro Marcelo Paixão Márcia Leite Maria Emília Lisboa Pacheco Orlando dos Santos Júnior Paulo Gonzaga Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Ricardo Salles Ricardo Tavares Rosemary Gomes Sandra Mayrink Veiga Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável Luis Antonio Correa de Carvalho

Subeditor

Ricardo Salles

Organização nº 75 Marcos Arruda Cunca Bocayuva Sandra Mayrink Veiga

Assistente de Publicações Silvia Helena Matos Brandão

Foto de Capa

Carlos Carvalho/Imagens da Terra (uma faixa da foto foi alterada com a frase "Por uma Economia Solidária")

Fotos

R.J Ripper/Gianne Carvalho/Carlos Carvalho/Imagens da Terra

> Ilustrações Marta Strauch

Capa Editoração/Diagramação Pedro Veiga

> Projeto Gráfico Amauri Queiroz

Informações e Vendas Redação

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo 222270-070 - Rio de Janeiro - RJ Telefone: (021) 286-1441 Fax: (021) 286-1209

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

PROPOSTA 75, a partir de uma parceria FASE e PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul, volta a tratar da temática de emprego e renda, discutindo a idéia de uma plataforma de economia popular e solidária. Mais do que um rótulo, esta idéia visa indicar as potencialidades presentes nas iniciativas populares em termos de cooperativismo e de associativismo. Há indicações que estas iniciativas, mais que atos defensivos, possam estar gerando, através das novas formas de produção e de trabalho, um campo que transcende o aspecto meramente produtivo e configura, ou contribui para configurar uma nova alternativa social do campo popular e democrático

O consenso neoliberal – que só existiu como bombardeio ideológico visando soterrar qualquer pensamento crítico – já não parece tão confiante e triunfante: há nuvens sombrias de recessão no horizonte e ataques especulativos tornaram-se de uma rotina inquietante no panomorama financeiro internacional. Desemprego, precarização do trabalho, deteriorioração das condições sociais e aumento das desigualdades entre ricos e pobres parecem, ao fim e ao cabo, como os resultados mais palpáveis de pouco mais de uma década e meia de predomínio de pensamento único.

No Brasil, o fantasma da volta da inflação convence cada vez menos como razão para a aplicação do receituário neoliberal. Os juros estão na estratosfera; vendem-se empresas públicas sem qualquer contrapartida de grandes investimentos privados, ao contrário, é o dinheiro público que financia a privatização; os bancos são socorridos com bilhões de dólares; programas sociais não decolam, são abandonados ou deixados à mingua; educação, ciência e tecnologia são só discurso; a saúde pública é terminal. E o governo, que conseguiu com tenacidade o casuísmo da reeleição, em nada tornou nossa moeda mais forte. Permanecemos pendurados no fio cada vez mais tênue do cambio artificialmente sobrevalorizado.

Não há moeda forte sem economia forte, sem produção forte, sem consumo significativo, sem circulação ampla de riquezas. Não há economia forte com taxas de desigualdade econômica e miséria social praticamente inigualadas no mundo.

Há sim, ganho fácil, especulação, corrupção e negociatas. É este o outro lado do consenso neoliberal que, exposto na mídia como escândalo é na verdade continuidade histórica, modo de dominação e de exploração.

Mas há uma outra história. A história do dissenso social que começa a mostrar a capacidade dos trabalhadores de reação e de busca de alternativas para a atual crise.

No plano político trata-se de inúmeras iniciativas conduzidas por governos democráticos locais com o apoio do movimento social e da sociedade civil organizada em direção a projetos que ampliam a participação popular na decisão sobre o uso de verbas públicas. No plano social, são programas de saúde e educação que trazem benefícios diretos e imediatos às populações carentes e, em alguns casos revertem indicadores de desenvolvimento humano até então catastróficos.

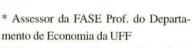
No plano econômico ONGs, governos, associações e movimentos sociais incentivam formas organizativas de defesa do trabalho e da renda dos que são mais duramente atingidos pela reestruturação econômica e pelas políticas neoliberais. Desenvolvem-se cooperativas, associações, microempreendimentos, que ganham cada vez maior espaço e relevância econômicos.

Este número de *Proposta* traz duas características especiais: a quantidade de páginas bem mais elevada que nossa média e o fato de que contamos com dois articulistas internacionais, Luis Razeto e Orlando Nuñez. Sinal que nosso grupo de colaboradores não só aumenta como se internacionaliza. Esperamos que nossos leitores apreciem este presente de Natal e que 1998 seja para todos nós um ano de NOVAS PROPOSTAS!!



A VANGUARDA DO ATRASO: OS RISCOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Marcelo Paixão* Marcelo Figueiredo**



^{**} Doutorando do Grupo de Engenharia do Trabalho e Engenharia (GENTE) do PEP/COPPE/UFRJ



1- INTRODUÇÃO

Desde a virada dos anos 70/ 80, até os dias atuais, a sociedade civil global vem sendo constantemente presenteada e/ ou bombardeada com renovados termos sobre as mudanças das relações de trabalho e dos processos produtivos. A crise do antigo paradigma fordista trouxe consigo a necessidade imperiosa de uma profunda revisão dos antigos formatos assumidos pela produção, e tal como no livro de Marshall Bermann-Tudo Que É Sólido Desmancha no Ar- o que há pouco tempo era uma grande novidade, torna-se antigo logo em seguida. Senão vejamos. A grosso modo, no começo dos anos 80 os termos da "moda" eram a robótica, automação microeletrônica, máquinas flexíveis e algumas inovações organizacionais tipo CCQ. No final dos anos 80, mais influenciados pela difusão e expansão do modelo japonês foram introduzidos novos jargões mais ligados ao aspecto da participação ou envolvimento dos trabalhadores dentro de programas de qualidade total. Nos anos 90 os termos ligados às inovações gerenciais foram ainda mais sedutores e passageiros: terceirização, reengenharia, ISO, downsizing, ABC, global sourcing, modelo Lopez...

Naturalmente temos que ver os novos jargões com as suas devidas ressalvas. Há muitos termos que de fato foram apenas passageiros, e cujas reais funções exerceram-se no sentido de engordar os cofres das empresas de consultoria que muito lucraram com seus projetos onerosos. Outros jargões

expressaram reais impactos que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, e que continuam se fazendo valer. Contudo, o que mais chama a atenção nesta sopa de letrinhas dos modernos conceitos gerenciais, sejam eles fictícios, sejam os mesmos reais, é o encanto que suscitam. Quando nos falam de microeletrônica ou qualidade total, por exemplo, somos como que induzidos a pensar em um mundo diferente com suas fábricas clean, informação em tempo real, trabalhadores altamente qualificados e educados, e uma produção livre dos desperdícios e da poeira típica de qualquer chão de fábrica. Ocorre que ao sairmos do mundo dos sonhos cibernéticos e acordamos para a realidade que nos cerca, vemos um cenário menos róseo: desemprego, emprego precário, violência, perda de valores etc. Ou seja, o caminho oposto da modernidade, da solidariedade e do aprofundamento da democracia. Logo, há um profundo paradoxo entre o que se propagandeia e o que realmente se propaga no mundo atual em termos do futuro das relações de trabalho.

Na França, onde a taxa de desemprego chegou recentemente a 12,5%, o presidente J. Chirac declarou publicamente que o mundo estaria condenado a optar entre o desemprego e a precarização. Naturalmente, estes termos não tem o mesmo charme dos outros jargões anunciados pouco acima, mas parecem ser, dadas as tendências atuais, a fortuna que aguarda a ampla maioria da população que vive da venda de sua força de trabalho. Decerto que as novas tecnologias e formas de gestão tem uma grande parcela de responsabilidade pelo que ocorre atualmente no mundo do trabalho. Mas estaríamos simplificando o drama reduzindo a questão somente a esta variável. A financeirização das economias capitalistas, a abertura dos mercados, o minimalismo das políticas sociais de Estado, as privatizações, a concentração de renda também exercem um papel nefasto para os trabalhadores de todos os países. O atual colapso do socialismo real, do welfare state e das utopias iguatitárias também jogam um peso importante na medida em que afastam a ameaça do perigo vermelho e ampliam a autoconfiança do patronato. De todo modo, não existe um único fator determinando a vigência das atuais tendências ao desemprego e à precarização do trabalho em todo mundo. Resumindo, podemos dizer em termos gerais que as mudanças vividas pelo mundo do trabalho estão associadas ao próprio esgotamento do longo ciclo de desenvolvimento capitalista e de correlação de forças iniciado no pós-guerra e que hoje, motivado por diversos fatores, passa por uma profunda alteração.1

De fato, analisando alguns dados sobre o mundo do trabalho (por exemplo, taxas de desemprego, nível de precarização, previdência sociale

¹ Não aprofundaremos este debate no presente artigo porque ele foi tema de outro trabalho que os autores já desenvolveram. A este respeito ver Paixão, M. e Figueiredo, M.- Trabalho e Século XXI: you say goodbye, I say hello. Revista Proposta, nº 70, set/nov 1996

nível de sindicalização) em países do primeiro mundo, em um período relativamente recente, podemos perceber os efeitos da combinação de algumas destas variáveis apontadas acima.

O economista Jorge Mattoso, ancorando-se em dados da OCDE, aponta que entre 1979 e 1989 a taxa de desemprego subiu de 5,7% para 9% nos países da CEE e de 5,1% para 6,2% entre as nações da OCDE. No mesmo período, em alguns países como a Itália e a França esta taxa subiu de 7,6% para 10,3% e de 5,9% para 9,4% respectivamente. Segundo a mesma fonte, a taxa de desemprego entre pessoas de mais de 45 anos, com mais dificuldade de se adaptarem ao novo quadro, chegava a 47% na Alemanha, 30% nos EUA e 43% na Itália, somente para mencionarmos alguns países indicados pelo autor.² Do mesmo modo, a precarização do emprego, relativamente comprovada pelas taxas de trabalhadores trabalhando em tempo parcial e temporário frente ao emprego total, também apresentou tendências de elevação no



período 1979 e 1990 em diversos países. De acordo com dados da OCDE (1991), nos EUA e na Itália houve um pequeno aumento do trabalho em tempo parcial (de 16,4% para 16,9% e 5,3% para 5,7% respectivamente no período). Em outras nações como o Japão (de 15,4% para 17,6%), Alemanha (de 11,4% para 13,2%), França (de 8,2% para 12%), Canadá (de 12,5% para 15,4%) e no Reino Unido (de 16,4% para 21,8%) a tendência à ampliação do emprego precário pôde ser percebida com maior nitidez. Utilizando esta mesma fonte

verificamos igual tendência à ampliação do emprego temporário no mesmo período. Em alguns países, como a Alemanha, a Itália e o Reino Unido a taxa de trabalhadores temporários frente ao emprego total subiu pouco chegando mesmo a declinar timidamente (de 10% para 11%, de 6,6% para 6,3% e 5,5% para 5,4% respectivamente). Mas em outras nações igualmente relevantes no cenário mundial estas taxas se ampliaram sensivelmente: na França subiu de 3,3% para 8,5%, e na Espanha pulou de 15,6% para 26,6%.

Evidentemente a ampliação do desemprego e do emprego precário trazem consigo uma ampliação da vulnerabilidade dos trabalhadores nesta situação. Durante os trinta anos de ouro do capitalismo, período de ininterrupto crescimento econômico compreendido entre 1950 e 1980, houve a universalização



2 Mattoso, J.- O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: Oliveira, Mattoso, Siqueira Neto et al-Mundo do Trabalho: crise e mudança no final de século. São Paulo, Mtb, Cesit, Scritta 1994. (p.p. 521-562). do sistema de seguridade social nos países do primeiro mundo. No novo tempo, verificamos diversas tentativas de redução

destes sistemas de garantia. A França em 1995 e a Itália em um período recente foram alguns dos países em que ocorreram memoráveis movimentos contrários ao enxugamento dos direitos sociais propostos pelos seus respectivos governos. Menos sorte tiveram os trabalhadores norte-americanos. De acordo com Mattoso, em 1980, 50% dos desempregados nos EUA recebiam o seguro-desemprego. Em 1989, este percentual ficou em apenas 33%.3

As taxas de sindicalização entre países do primeiro mundo caminharam em sentido contrário às tendências de ampliação do emprego parcial e temporário. Dados da OCDE (1991), apontam que em 1980 a taxa de sindicalização dos trabalhadores na Europa atingia 44% do total de empregados. Em 1988 já havia declinado para 38%. No mesmo período a taxa de sindicalização dos trabalhadores norte-americanos caiu de 26% para 18% e nos Sete Grandes esta taxa reduziu-se de 32% para 25%. Na verdade, por si só, o contexto de desemprego e precarização do trabalho já seria bastante desfavorável aos trabalhadores. Mas, como dissemos, ele é agravado pela crise das ideologias de esquerda.

A concepção socialista de mundo, seja qual fosse a sua matiz, sempre povoou a mente e os corações de gerações in-

QUANDO NOS FALAM DE MICROELETRÔNICA OU **QUALIDADE TOTAL**, **SOMOS** COMO QUE INDUZIDOS A PENSAR EM UM **MUNDO** DIFERENTE COM SUAS FÁBRICAS CLEAN, TRABALHADORES ALTAMENTE QUALIFICADOS E EDUCADOS, E UMA PRODUÇÃO LIVRE DOS DESPERDÍCIOS E DA POEIRA TÍPICA DE QUALQUER CHÃO DE **FÁBRICA**

teiras desde o nascimento do capitalismo, impelindo-o, no mínimo, a reformas sociais. Hoje, estas ideologias encontram-se em um período de impasses afetando não somente o número dos sindicalizados, mas também a votação dos Partidos de esquerda ou acarretando profundas revisões, principalmente ideológicas, de seus programas.

Em resumo, o discurso da nova ordem é sedutor. Um mundo flexível, integrado, democrático e (pós)moderno. A realidade dos novos tempos, sobretudo para os que não estão preparados e/ou convidados para o que esta tem a oferecer, é um pouco menos agradável pois aponta para o desemprego e precarização das condições e relações de trabalho sob diversas

formas: menor segurança e maior insalubridade nos locais de trabalho, extensão das jornadas de trabalho, perdas salariais e de

benefícios sociais, redução de efetivos acompanhada de intensificação do trabalho, aumento da parcela de emprego temporário e a tempo parcial etc. Estes parecem ser os custos sociais da nova ordem, juntamente com a debilitação da capacidade de mobilização e reivindicação dos trabalhadores e o enfraquecimento da própria democracia. No limite, a exclusão e a irrelevância econômica, esta última recebendo um caráter especialmente dramático dado que significa uma tendência à dispensabilidade da

força de trabalho. E olhem que estamos falando do capitalismo desenvolvido, que acumulou décadas de ampliação de direitos, conquistas e garantias. Qual deverá ser o preço que os trabalhadores brasileiros, que jamais gozaram de tal situação, terão de pagar dentro da nova ordem mundial?

2- BRASIL: O TRABALHO SEMPRE PRECÁRIO

Nosso Presidente FHC, em momento de rara inspiração, disse no início de seu governo que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país injusto. Fora a incoerência desta sua frase com

³ Mattoso, op. cit.

o conjunto de políticas adotadas por seu governo, concordamos com a afirmação. De fato, há muita desigualdade em nosso país. E se há um setor da população que pode ser considerado especialmente injusticado este é o conjunto da classe trabalhadora brasileira. A classe trabalhadora brasileira, não obstante ter sido responsável por transformar uma nação que até pouco tempo era uma enorme fazenda em um país com um PIB superior a US \$ 600 bilhões, nunca desfrutou das maravilhas do desenvolvimento que afinal de contas construiu.

Os efeitos do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime autoritário há 30 anos atrás se refletem no atual padrão de concentração de riquezas no Brasil. Segundo o Banco Mundial, os 60% da população mais pobre do país, detêm somente 15,1% da renda nacional, sendo que os 20% da população mais pobre detêm somente 2% da renda. Já os 10% mais ricos da sociedade brasileira concentram em suas mãos 46,8% da renda gerada, sendo que os 1% dos mais ricos possuem 17% deste total. Os dados levantados pelo IPEA nos anos 90, dando conta da existência de 32 milhões de indigentes no Brasil, não obstante uma virtual e pouco significante redução deste contingente devido ao Plano Real, também retratam a injustiça do modelo imposto pelo regime autoritário e que se prolonga, apesar de todas as nuances, desde então.4

O modelo autoritário dos militares garantiu às empresas que operavam no mercado interno uma série de concessões, subsídios, além da

proteção deste mercado interno da concorrência de produtos estrangeiros. Por outra via, a ditadura aprofundou sob um ângulo ainda mais autoritário o modelo estadonovista de regulação das relações de trabalho. Deste modo, o Brasil cresceu nos anos 70 sob a égide do binômio, mercado interno protegido & legislação trabalhista coercitiva. Alain Lipietz classificou este modelo de taylorismo primitivo. Já o engenheiro Afonso Fleury, estudando diversas plantas do setor metal-mecânico de São Paulo nos anos 70 classificou este sistema de rotinização do trabalho.

A rotinização, segundo Fleury, caracterizava-se por quatro fatores: a) o impedimento da qualificação e aperfeiçoamento da mão-de-obra; b) a não permissão de contatos e de agrupamentos entre os operários, evitando sua possível organização; c) a manutenção de baixos salários individuais aos operários e; d) a indução à rotatividade da mão-de-obra.5 Deste modo, para Fleury, a lucratividade do capital naquele momento não passava pela garantia da qualidade do produto ou por grandes aumentos de produtividade. As margens satisfatórias de lucro provinham de um mercado protegido da concorrência estrangeira e em expansão, combinados com coletivos de operários desorganizados, reprimidos politicamente e dispostos a trabalharem duro, mesmo recebendo salários pouco compensadores.

Nos anos 80 uma série de condicionantes dos processos de trabalho em todo o país foram alterados. Para resumir podemos apontar a crise econômica aguda e prolongada, de caráter estrutural, e a reorganização política da classe trabalhadora brasileira. Nos anos 90, a hegemonia das políticas de cunho neoliberal permitiu a abertura do mercado interno e colocou o Brasil na rota da globalização dos mercados. As empresas operantes no Brasil, para enfrentarem o novo cenário, alteraram o seu perfil produtivo lançando mão de diversas inovações tecnológicas, de organização e de gestão.

Uma das consequências de todos estes movimentos foi o crescimento do nível de desemprego em todo o país. As estatísticas do IBGE sobre desemprego não captam este processo devido ao método específico de cálculo deste órgão que apenas coleta dados sobre o desemprego aberto. As demais categorias adotadas pelo Dieese para o cálculo do índice de desemprego, que incluem além do desemprego aberto, também o desemprego oculto e pelo desalento, ficam de fora das estatísticas oficiais. Por isso, historicamente, a taxa de desemprego no Brasil dificilmente ultrapassa os 6%. Mas isto não nos impede de apontar alguns exemplos setoriais. Segundo a Anfavea, em 1980 o setor automotivo brasileiro empregava 133.683 trabalha-

⁴ A este respeito ver Jornal Gazeta Mercantil, 28/4/94 e o artigo de Melamed, C.- Anotações Sobre o Mapa da Fome. Revista Proposta nº 22, dez 1994.

⁵ Fleury, A.- Organização do Trabalho na Indústria: Recolocando a Questão nos Anos 80. Este texto é integrante da coletânea organizada por Fisher e Fleury-Processos e Relações de Trabalho no Brasil. São Paulo, Ed. Atlas, 1987.

dores. Em média, naquele ano, cada empregado manufaturava 8,7 unidades por ano. Em 1993 o emprego no setor automobilístico havia caído para 106.000 em todo o país sendo que cada operário fazia em média 13,1 veículos por ano.6 Os trabalhadores do setor financeiro também sentiram os efeitos da informatização e da reestruturação. Damos como exemplo o Bradesco, maior banco privado do Brasil. Em 1986 esta empresa operava com 146 mil funcionários em todo o país. Em 1995, tendo 10 vezes mais correntistas que em 1986, o número de funcionários da mesma instituição atingia somente 65 mil empregados.7 Por outro lado, é sempre bom lembrar que no Brasil atual nem sempre inovação tecnológica, e seus efeitos correlatos como o desemprego estrutural, são sinônimos de automação e informática. Pelo contrário, os processos podem se remeter à 2ª Revolução Industrial, limitando-se à mecanização rígida da produção em substituição ao trabalho manual. É o caso da difusão recente da mecanização



do corte de cana-de-açúcar, principalmente na região de Ribeirão Preto, em São Paulo. O fato de ser uma inovação de menor apeal, não modifica o seu caráter perverso. Cálculos do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, projetam que com a manutenção do atual ritmo de mecanização da colheita, no ano 2000, o nível de desemprego na agroindústria sucroalcooleira de Ribeirão Preto será da ordem de 55%.8

Além do crescimento do desemprego, os atuais processos também trazem o aprofundamento da precarização do trabalho. Neste caso falamos em aprofundamento, pois entendemos que este fenômeno sempre esteve presente no cenário produtivo brasileiro. Ou seja, historicamente tanto o mercado como as relações de trabalho no Brasil foram marcados por possuírem débeis sistemas de garantias sociais, em que pese toda regulação estatal via CLT. Vamos ver alguns exemplos de como isto ocorre e seus efeitos.

Podemos começar falando sobre a falta de garantias no emprego pelo aspecto básico da proteção legal. Historicamente um grande contingente da classe trabalhadora brasileira nunca teve acesso a carteira profissional. Este cenário torna-se mais



6 A este respeito ver Guimarães, I. - A Experiência das Câmaras Setoriais: democratizando a política econômica. In: Oliveira, Mattoso, Siqueira Neto et al- op cit 7 A este respeito ver Revista Ponto de Vista, nº 8, jan 1995.

8 Estes dados estão disponíveis no trabalho de Veiga Filho et al- Análise da Mecanização do Corte de Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo. Informações Econômicas IEA, vol. 24, nº 10, out 1994.

grave hoje quando, em meio a um contexto de aprofundamento da desregulação das relações de trabalho, pelo menos 65% dos trabalhadores brasileiros trabalham sem carteira de trabalho, isto é, sem qualquer tipo de amparo previdenciário, jurídico ou legal. Esta forma de exclusão do emprego também tem cor. Segundo o levantamento da PNAD de 1987, 47% dos negros e 51% dos mestiços não possuíam carteira de trabalho assinada.

FINANCEIRIZAÇÃO DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS, A ABERTURA DOS MERCADOS, O MINIMALISMO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE ESTADO, AS PRIVATIZAÇÕES, A CONCENTRAÇÃO DE RENDA TAMBÉM EXERCEM UM PAPEL **NEFASTO PARA** OS TRABALHADORES DE TODOS OS PAÍSES.

De acordo com os dados do Dieese, atualmente o salário mínimo brasileiro, na faixa de US\$ 120, é um dos menores do mundo, perdendo até para o salário mínimo paraguaio que está na faixa de US\$ 180. Segundo o economista André

Urani, o salário mínimo pago no Brasil, em 1994, equivalia somente a 25% do valor de compra de quando foi criado em 1940. O valor deste salário mínimo é quase 6 vezes menor do que a cesta básica calculada pelo mesmo Dieese que, em setembro de 1994, estava em torno de US \$ 700. Os salários no Brasil em 1987 se apropriavam de 30% da renda nacional. Na Alemanha este percentual chega a 69%, nos EUA a 75%, na Grécia a 50% e em Portugal a 53,7%.10

A jornada de trabalho no Brasil, de 44 horas semanais, por sua vez, é uma das mais elevadas do planeta. Vale lembrar que esta jornada foi reduzida pela Constituição de 1988 e que antes desta, a jornada média era de 48 horas semanais, fora as horas-extras também muito comuns no Brasil ainda hoje. Lembremos ainda que na maioria dos países industrializados a jornada média de trabalho fica no patamar das 40 horas com tendência a redução.

A rotatividade no trabalho em nosso país também é uma das mais altas do mundo. Segun-do o economista José Márcio Camargo, nos anos 80, 70% dos empregados estavam a menos de um ano no mesmo emprego. De acordo com o mesmo estudo, entre 1989 e 1993, de 33% a 40% dos postos de trabalho trocaram de ocupantes a cada ano. O trabalhador brasileiro. segundo o economista, fica em média 2,5 vezes desempregado ao longo de um ano, permanecendo desempregado, também em média, 1,6 meses.11

NA VERDADE, POR SI SÓ, O CONTEXTO DE DESEMPREGO E **PRECARIZAÇÃO** DO TRABALHO JÁ SERIA BASTANTE DESFAVORÁVEL AOS TRABALHADORES. MAS ELE É AGRAVADO PELA CRISE DAS **IDEOLOGIAS DE** ESQUERDA.

Outro aspecto bastante preocupante do modelo de uso da mão-de-obra no Brasil, diz respeito à formação profissional do trabalhador. A escolaridade média do trabalhador brasileiro hoje é de apenas 3,5 anos, ou seja, isto não é sequer a primeira fase do primeiro grau completa. Mesmo considerando somente as regiões metropolitanas, estes dados não são tão melhores. Uma pesquisa realizada em 1995 mostra que a instrução de 47.94% dos trabalhadores

⁹ Urani, A.- Políticas de Emprego e Combate à Pobreza no Brasil. Revista Proposta nº 22, dez 1994.

¹⁰ Estes dados foram coletados em um texto de Antonio Correia de Lacerda-Distribuição de Renda no Brasil dos Anos 80: Análise da Comparação Internacional. Este texto é integrante dos Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro, ABET, 1993.

¹¹ Camargo, J.- Menos Proteção e Mais Poder de Barganha: A Reforma da CLT. Rio de Janeiro, 1995. Mimeo.

nestes espaços vai no máximo até a sétima série. Nos EUA a média de instrução global dos trabalhadores é de 12 anos, no Japão é de 11 e na Coréia do Sul (um*New Industrialized Country-NIC*, assim como o Brasil), esta média é de 10 anos. ¹²

Tal perfil é condizente com um país que sempre colocou o baixo custo da mão-de-obra como um dos fatores de atração de investimentos. Tal postura, contudo, pode custar caro à nação e a todo o povo. Uma pesquisa feita pela ONU-FAO mostra que, hoje, somente 12% dos brasileiros se encontram em condições de produzir em uma sociedade tecnologicamente moderna. Isto quer dizer que 78% da população brasileira, formada por analfabetos (18%), analfabetos funcionais (20%), alfabetizados com 1° grau incompleto (35%) e os que têm até o 1° grau completo (15%), correm o sério risco da pura e simples marginalização social no futuro.13

Outro segmento no Brasil que teve sua participação bastante ampliada no mercado de trabalho foi o das mulheres. A pesquisadora Cristina Bruschini apresenta alguns dados sobre a participação da mulher no mercado de trabalho. Em 1990 haviam 23 milhões de trabalhadoras no Brasil, sendo que destas, 18 milhões se encontravam nas cidades. Isto equivalia a 35,5% da PEA brasileira. A ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho inclui todas as faixas etárias, sendo que em 1980, quase 20% das mulheres casadas já exerciam alguma atividade produtiva fora do lar. Todavia, a mesma

pesquisadora chama a atenção para os problemas decorrentes da não existência de estruturas mínimas de apoio à trabalhadora, o que leva ao abandono do emprego de muitas delas.

Em 1980, 38,8% das mulheres trabalhavam fora antes de ter um filho. Mas depois do primeiro nascimento esta taxa declinava para 29%. Outra questão própria do universo do trabalho feminino é a remuneração, menor que a dos homens mesmo exercendo igual função. Em 1980, um engenheiro recebia 17 salários mínimos. Já uma engenheira ganhava apenas 9 salários mínimos. No magistério paulista, no mesmo ano, 87% das mulheres recebiam 1,9 salários mínimos ao passo que seus colegas ganhavam 5,3 salários mínimos. Tamanha disparidade não pode ser explicada por um trabalho menos extenso. A maioria das trabalhadoras à época trabalhavam em período integral, ou seja, 40 ou 48 horas dependendo do ramo de atividade.14

Deste modo a mulher trabalhadora padece de problemas de acesso ao emprego, da dupla jornada de trabalho e dos salários menores. Por outro lado, sua carga de trabalho não é menor que a do homem. Fora estes dados estatísticos existem outros tantos indícios de que o trabalho feminino seja tão ou mais explorado que o trabalho masculino no Brasil: a marcação mais rígida das gerências (quem não se lembra do caso Duloren, no Rio de Janeiro, há alguns anos atrás?), presença em muitos trabalhos desgastantes mentalmente (as gerências costumam afirmar que a mulher tem mais paciência para trabalhos que exi-

jam maior atenção), o assédio sexual no trabalho e a dupla jornada. Certamente, quando a mulher ingressa em uma atividade produtiva, ela vive um processo de enriquecimento pessoal maior do que ficando restrita ao espaço do lar. Entretanto, a ocupação feminina dos postos profissionais não lhes confere melhor situação que o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Ou pior, paradoxalmente, não raras vezes a vida da mulher trabalhadora é bem mais difícil estando empregada, dado todos estes problemas que apontamos.

No campo da saúde ocupacional a posição ocupada pelo Brasil igualmente não é nada invejável. Entre 1986 e 1991, oficialmente ocorreram 5.560.425 acidentes de trabalho sendo que destes, 28.966 pessoas morreram. A indenização destes acidentes neste período causou um custo de US\$ de 35 bilhões à Previdência Social. 15 Em 1990 o Brasil era um absoluto campeão mundial de acidentes de trabalho com mais de 5 mil óbitos, quase o dobro dos números apresentados nos

¹² Fonte: Organização Internacional do Trabalho. Estes dados foram publicados no Jornal Folha de São Paulo, 29/10/95. 13 Esta pesquisa foi publicada no Jornal O Estado de São Paulo, 7/2/93.

¹⁴ Estes dados foram retirados em um texto de Cristina Bruschini- O Trabalho da Mulher no Brasil: Tendências Recentes. Este texto é integrante dos Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro, ABET, 1993.

¹⁵ Vale lembrar que o primeiro curso de Engenharia de Segurança do Trabalho foi criado somente a partir de 1976.

EUA, mesmo sabendo-se que no Brasil trabalha somente a metade da quantidade de operários que trabalha nos EUA.16 Também as condições de transporte de trabalhadores deixam a desejar na terra de Emerson Fittipaldi, Nelson Piquet e Airton Senna. Nossa antiga equipe da FASE de Ribeirão Preto coletou dados que indicavam entre 1975 e 1991 a ocorrência de 73 acidentes rodoviários em São Paulo, a maioria na região Nordeste deste Estado, resultando em 269 mortos e 1.103 feridos, ficando parte das vítimas incapacitadas para o trabalho devido a sua gravidade.17

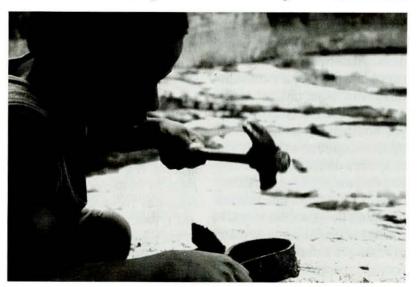
Também não podemos deixar de comentar a realidade do trabalho infantil no Brasil, que se espalha por diversos ramos produtivos. Segundo os cálculos do IBGE, 12% da população economicamente ativa (PEA) brasileira é composta por crianças e adolescentes, totalizando 7,5 milhões de menores de idade. Dos menores entre 10 e 14 anos que trabalham, 89,4% não tem carteira assinada. Na faixa entre 15 e 17 este percen-



tual chega a 65,4%. Dos jovens trabalhadores 5.2 milhões ganham até 1 salário mínimo sendo que destes, 1,5 milhão ganha até 1/4 do salário mínimo. Apesar da baixa remuneração, 30% das famílias brasileiras contam com este ganho (que em média alcança 30% do orçamento familiar) para sobreviverem. Destes menores trabalhadores. quase a metade trabalha mais de 40 horas por semana. As estimativas da CNBB são ainda mais assustadoras. Segundo a entidade, o número de menores na lida chegaria a 23,9 milhões,

incluindo os menores de 10 anos que não são incorporados às estatísticas do IBGE. ¹⁸ Somente na Zona da Mata nordestina trabalham 140 mil crianças e adolescentes. Na moderna lavoura canavieira paulista, o número de adolescentes cortadores de cana chega a 40 mil. Contando todo o setor agrícola neste Estado o montante che-garia a 140 mil jovens. ¹⁹

O Centro Josué de Castro produziu um belo trabalho em 1995 sobre a realidade dos cortadores de cana menores de idade na Zona da Mata de Pernambuco. Dos jovens



16 Fonte: Ministério do Trabalho Os dados foram coletados na Gazeta Mercantil, 26/8/94.

17 Estas informações acham-se disponíveis no dossiê organizado em 1991 pela FASE-Jaboticabal- Bóias-Frias, a Morte no Meio do Caminho.

18 Os dados coletados pela CNBB foram publicados no Jornal Folha de São Paulo, 13/2/91.

19 Estes dados foram coletados no artigo de José R. Novaes- Tecnologia, Emprego e Agricultura. Revista Proposta, nº 63, dez 94.

canavieiros deste Estado, 92% não têm vínculo em-pregatício com seu empregador, 43,2% não recebem qualquer remuneração por seu trabalho, 56% já sofreram acidentes, sendo que deste 84% destes foram com foices. O jovem Arnon diria para os pesquisadores do Centro Josué de Castro que "quando a foice me cortou, eu não sabia se o que sentia era fome, dor, ou rauva".20 Com tamanho sofrimento desde a mais tenra idade, não surpreende que a esperança de vida dos cortadores de cana da Zona da Mata de Pernambuco seja de apenas 46 anos, frente a uma média de 64 em todo o país.

OS EFEITOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ADOTADO PELO REGIME **AUTORITÁRIO** HÁ 30 ANOS ATRÁS SE REFLETEM NO ATUAL PADRÃO DE CONCENTRAÇÃO DE RIOUEZAS NO BRASIL. SEGUNDO O BANCO MUNDIAL. OS 60% DA **POPULAÇÃO** MAIS POBRE DO PAÍS, DETÉM SOMENTE 15.1% **DA RENDA** NACIONAL.

Igualmente grave é a realidade do trabalho escravo no Brasil. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, entre 1974 e 1994 foram registradas 85 mil pessoas escravizadas no Brasil²¹. Somente no ano de 1994 foram relatados 28 casos de trabalho escravo envolvendo 25.193 pessoas. A escravização da população trabalhadora envolve também grupos étnicos específicos como os 45 mil índios de Mato Grosso do Sul, explorados de várias maneiras pelas destilarias e fazendas deste Estado.

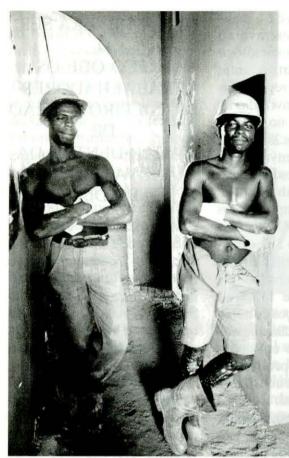
A situação de falta de cidadania nos espaços de trabalho pode ganhar um clima especialmente dramático em determinados setores produtivos marcadas pela truculência gerencial e patronal. É o caso dos complexos agroindustriais, onde múltiplas formas de violência nos espaços de trabalho atingem os trabalhadores, afetando sua remuneração, suas condições de trabalho, e mesmo sua dignidade. Paulo Adissi e a equipe FASE de Alagoas, em trabalho de campo feito nos anos 80, observaram que a perda de remuneração "devido à prática de tarefas superiores às convencionadas representou uma perda salarial média aos trabalhadores da Paraíba e de Alagoas de cerca de 40%. Isto significa que em cada 8 horas trabalhadas, nem 5 foram pagas". O mesmo trabalho apontou que as perdas para os trabalhadores decorrentes das fraudes na medição do trabalho, na sobreavaliação das tarefas, e do pagamento de salários abaixo do regulamentado pelas convenções coletivas, chegava a mais de 70% em Alagoas e a mais de 80% na Paraíba.22

QUAL DEVERÁ SER O PREÇO QUE OS TRABALHADORES BRASILEIROS TERÃO DE PAGAR DENTRO DA NOVA ORDEM MUNDIAL?

A violência no espaço de trabalho pode chegar à própria agressão física contra o trabalhador. O Fórum Permanente Contra a Violência no Estado de Alagoas, observou que no período de julho de 1994 a fevereiro de 1995 ocorreram 306 homicídios no Estado, sendo que destes, apenas 17 casos (5.5%) foram motivados por assaltos e roubos. De acordo com o Fórum, cuja fonte limita-se aos principais jornais do Estado, "no período de janeiro a julho de 1994, dos 28 trabalhadores rurais assassinados, em 25 deles, ou seia 89.2% não constam os motivos da ocorrência e os que constam informações, os 10%, foram feitas por questões trabalhistas". 23

20 Centro Josué de Castro- Os Trabalhadores Invisíveis- crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco. Recife, Relatório de Pesquisa 1992/1993.

- 21 Os dados levantados pelo sociólogo José de Souza Martins foram retirados da reportagem "Escravos Infantis do Final de Século. In: Cadernos de Terceiro Mundo, nº 188, ago 1995, ano XXI.
- 22 Adissi, P.; Spagnul, W. e FASE-Alagoas-Convenções Coletivas: quantificando o roubo dos patrões. Revista Proposta nº 42, ano XIV, out 1992.
- 23 Fórum Permanente Contra a Violência no Estado de Alagoas-Relatório Analítico Sobre e Violência e a Segurança Pública em Alagoas. Maceió 31/3/95. mimeo.



Vejam, não foi o caso de uma suspensão do trabalho por motivações políticas ou de uma demissão injusta. São casos de assassinatos de trabalhadores pelo único motivo deles terem tido a petulância de reclamar seus direitos junto aos seus patrões.

Este conjunto de dados nos permitem avaliar que no Brasil, a cidadania não rima, nem nunca rimou com o mundo do trabalho. Por outro lado, estes casos de negligência com a segurança ocupacional dos trabalhadores, de trabalho infantil, de trabalho escravo ou de assassinatos de trabalhadores combinam questões que se relacionam com a lógica de reprodução ampliada de setores econômicos inteiros (agroindustrial, calçados, comércio, etc) com aspectos próprios do direito penal. Isto significa

que o cálculo microeconômico de alguns ramos de produção no Brasil acaba se tornando um caso de polícia.

Por exemplo, se mais de 100 mil crianças e adolescentes nordestinos cortam cana na safra, e se estimarmos sua produtividade média em 2 toneladas/dia (costuma ser bem mais), a sua contribuição em termos de quantidade diária produzida será de pelo menos 200 mil toneladas. Isso não é pouco, aliás, isso é muito lucrativo; por isso mesmo que é tão

difícil erradicar a prática do trabalho infantil, mesmo no setor formal. O mesmo cálculo poderia valer para o trabalho escravo. Mesmo a questão da violência no trabalho não é apenas coisa de pessoas com uma mente doentia. Como diria o Fórum Contra a Violência de Alagoas: "eliminar trabalhadores pelo fato deles reclamarem seus direitos trabalhistas (...), não é uma atitude impensada, e sim, uma forma de `cortar o mal pela raiz', de impossibilitar que outros trabalhadores tomem atitudes semelhantes. É uma maneira de dirimir qualquer gérmen de organização, qualquer ato que ameace transformar-se em instrumento de luta contra o poder (...)".24

Tendo visto esta série de exemplos, podemos perceber

que em verdade, quando enfocamos a realidade brasileira de maneira mais rigorosa ainda deparamo-nos com condições de trabalho que atestam cabalmente o predomínio histórico (constitutivo de nossa formação social) do uso predatório da força de trabalho e do modo degradado de produção.25 Este é o nosso real ponto de partida quando falamos de precarização do trabalho e do emprego no Brasil. Portanto a aplicação das atuais tendências de alterações no mundo do trabalho em nosso país, baseadas nas antigas premissas de exploração intensiva da força de trabalho, tão somente nos afastará ainda mais do caminho da democracia e da justiça social. Em suma, ao passo que no primeiro mundo a dissociação entre o progresso técnico e a ampliação do desemprego e do subemprego assume o caráter de um paradoxo, no Brasil esta mesma dissociação aponta no sentido do grotesco.

3- TERCEIRIZAÇÃO: EXEMPLOS DA VANGUARDA DO ATRASO

À guisa de tornarmos mais concreta nossa análise observaremos neste tópico uma das inovações mais badaladas nos

24 Fórum Permanente Contra a Violência de Alagoas- Relatório Analítico Sobre e Violência e a Segurança Pública em Alagoas. Maceió 31/3/95. Página 3.

25 Esta noção é oriunda da ergonomia francesa relativa ao processo de deterioração gradual dos equipamentos e dispositivos técnicos de uma dada situação de trabalho, que resulta em disfunções e incidentes constantes.

últimos anos: a terceirização. Vamos buscar compreender o histórico desta inovação de gestão em alguns setores produtivos de inegável importância no Brasil quais sejam, os setores canavieiro, da construção civil pesada, o automobilístico e o setor metal-mecânico da região do ABC paulista. Será que a subcontratação é realmente uma novidade?

Nos anos 90 a terceirização assumiu o caráter de vedete dentro das discussões sobre as relações de trabalho e dos processos industriais no Brasil. De fato, as plantas produtivas brasileiras, tradicionalmente operando dentro de estruturas de mercado oligopolizadas, protegidas da concorrência externa e com pouca confiabilidade no seu sistema de fornecimento de pecas e componentes, assumiram um caráter bastante verticalizado. Esta verticalização excessiva impedia que as firmas obtivessem economias de escopo em suas atividades, dado sua baixa flexibilidade. Assim, o atual processo de focalização das empresas no Brasil buscou responder questões concretas colocadas por um mercado mais disputado no cenário doméstico e externo.

Apesar de todos estes aspectos, a terceirização, ainda que com outro nome, já era uma prática conhecida em diversos setores produtivos no Brasil. Veremos abaixo, através de dois exemplos setoriais (canavieiro e construção civil pesada), que a prática da subcontratação de força de trabalho não era propriamente uma novidade no país.

Nossa análise começará pelo setor sucroalcooleiro. Sabemos que no campo, onde vive metade da população indigente do

Brasil, a realidade sempre foi muito cruel para a maioria dos trabalhadores. Ângela Kageyama, em trabalho escrito em 1986 a partir de dados do IBGE, apontou que "encontramos no Brasil como um todo mais de 50% da PEA agropecuária correspondendo a 6,7 milhões de pessoas - nesta situação de baixa renda", ou seja mais de 50% da PEA agropecuária recebiam nos anos 80 até 1 salário mínimo. Por outro lado. a mesma autora relata que "se considerássemos apenas aqueles que trabalham 49 horas ou mais por semana - acima do limite "legal", portanto - e com renda inferior a 1 salário mínimo. encontraríamos a não menos assustadora cifra de 2.2 milhões de pessoas economicamente ativas, abrangendo 17,4% da PEA agropecuária do país". 26 A autora no mesmo estudo mostrou que dos pobres que trabalham, 54% são empregados assalariados e 45% são autônomos, isto é pequenos produtores. Na região Centro-Sul este percentual de pobres é maior que nas regiões Norte-Nordeste, sendo que em São Paulo, o número de pobres do campo que trabalha como em-pregado chega a 88%. Logo, a miséria no campo também está fortemente associada à modernização das relações de trabalho, aos baixos padrões salariais, às longas jornadas de trabalho e às péssimas condições laborais.

Tradicionalmente no Brasil, a área rural tende a apresentar relações de trabalho de tipo capitalista com conteúdos mais atrasados, ou seja, com ausência de direitos, autoritarismo, etc. Isto naturalmente engloba o setor canavieiro, famigerado em nosso país devido a sua história e suas práticas que remontam o período escravocrata. Para a lavoura canavieira a questão da contratação da mão-de-obra era pouco relevante na época em que esta habitava o interior das fazendas. Como o trabalhador e sua própria família encontravam-se à inteira disposição de seus patrões, apenas nos picos de safra contratava-se pessoal de outras regiões. No Nordeste estes trabalhadores sazonais eram chamados de "corumbas".

A expulsão dos antigos moradores do interior das propriedades rurais a partir dos anos 60, não apenas representou o assalariamento, mas também uma forma específica de arregimentação e contratação, num quadro de total falta de compromisso do patronato para com os trabalhadores em termos da garantia de uma série de direitos sociais. Com a ruptura das relações de trabalho, apareceram profissionais com a incumbência de arregimentar braços para a lavoura ao longo do ano e responder na justiça nos casos em que empregados reclamassem seus direitos legais: os "gatos". A utilização da subcontratação neste setor permitia que as unidades produtivas, nos marcos de novas formas de relações trabalhistas assalariadas, tivessem a devida flexibilidade para acompanhar os vários momentos de um processo produtivo sazonal por excelência. Quando da safra arregimentava-

26 Kageymama, A.- A Pobreza Rural: Excesso de Trabalho e Insuficiência de Renda. Revista Reforma Agrária, Campinas, ano 16, nº 2, ago/nov 1986. se um grande contingente de cortadores de cana. Quando da entresafra o contingente arregimentado era menor. Como a usina e os "gatos" não tinham vínculos empregatícios formais com os trabalhadores, estas relações eram feitas e desfeitas sem custos para o patronato

Desde os anos 70, entretanto, a constituição das modernas agroindústrias sucroalcooleiras levaram a certas mudanças neste perfil. As usinas mais modernas passaram a arregimentar e contratar a força de trabalho diretamente, através de funcionários contratados para essas tarefas. É preciso destacar, também, que muitas vezes a ação dos sindicatos incidiu como elemento de pressão favorável ao registro profissional dos canavieiros por parte das usinas. Assim, a tendência dos anos 80 no setor foi a da formalização das relações de trabalho. De todo modo, não seria razoável estender este perfil para todo Brasil, dado as inú-meras especificidades de formas de arregimentação e contratação vigentes ao longo deste período e que envolvem a presença dos "gatos" e empreiteiros em maior ou menor nível. Atualmente, principalmente no Nordeste, ainda são hegemônicas as formas precárias de contratação utilizando, inclusive, uma ampla arregimentação do trabalho de crianças e adolescentes.27

Apesar da tendência verificada nos anos 80 de uma ampliação da formalização das relações de trabalho na lavoura canavieira, nos anos 90 verificou-se o recrudescimento de uma nova tendência à precarização do emprego no setor. Uma das formas mais pitorescas neste sentido se deu a partir da aprovação da Lei n° 8.949/94, que acabou com o vínculo de relações empregatícias nas empresas cooperativas. Decerto existem centenas de cooperati-

vas e associações de produtores no Brasil que são legítimas e devem ser apoiadas institucional e politicamente. Mas a lei aprovada abriu um amplo espaço para a redução de direitos sociais com a contratação de trabalhadores através de cooperativas organizadas e dirigidas pelos "gatos".

Com efeito, logo após a aprovação da referida lei, em 17/4/95, o Presidente da Federa-

ção da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), enviou uma carta circular aos associados da entidade, que engloba inclusive empregadores de cortadores de cana. Nesta carta, a entidade recomenda o emprego de funcionários através de cooperativas de mão-de-obra, alegando as vantagens da "inexistência de fiscalização trabalhista", "deso-

brigação das responsabilidades trabalhistas e sociais", "inexistência de problemas trabalhistas na época da safra", dentre outros aspectos.²⁸ Naturalmente, as cooperativas que a FAESP recomendava a contratação da força de trabalho não eram as cooperativas legítimas, mas sim empresas de "gatos" travestidas, chamadas ironicamente de "gatoperativas". De todo modo, no setor canavieiro, a ter-

27 Paixão, em sua Tese de Mestrado, identificou 5 formas básicas de contratação e arregimentação de força de trabalho na lavoura canavieira. Estas formas iam das empresas que arregimentavam e contratavam diretamente os trabalhadores até aquelas empresas, principal mas não exclusivamente no Nordeste, que obtinham sua mão-de-obra necessária

mediante sistemas absolutamente informais com ampla presença de "gatos". Paixão, M- No Coração do Canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira (estudo comparativo em 12 Estados do Brasil). Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ. 1994 (Tese de Mestrado em Engenharia de Produção).

28 Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, 17/4/97. Carta circular nº 042/ 95, protocolo nº 358. ceirização de trabalhadores rurais, seja por meio de cooperativas fantasmas de mão-de-obra, seja por meio de firmas empreiteiras, assume mais o caráter de uma volta ao passado do que propriamente uma inovação.

ALÉM DO
CRESCIMENTO DO
DESEMPREGO,
OS
ATUAIS PROCESSOS
TAMBÉM TRAZEM
O PROFUNDAMENTO
DA
PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO.

A questão da contratação da mão-de-obra na construção civil pesada, ao contrário da lavoura canavieira, sempre apresentou-se como um problema central para o subsetor.²⁹ Pelo menos, é o que deixa claro Foot Hardman no livro Trem fantasma: a modernidade na selva quando se reporta ao período de construção das primeiras ferrovias em meados do século XIX. Ele sublinha que as condições extremamente insalubres em que realizavam-se essas grandes obras públicas de longa duração acarretavam uma "dilapidação frenética" da força de trabalho nesta atividade. Por conseguinte, a necessidade de regularização no suprimento de novos contingentes demandou a organização de mercados especializados na oferta dessa mãode-obra. O esquema era complexo e peculiar envolvendo agentes dedicados exclusivamente ao recrutamento, transporte e reposição contínua de estoques de trabalhadores

para as companhias construtoras. Lembramos o caso da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que no último período de sua construção envolveu um exército de cerca de 30 mil trabalhadores de quase 50 nacionalidades diferentes. Portanto, na própria gênese do subsetor da construção pesada já se configuravam formas específicas de arregimentação de trabalhadores - onde o agenciador é peça-chave - para os respectivos locais em que se instalavam estes empreendimentos.

Com o Plano de Metas no governo JK, alavancou-se o processo de acumulação de capital no setor de construção pesada articulado em torno das grandes obras. Isto impulsionou ainda mais - expandindo e regularizando - o fornecimento de novos estoques de força de trabalho. Voltaram a cena os arregimentadores, tendo agora como palco principal o Nordeste. No agreste, por exemplo, a elevada densidade populacional e as precárias condições de vida ali dominantes transformaram a região em um verdadeiro manancial de braços para os grandes projetos. Sousa em sua análise sobre a construção de Brasília, teceu referências aos agentes que "iam até cidades do Nordeste brasileiro arregimentando os 'paus-de-arara' para trabalhar na capital". Esses "paus-de-arara" ou "candangos", construtores da epopéia de Brasília, guardariam afinidade com os "corumbas" (migrantes sazonais da lavoura canavieira). A diferença residiria no fato de que faziam uma viagem mais longa e se dispunham a permanecer um tempo maior no Sul e Centro-Oeste.29

O MODELO **AUTORITÁRIO** DOS **MILITARES** GARANTIU ÀS **EMPRESAS QUE OPERAVAM** NO MERCADO INTERNO UMA SÉRIE DE CONCESSÕES. SUBSÍDIOS, ALÉM DA PROTEÇÃO DESTE MERCADO INTERNO DA CONCORRÊNCIA DE **PRODUTOS** ESTRANGEIROS.

Figueiredo, em sua tese de mestrado, confirmou que mesmo nos empreendimentos onde prevalecem as formas de contratação direta entre os trabalhadores e as empresas, ainda persistem de maneira substancial os agenciamentos de operários através dos "gatos". Estes continuam a exercer uma intermediação fundamental neste processo, sobretudo em locais onde não existem trabalhadores em número suficiente, ou estes não se mostrem propensos a aceitar o duro regime de trabalho característico deste setor. Além disso, os "gatos" também atuam no sentido de flexibilizar o recrutamento, procurando garantir o suprimento de mão-de-

29 O setor de construção civil pode ser visto como sendo formado pela conjunção de três grandes subsetores: construção pesada, montagem industrial e edificações. obra a um baixo custo de acordo com os níveis diferenciados de demanda ao longo do tempo de produção. Esta diretriz coadunase com o caráter itinerante do processo construtivo, e aponta para uma desestabilização deste segmento da força de trabalho, um dos subprodutos da tendência à flexibilização.³⁰

A tese de Figueiredo relatou o processo produtivo das subempreiteiras que operavam nos tubulões a ar comprimido³¹ visando a construção das fundações de alguns trechos da Linha Vermelha. Este processo de trabalho naturalmente envolve alto grau de periculosidade e insalubridade. Os primeiros recrutamentos na região do Município de Barro Duro (RN) atualmente, um dos maiores redutos de trabalhadores de tubulão em todo o país são feitos desde a década de 60 pelo mestre mais antigo de uma destas empresas, arregimentando pessoas próximas, por intermédio de suas redes de parentesco e amizade, que foram se ramificando com o passar dos anos.

No início da década de 70. visando consolidar o agenciamento de uma força de trabalho que mostrava-se cada vez mais potencialmente recrutável, esta empresa designa um de seus motoristas para assumir formalmente o papel de arregimentador de mão-de-obra, lá no RN. Este funcionário, também oriundo da região, e com experiência anterior no transporte de trabalhadores daquela para outras localidades do país, irá, então, expandir as redes já construídas. Com o tempo este funcionário coloca outros agenciadores sob

sua tutela, e a estrutura montada ao ganhar difusão também passa a atender à demanda de outras subempreiteiras do ramo. Nesta pesquisa ficou explícito o caráter de aliciamento subjacente ao processo de recrutamento empregado. Pode-se dizer que existe hoje em Barro Duro e arredores uma verdadeira cadeia unindo os "gatos" e os "gatinhos", estes últimos exercendo no local a função de arregimentadores secundários de trabalhadores em tubulões a ar comprimido. Deve-se ressaltar que esta estrutura é capaz de mobilizar um verdadeiro exército de proletários nômades de Barro Duro (RN), seja para os subterrâneos da Linha Vermelha, seja para qualquer outro canto e canteiro em todo o país.

Naturalmente existem nítidas diferenças entre a atividade canavieira e a atividade da construção civil pesada. Mas para além destas distinções existe uma série de aspectos gerenciais que aproximam a realidade destes dois setores. Em primeiro lugar, o fato de serem dois ramos produtivos cujas relações de trabalho são tradicionalmente atrasadas e rudimentares, estando baseadas em formas precárias de contratação e gestão da mão-de-obra. Em segundo lugar, as formas que assumiram as relações contratuais e de recrutamento com uma significativa presença de arregimentadores e de empresas de agenciamento de mão-de-obra. Cabe apontar que a presença destes arregimentadores sempre exerceu um papel muito importante na reprodução ampliada destes setores na medida em que conferia ao sistema produtivo a flexibilidade exigida, seja pela sazonalidade, como na lavoura da cana-de-açúcar, seja pela intermitência e itinerância da produção, como no caso da construção civil pesada. Em terceiro lugar, verificamos que ambos os setores possuíam uma grande dependência da força de trabalho na medida em que se configuram como ramos produtivos tipo trabalho-intensivo. Neste caso, a flexibilidade nas formas de contratação e arregimentação permitia às empresas dos dois setores um grande alívio financeiro posto que as livravam do fardo dos pagamentos de indenizações por virtuais rupturas dos contratos. A este aspecto se somava ainda o fato de que os vínculos informais permitiam um descomprometimento das empresas destes ramos de produção para com os trabalhadores que, não sem coincidência, operam em condições de elevada periculosidade e insalubridade.

Tais condições de arregimentação e contratação, verificadas tanto no setor canavieiro como no da construção civil pesada, têm se moldado atualmente às variantes conjunturais de diversos outros setores. O recrudescimento de estratégias de subcontratação, embutidas nos processos de terceirização, visam não somente repassar custos e etapas do processo

³⁰ Souza, N. Os Construtores de Brasília: estudos de operários e de sua participação política. Petrópolis. Vozes. 1983.

³¹ Figueiredo, M. O Trabalho em Tubulões a Ar Comprimido: nos subterrâneos da Linha Vermelha. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ. 1995.



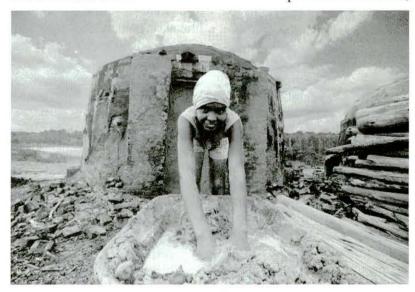
produtivo, mas também os riscos, 'desfuncionamentos' e possíveis efeitos deletérios inerentes a um modo degradado de produção. As subempreiteiras funcionam, então, como empresas de "periferia" que instrumentalizam as práticas necessárias para a reprodução desta dinâmica, recorrendo aos velhos mecanismos de gestão da mão-de-obra dos setores mais atrasados da economia brasileira. Assim, a tendência tem sido a de mobilizar a força de trabalho via contratação temporária, a tempo parcial e sempre na quantidade necessária e no momento certo, seguindo de certa maneira a lógica do sistema "just-in-time". A diferença é que aqui o foco principal da flexibilização da produção não são os produtos, mas os próprios trabalhadores. A estabilidade dando lugar a arranjos flexíveis de contratação. É neste sentido, que podemos falar em força de trabalho flexível/precarizada, docilizada à nova/velha estratégia do capital, na medida em que tais mecanismos, vistos como respostas às necessidades ditas "modernas" de valorização do

capital, guardam relativa proximidade com a lógica "atrasada" que presenciamos na construção civil e na lavoura canavieira

Enfim, apontamos o histórico das relações de trabalho em dois setores considerados atrasados em comparação com outros setores produtivos, tanto do ponto de vista gerencial, como do ponto de vista da incorporação de novas tecnologias. Agora vejamos brevemente como este movimento gerencial de flexibilização da força de trabalho, via terceirização, incide em ramos de produção considerados modernos no Brasil como o automobilístico

e o metal-mecânico da região do ABC paulista.

Tal como o conjunto de setores produtivos no Brasil, os setores automotivo e metalmecânico do ABC experimentaram um conjunto de alterações, em um período recente, em termos da configuração de sua estrutura de mercado, mediado principalmente por um maior grau de exposição a concorrência externa nos anos 90. Por outro lado, estes setores empregam centenas de milhares de trabalhadores, sendo que somente o ramo automotivo ocupa hoje mais de 100 mil operários. Tamanha concentração operária permitiu que estes coletivos se constituíssem em um dos pilares do novo sindicalismo no Brasil a partir do final dos anos 70. Frente às mudanças ocorridas no perfil dos mercados e na correlação política de forças, o patronato destes setores investiu fortemente na reestruturação de suas plantas produtivas com a aquisição de máquinas flexíveis e com a adoção de inovações de organização e gestão. Também a terceirização se difundiu entre as empresas destes ramos,



principalmente a partir do final dos anos 80. Contudo, para além das necessidades gerenciais de uma fábrica mais enxuta, integrada e flexível, verificou-se que a terceirização no setor automotivo e metal-mecânico também trouxe em seu bojo uma inegável intenção de precarização do emprego e das relações de trabalho.

Em 1993 o Dieese realizou uma pesquisa sobre os efeitos da terceirização sobre o operariado dos setores automobilístico e metal-mecânico do ABC. Este estudo, ancorado em trabalho feito pela empresa de consultoria Coopers & Librard em 1992, indicou que 40% das empresas destes ramos que realizaram a terceirização reduziram o seu quadro de pessoal. O trabalho do Dieese também realizou uma enquete junto a 12 Comissões de Fábrica do ABC, no setor metalúrgico, sobre os mesmos sem direitos ou garantias sociais. Enfim, vivemos em uma era em que o atraso, no mínimo em termos das relações de trabalho, virou sinônimo de moderno. A vanguarda do atraso...

4- PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO: NA CONTRAMÃO DA SOLIDARIEDADE

Verificamos que nos dias atuais há um profundo paradoxo em termos do futuro das relações de trabalho. Para além das propagandas que nos vendem um porvir sofisticado, pós-moderno e de altíssima tecnologia, vemos um mundo com um futuro cada vez mais incerto, estruturado em formas de consumo acríticas e padrões

de produção degradantes e excludentes para a maioria dos trabalhadores e da sociedade. Mesmo para aqueles setores da classe trabalhadora virtualmente incluídos no novo quadro, o cenário não é róseo. As políticas de envolvimento da mão-deobra trazem em larga medida uma ampliação da exploração do trabalho e a perda de importantes sentidos subjetivos de autonomia e resistência, que são transmutados, por sua vez, em questionáveis valores que só beneficiam as próprias empresas.

Por outro lado, o debate sobre o futuro das relações de trabalho no Brasil diz respeito às próprias projeções que são feitas para o futuro da nação como um todo. No primeiro mundo, a precarização do emprego ocorre margeada por um sistema de seguridade social que, não obstante esteja sendo hoje questionado, ainda funciona. No mesmo sentido, estes países projetam-se na futura divisão internacional do trabalho como nações que dominam processos e produtos sofisticados baseados na microeletrônica e na informática o que requer, de fato, uma mão-de-obra mais qualificada e, pelo menos no âmbito técnico, participativa. Vale apontar que o domínio destas tecnologias assume cada vez mais um caráter estratégico em termos das relações de poder entre as nações no plano internacional.

No Brasil, as políticas de precarização do emprego, como vimos, incidem sobre uma população que em sua maioria encontra-se em uma situação de elevado desamparo. A adoção de práticas de ampliação da flexibilidade do emprego não

resolverá o problema do desemprego no Brasil mas tão somente ampliará ainda mais as formas selvagens de relações de trabalho. E pior, os efeitos destas estratégias não incidirão apenas sobre o trabalho e o emprego. Na medida em que ela afeta tanto a distribuição da renda nacional entre lucros e salários como a correlação de forças entre as classes sociais, tais políticas arranham o próprio conteúdo da democracia no Brasil e os poucos avanços sociais ocorridos desde os anos 80. Por último, mas não menos importante, verificamos que a difusão das formas precárias de emprego no Brasil também caminham em sentido contrário às trilhas percorridas pelos principais países do mundo hoje, dado que impelem a rotatividade no emprego e a baixa qualificação, elementos típicos de processos produtivos de baixo conteúdo tecnológico. Neste caso, igualmente evidencia-se a própria estratégia do Presidente FHC de inserção do Brasil na nova ordem mundial. Ou seja, uma nação subordinada e competitiva apenas por seu lado mais perverso, qual seja, mediante a redução do custo da força de trabalho e do rebaixamento das condições laborais.

No debate atual sobre o futuro do mundo do trabalho também tem-se difundido argumentos que defendem formas precarizadas de trabalho, pois entre uma inserção precária no mercado de trabalho e o desemprego, seria melhor a primeira opção. Como se não existissem outras alternativas para o enfrentamento do desemprego. Propostas como a redução da

iornada de trabalho ainda são vistas com muita resistência tanto pelo atual governo como pelo patronato. Outras idéias apregoadas pelo campo conservador caminham na direção contrária da ampliação de empregos como a que propõe a aposentadoria a partir dos 65 anos. Por fim, assumindo definitivamente o binômio precarização e desemprego como paradoxos, o governo FHC vem tentando desde o início de sua gestão encontrar formas que legalizem o emprego precário. Hoje há um grupo de pesquisadores ligados ao atual governo trabalhando exclusivamente para desenvolver um projeto de reforma da Constituição que incida no plano dos direitos trabalhistas. Deste modo, sinaliza-se com a desconstitucionalização de conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros como o direito às férias, 13º salário, multa por rescisão de contrato, dentre outras cláusulas. Assim, temos

todos os motivos para questionarmos a sinceridade dos projetos do governo federal na área trabalhista. Sob a pele do cordeiro da tentativa de geração de novos postos, as atuais propostas do governo neste campo podem estar escondendo o lobo do trabalho sem quaisquer tipos de garantias legais.

As atuais transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho apontam mais para incertezas do que para um único caminho. Tal como estão sendo utilizadas atualmente, postas sob quase exclusivo serviço do capital, a microeletrônica, a informática e o conjunto daquilo que é conhecido por Terceira Revolução Industrial somente tenderão a ampliar as desigualdades sociais. Contudo, não há software, nem arranjos de produção e muito menos layout de máquinas que determinem, em si mesmas, a exclusão social. Os processos de apartação social hoje em curso não são determinados pelas máquinas, mas pelo conteúdo assumido pelas próprias relações sociais e pela correlação de forças entre as classes.

A microeletrônica, a informática bem como todas as inovações tecnológicas podem vir a ser instrumentos a serviço de toda a humanidade. Mas para que isto ocorra, é necessário que as lógicas que orientam o seu uso atual sejam substituídas por novas formas, não somente de produzir, mas de pensar e de existir. Isto implicará em uma profunda e difícil tarefa de alteração dos padrões culturais e de consumo, privilegiando-se o respeito ao meio-ambiente, a solidariedade em todos os planos, a distribuição da renda, o direito ao emprego sadio e bem remunerado, o aprofundamento da democracia e a diversidade sócio-cultural, de gênero e étnica como valores centrais das sociedades do futuro.





A PARTICIPAÇÃO DO ATOR SINDICAL NA POLÍTICA BRASILEIRA*

**WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS



* Intervenção proferida no Seminário sobre Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro, promovido pela Secretaria Especial de Trabalho do Município do Rio de Janeiro, que junto com o autor nos permitiu a sua reprodução em PROPOSTA.

**Professor e pesquisador do IUPERJ

Imagino ter sido convidado para este encontro, o que muito me honrou, para ajudar na reflexão sobre a participação do ator sindical na política brasileira que, de forma mais evidente, forte e acentuada, está localizada entre o final da década de 70 e a segunda metade da década de 80. Desde então, verifica-se uma decadência evidente no que se refere à presença, à eficácia e à capacidade de mobilização e de impacto na dinâmica da vida política brasileira, do novo sindicalismo, do velho sindicalismo, do médio sindicalismo e do futuro sindicalismo previsto.

A partir do final da década de 70, durante o regime autoritário, e efetivamente durante a primeira metade da década de 80, o sindicalismo brasileiro exerceu um impacto bastante considerável na dinâmica da vida política. Hoje, é ator secundário; não tem impacto, não tem capacidade de agressão e está em uma posição defensiva. Se serve de algum consolo, é preciso entender que isso faz parte de um quadro internacional. Todo mundo está passando por isso.

Trata-se da réplica de algo que ocorreu primeiramente na Europa no século XIX. Uma veloz e acentuada revolução na divisão social do trabalho, que produziu uma reestruturação profunda, e muito acentuada, muito complexa, nas relações e interações entre as pessoas, não apenas nas interações econômicas, mas também, de natureza social, afetiva e de natureza comunitária.

O sindicalismo no mundo nasce após a Revolução Industrial, não apenas com funções econômicas, mas, em primeiro lugar, como substituição daquilo que foi destruído pela nova forma de cooperação produtiva, no que tange à reprodução da vida material, pelo trabalho parcelado, pelo trabalho atomizado. Com a decadência da família extensa, aconteceu também a decadência da comunidade pré-capitalista, na qual o destino e a posição de cada indivíduo estavam assegurados, não apenas pelo seu desempenho individual na competição com outros, mas, fundamentalmente, por sua inserção numa rede de relações sociais sólidas, fundada em tradições e valores, garantindo que a sua sobrevivência, a sua posição dentro da rede social não ficasse ao sabor dos azares da vida econômica.

As primeiras organizações no mundo industrial, já depois da Revolução Industrial, surgem não tanto como organizações, associações de reivindicações econômicas, mas como associações de auxílio mútuo e de socorro mútuo, numa tentativa, justamente, de complementar e de substituir, de replicar, ou de repor alguma coisa no lugar da família extensa, da comunidade, que haviam sido destruídas pelo trabalho parcelado, pelo taylorismo, pelo fordismo - consolidações conceituais que são bem posteriores, mas cujo embrião já se apresenta aqui, nessa desagregação da forma de organizar a sociedade como um todo.

É isso que faz com que primeiro surjam essas associações, tal como no Brasil, de auxílio e socorro mútuo, tendo em vista coisas muito elementares. Por exemplo, a garantia de um enterro digno. Na verdade, era quase como se essas sociedades se preocupassem

mais com a possibilidade de sobrevivência no *post-morten* do que durante a vida.

Posteriormente, com o desenvolvimento do novo modo econômico, ocorreu a substituição de formas arcaicas de organização social e a prevalência dessas novas formas geradas pelo mundo industrial: o sindicalismo. Dentro desse processo emergente, o sindicalismo adquire um caráter de luta econômica. Mas mantém-se como foco de criação de identidades sociais perdidas por conta da total subversão das relações sociais produzidas pela nova divisão social do trabalho. Em termos, estamos passando agora por um momento semelhante, num outro nível, numa outra etapa, com uma outra velocidade, com outro significado. É algo análogo ao que aconteceu pós-Revolução Industrial.

A seguir, ganha peso essa função de reconstrução dos laços de solidariedade social, que haviam sido destruídos pela nova forma de organizar a produção material da vida. O sindicato, digamos, surge como substitutivo da família extensa, que reaparece sob sua forma associativa sindical, adquirindo uma função de comando e outra, uma função econômica, em decorrência de sua capacidade de agredir, de causar estragos, de efetuar uma retaliação econômica. Somente enquanto teve a capacidade de comprometer o sucesso e o desempenho econômico das unidades produtivas e do capital, e na medida em que tem, tinha e teve essa possibilidade, é que os sindicatos vivenciaram, ao longo do século passado e deste século, ondas de maior ou de



menor florescimento, poderio e projeção também na arena política. No Primeiro Mundo, os sindicatos só tiveram posição dentro da dinâmica política na medida em que tinham a possibilidade, por meio da greve, de comprometer o desempenho econômico do sistema, de agredi-lo economicamente.

No que diz respeito aos países periféricos - como o Brasil, a América Latina e os países emergentes durante o século XIX e grande parte deste século -, a capacidade de agressão econômica do operariado na verdade sempre foi muito baixa. Porém, as repercussões, a capacidade de produzir a instabilidade política de pequenos movimentos urbanos, de pequenos movimentos não apenas operários, de movimentos estudantis, por exemplo, era expressiva. Até 64, esses movimentos eram capazes de produzir crises nacionais. Greves estudantis questionando aumentos de tarifa de bonde ou de ingresso de cinema paralisavam a então Capital da República, o Rio de Janeiro, produzindo uma crise de âmbito nacional. O Congresso Nacional não passava dois ou três meses discutindo se o teto salarial do funcionalismo deve ser dez ou doze mil Reais - o que é algo absolutamente circense, em termos internacionais, mas até mais dignificante, se comparado aos tempos em que ficava paralisado durante um semestre para decidir se o Cine Carioca (já desaparecido, acredito), se

o Cine Tijuca, o Metro Boavista deviam ou não aumentar os ingressos, se deviam ou não oferecer meia-entrada para o estudante.

Só isso já era capaz de produzir a instabilidade política. E essa foi sempre a grande arma do sindicalismo latino-americano, não a sua capacidade de agredir economicamente. Até porque os grandes agressores das unidades econômicas não

estavam dentro do país, estavam fora. O grande recurso do sindicalismo brasileiro sempre foi de natureza política, de produzir instabilidade política e não instabilidade econômica.

Vamos deixar de lado a história do velho sindicalismo, de como foi incorporado a partir de 30 não para que deixasse de ser uma ameaça à estabilidade da economia, mas para que deixasse de ser uma ameaça à estabilidade política. Por isso, o velho sindicalismo é absorvido -



comprado, de certa forma - associando-se aos altos índices de produtividade que, eventualmente, vieram a ocorrer a partir de então. A partir desse período, a aquiescência política do operariado brasileiro foi comprada por meio de uma associação relativamente positiva, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

Durante todo o período autoritário, enquanto as instituições políticas permaneceram congeladas, o mesmo não acontecia com a sociedade brasileira, que não estava congelada nem do ponto de vista da sua complexidade, da sua segmentação, nem da sua modernização social. O Brasil não é um país atrasado, o que falta ao país, na verdade, são políticas adequadas à modernidade, que ele efetivamente já alcançou tanto do ponto de vista econômico como social. O Brasil é um país absolutamente moderno, privado de um governo moderno e de um comportamento moderno dos seus atores políticos institucionais mais proeminentes.

VERIFICA-SE UMA
DECADÊNCIA
EVIDENTE, NO QUE
SE REFERE À
PRESENÇA, À
EFICÁCIA E À
CAPACIDADE DE
MOBILIZAÇÃO E DE
IMPACTO NA
DINÂMICA DA VIDA
POLÍTICA
BRASILEIRA, DO
NOVO
SINDICALISMO...

Na sua base, a sociedade brasileira já se modernizou. Ela é complexa, organizada, e encontra-se amadurecida para jogar no mesmo campo dos demais países contemporâneos. O que está em descompasso com a história política do Brasil, infelizmente, são os governos que temos tido a partir da redemocratização. Estes ainda não entenderam que, na verdade, as objeções ou as discussões em curso no Brasil não têm por origem raízes no passado atrasado ou congelado do país, mas, ao contrário, na percepção dos processos que estamos vivendo - uma réplica, repito, do que o mundo viveu no século XIX, uma aceleradíssima subversão, de novo, na divisão social do trabalho, sobre a qual ninguém tem controle.

A velocidade com que o trabalho se segmenta e, portanto, as dificuldades de se sedimentar sob formas organizacionais é coisa extremamente complexa. No entanto, a sociedade brasileira vem respondendo a isso, e os sindicatos também, de uma forma que parece bastante ágil e rápida.

Ao lado dos sindicatos tradicionais, existem hoje criadas no período ditatorial formas múltiplas, dentro das quais os sindicatos têm competidores, no que diz respeito a modos de organizar as demandas e insatisfações sociais e à participação na vida política e social do País. São as diversas associações civis profissionais de interesses mais difusos, e não necessariamente de base estritamente econômica. Ou seja, recordando... Os sindicatos já desempenharam funções

não apenas econômicas, mas sociais, emocionais, psicológicas, de agrupamento, de fornecimento de identidade; e detinham o monopólio dessas funções. Agora, não apenas os nossos sindicatos, mas os sindicatos em geral perderam esse monopólio.

NÃO EXISTE
MELHORIA EM
RELAÇÃO À
SITUAÇÃO DE
DESIGUALDADE
ENQUANTO
O
PATAMAR DE RENDA
MÉDIA DO PAÍS
NÃO
ATINGIR NÍVEIS
DECENTES

Hoje, em todos os países do mundo, os sindicatos concorrem com diversas outras associações que cortam transversalmente interesses econômicos; que conjunturalmente se criam, se mobilizam, se desmobilizam em função de um sem número de sistemas de causalidades e impressões, características do sistema social contemporâneo. Esse é um problema crucial de qualquer forma de organização da sociedade contemporânea, no Brasil e em todos os países. È o que lemos nos jornais estrangeiros, é o que falam no parlamento europeu, nas revistas e jornais que tratam das organizações em que o mundo está se redividindo.

Um dos problemas fundamentais é a dificuldade de encontrar-se bandeiras que consigam arregimentar grande



quantidade de pessoas, que possam ter essa capacidade de agredir, seja lá quem for. A vida política se faz em torno de conflitos, e a agressão aqui é no sentido sociológico da palavra, não é necessário sair aos tapas e bofetões. Às vezes também faz parte, mas não necessariamente. A agressão aqui é o conflito distributivo. É o conflito que empresta a dinâmica às sociedades, e. particularmente, ao mundo contemporâneo, no qual temos uma sobreposição de linhas de conflito, cuja constelação é inédita, talvez nos últimos 400 anos.

Só quando do surgimento dos Estados nacionais, ocorreram tantas linhas de diferenciações, de conflitos, de identidades e de diferenças, às vezes, reforçando-se, noutras, contrapondo-se. Ao mesmo tempo em que se fala, e é verdade, que existe uma tendência internacional para a globalização, seja lá o que for que se entenda por isso, também é verdade que esse mesmo processo está produzindo um renascimento de identidades locais que, aparentemente, já haviam aparecido anteriormente. Nunca se teve tantos conflitos

locais neste século, não tantos quanto agora, quando parecia terem desaparecido razões para identidades localizadas.

Ao contrário, elas ressurgiram com uma força violentíssima. E por quê? Justamente porque a instância nacional, que servia como o mínimo divisor comum para todas essas diferenças existentes, essa instância nacional começa a ser desacreditada como matriz, como fonte geradora da identidade maior e como limite dos conflitos, das diferenças compreendidas dentro desse espaço geográfico, jurídico e econômico, que começa a desaparecer. E

diz-se que ele deve desaparecer, que é bom que desapareça. Ao mesmo tempo, não existem ainda entidades supranacionais que tenham conquistado a lealdade das pessoas, dos indivíduos. Então, o que ocorre?

Ocorre simultaneamente o movimento de retorno às identidades pretéritas. E isso está acontecendo em todos os lugares, na Alemanha, na Inglaterra, na França e na Espanha. Os dinamarqueses que vivem na Suécia, e que foram absorvidos depois da Primeira Guerra Mundial, tinham até direito à representação específica no Parlamento Sueco, já estão reivindicando, assim como todo mundo, a separação. Quebec reivindica a separação, Alagoas reivindica a separação, São Paulo reivindica a separação.

E, na conjuntura atual, no mundo, no Brasil, no Município e no Estado do Rio de Janeiro, talvez a única bandeira que tenha restado, em termos de denominador comum a tantos eixos de segmentação das diversas forças e agentes e atores sociais diante desse mundo em rapidíssima transformação e seg-



mentação de interesses, tenha sido o problema do emprego. Porque a única forma, hoje, no mundo atualizado, de se ter o mínimo de previsibilidade sobre a semana seguinte é o emprego. Sucede que, desde a tomada de consciência, até mesmo do sindicalismo europeu, percebeuse que a disputa em torno do emprego tem a ver fundamentalmente com a disputa de médio prazo em torno da taxa de investimento. O que garante emprego não é exatamente impedir que a fábrica, seja qual for, absorva um motor, um mecanismo, um instrumento, ou que assegure a manutenção dos atuais empregados. O problema do emprego no mundo antigo, no mundo moderno, no mundo contemporâneo, tem a ver com aquilo que se poupa e que se investe, tendo em vista a geração de empregos. Portanto, não só a manutenção do que existe, mas a expansão para a chegada das novas gerações trabalhadoras no mercado de trabalho.

Assim, o problema do emprego não pode, em nenhum momento, ser desvinculado do problema da taxa de investimento de um país. No entanto, vamos discutir especificamente o que acontece neste país, do qual se fala também, com várias razões e por vários motivos, que, há cerca de quatro ou cinco anos, vive certa estabilidade monetária. Aliás, uma taxa de inflação decrescente, e, portanto, uma crescente taxa de estabilidade da moeda, cujo subproduto é a melhoria das condições de vida. Não por eficácia de alguma política social benéfica. É impossível proceder à estabilização da moeda sem ter

como subproduto um aumento do poder de compra real da moeda; mesmo que os governantes não o quisessem. É impossível ter uma política antiinflacionária sem ter aumento do poder de compra e, consequente e automaticamente, uma melhoria das condições de vida. Por isso mesmo, ao final e como condutor de eficácia da política antiinflacionária, precisamos ter



uma definição do governo sobre o que pretende com a sociedade. E observa-se que, até agora, em relação à sociedade, não pretendeu nada, cuidou simplesmente da moeda.

Como subproduto desse trato da moeda, aconteceu alguma coisa com a sociedade, porque não podia deixar de acontecer. Tenho a impressão de que alguns ramos do governo, se pudessem separar uma
coisa da outra, teriam separado.
Então, os resultados são evidentes
e inequívocos; apontam melhoria
das condições de vida de segmentos da população de menor
poder aquisitivo em termos de
poder de compra. Quando se
esgotarem os efeitos dessa política
- justamente os que causam essa
melhoria mencionada -, então
precisaremos ter alguma política
positiva mais clara em relação à
questão social.

No que diz respeito aos trabalhadores, o problema que ainda é capaz de mobilizar e unificar todos esses segmentos mais diferenciados, o problema do emprego, tem a ver com a taxa de investimento. No entanto, sabemos que, apesar de toda a estabilidade, apesar de toda a abertura, apesar de toda simpatia que os nossos governos têm manifestado em relação aos parâmetros da globalização - os quais nem a Alemanha, nem a França, nem a Inglaterra, nem os países escandinavos estão seguindo, mas nós estamos -, sabemos que as nossas taxas de poupança e investimento sequer estão estagnadas; estão em queda.

O que os nossos capitalistas estão fazendo com a estabilidade da moeda? Não sei. Enquanto não estiverem fazendo alguma coisa que tenha a ver com política de investimento, não podemos ter nenhuma expectativa de que o problema do emprego neste país possa ser resolvido, com ou sem a estabilidade da moeda.

Em um país como o nosso, não podemos achar que estamos tendo um desempenho excepcional, pelo fato de havermos

obtido certa percentagem de diminuição da desigualdade. Continua havendo uma diferença muito grande quanto à renda média da população. A renda per capita é de 4.300 dólares; o desvio padrão, acentuadíssimo, de cerca de 50% da renda média. Trata-se de um pouco de excesso retórico - houve no máximo uma homogeneização das dificuldades. Uma coisa é falar numa piora de distribuição de renda, a partir de 25.000 dólares per capita, como na Suica, por exemplo, e com baixo desvio padrão. Outra é dizer que houve melhoras porque o desvio padrão melhorou um pouco nessa faixa, no Brasil, o que, aliás, é altamente controverso.

Ou seja, não existe melhoria em relação à situação de desigualdade enquanto o patamar de renda média do País não atingir níveis decentes. Existem apenas paliativos. Existe apenas algo que não pode deixar de acontecer, se querem ter mercado para vender alguma coisa, qualquer coisa, inclusive as mercadorias importadas. E, daí, tiram-se inferências políticas bastante comprometidas.

Denomina-se esse processo



de redução da desigualdade porque é assim que os párocos da economia o chamam, mas, politicamente, não quer dizer nada disso. Trata-se, como disse, de mera figura de retórica estatística. Vivemos em um país extremamente desigual, extremamente pobre, com dificuldades de ingressar numa dinâmica que, esta sim, diminua as desigualdades. Dizem que um processo de distribuição de renda constitui um eventual obstáculo à capacidade de acumulação capitalista - e isso foi verdade, em algum momento, nos países

ricos. Mas, estamos discutindo aqui a possibilidade de gerar uma distribuição de renda que funcione como incentivo ao crescimento econômico, um tipo de crescimento econômico que não pode acontecer sem distribuição de renda.

Ouando vamos deixar de lado as opções que nos levam aos tipos de crescimento econômico perverso? Quando vamos adotar a benéfica correlação entre maior igualdade e major taxa de crescimento econômico? Vários países o fizeram. Foi preciso haver uma intervenção política para tanto e os sindicatos devem estar conscientes disso; essa é a luta que devem empreender. Não sou eu que vou dizer como devem fazê-lo. Não estou na linha de frente. Estou apenas cumprindo o papel que me cabe aqui, o de trazer algumas reflexões para que saibamos exatamente diante de que processo estamos, e para que saibamos decodificar a belíssima literatura sociológica com que temos sido brindados, desde os tempos do Presidente José Sarney.



PROPOSTA RECOMENDA

Limites Energéticos do Desenvolvimento

Ivo M. Theis

A questão energética está ligada à sustentabilidade das sociedades contemporâneas e, portanto, ao dia-a-dia de qualquer ser humano. Compete a seres humanos livres tomarem decisões sobre energia para tornar o mundo mais sustentável.

Este livro desperta no leitor o interesse em participar deste debate, cuja importância é demasiada para ser deixada nas mãos de algumas grandes empresas multinacionais, de uns poucos especialistas e de burocratas que aparentemente se pautam por critérios técnicos nas suas decisões.

Pela sua linguagem direta desmitifica a complexidade do entendimento da questão energética, tornando-se assim acessível a todos e instrumento importante para o debate entre os jovens que desde agora devem se posicionar frente as questões do futuro do planeta e da humanidade.

Editora da FURB Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco T, sala 117 Blumenau, CEP 89012-900 Santa Catarina Tel: (047)3210329 Fax: (047) 3228818



Portugal no Contexto da "Transição para o Socialismo" (História de um Equívoco)



Portugal no Contexto da "Transição Para O Socialismo"

José Maria Carvalho Fonseca

Para compreendermos o fenômeno de mudança da URSS, ou inclusive, a evolução de Portugal após o 25 de abril de 1974, é necessário avaliarmos os postulados teóricos que estiveram na origem e no desenvolvimento histórico da "transição para o socialismo".

Este livro faz a análise crítica das premissas teóricas e práticas da "transição para o socialismo" com especial incidência em determinados autores e países, particularmente, em Portugal entre 1974 e 1975.

Editora da FURB Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco T, sala 117 Blumenau, CEP 89012-900 Santa Catarina Tel: (047)3210329 Fax: (047) 3228818



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIA SOLIDÁRIA.

*Pedro Cláudio Cunca Bocayuva



*Diretor da Área de Trabalho e Renda da FASE

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos apontar para os núcleos duros e de longa duração que bloqueiam a democratização substantiva da sociedade brasileira. Problematizamos o contexto de transição como terreno de embate entre a ideologização neoliberal do quadro de ajustereestruturação face à inserção competitiva e a necessidade da construção de uma alternativa de desenvolvimento. Isso será feito a partir da definição de uma estratégia de solidariedade e radicalização da democracia, unificando projeto de desenvolvimento nacional, aprendizagem dos novos padrões da transição informacional e reformas sociais estruturais e plataforma de economia popular e solidária.

O referencial teórico é o das análises histórico-estruturais ligadas à crítica da economia política (K. Marx), levando em conta as noções organizativas de sistema e complexidade (E. Morin) e enfocando a questão das regulações sociais e institucionais do mercado pela esfera pública e pelo Estado (Escola Francesa da Regulação). O conteúdo ético-normativo aqui explicitado parte da categoria de hegemonia (Gramsci, 1978), com enfoque na pluralidade e no pluralismo dos sujeitos coletivos, a partir da perspectiva emancipatória que deve informar a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

O desafio proposto por diferentes atores políticos nas disputas das reformas do nosso americanismo periférico e

perverso se coloca no terreno da chamada radicalização da democracia. A construção da moderna civilização brasileira, como parte da periferia ocidental, no contexto das várias mutações da divisão internacional do trabalho, na lógica do desenvolvimento desigual e via padrões de modernização autoritária, é o terreno sobre o qual se operam os conflitos da longa duração histórica da Nação. O padrão pós-nacional da "economia mundo" do capital reafirma inúmeras questões e desafios para o modo brasileiro de operar transições no sistema produtivo. As formas de acumulação do capital no Brasil remetem para as mudanças pelo "alto" ou "prussianas" de construção do capitalismo periférico e tardio. A "revolução pelo alto", a "revolução sem revolução" (C. N. Coutinho), marcou o modelo político republicano e definiu o autoritarismo como padrão institucional e cultural. O compromisso entre liberalismo político e democracia de massas, no processo de transição democrática, esgotou-se nos limites da polaridade político-eleitoral de 1989 com o final da chamada "Nova República". O processo de alargamento da participação eleitoral e das liberdades políticas continuou tortuoso nas lutas cívicas e ético-políticas até o impeachment de Fernando Collor. Entretanto, foi bloqueado pelas dimensões estruturais da crise de hegemonia do autoritarismo na transição da ditadura militar para o regime democrático-liberal e pelo esgotamento do movimento grevista de massas.

O ciclo de conflitos sociais. inaugurado em fins dos anos 70, paralisou-se no contexto político da vitória de Collor. Seu marco formal de declínio se deu no ano da definição dos eixos da reestruturação empresarial-produtiva. A reestruturação com vistas à inserção internacional via liberalização foi anunciada pelas Diretrizes de Política Industrial e Comércio Exterior de Collor-Zélia e daí se desdobrou na hegemonia de uma inserção internacional subordinada a um padrão de adesão acrítica aos atuais modos dominantes de ajuste estrutural. Negar a base estrutural e o condicionamento internacional imbricados pela nova revolução industrial pouco tem contribuído para a retomada de um horizonte estratégico de transformação social. Ao contrário, paralisa o campo da esquerda e das oposições sociais. O último suspiro da resistência em bloco a esse processo se deu em 1995 com a greve dos trabalhadores do complexo industrial do petróleo. Desde então, o marco de lutas se traduz em estratégias sindicais defensivas, pois a base material social dos movimentos de trabalhadores assalariados enfraqueceu-se com a diminuição em mais de 30% da ocupação no setor industrial (A. Mercadante). Essa mutação na estratificação social é ainda mais ampla se levarmos em conta os efeitos sobre a dimensão jurídicocontratual derivada do fenômeno precarização-informalização do mercado de trabalho, desarticulando a organicidade das relações sociais de produção nascidas da política de industrialização do período da modernização conservadora.



Os impasses gerados desde o interregno de Itamar Franco resultaram num padrão específico de estabilização, ao qual não se pode opor uma retórica tradicional do desenvolvimentismo a partir da posição genérica de volta ao crescimento. No entanto, a objetividade da globalização deve ser relativizada pela materialidade da dimensão e complexidade estrutural da economia nacional. A vantagem comparativa nacional de inserção depende, mais uma vez, da base produtiva construída nos ciclos da industrialização substitutiva. O mercado interno continua sendo um fator decisivo para responder aos problemas da orientação para uma inserção global. Por isso, o governo Fernando Henrique Cardoso se vê obrigado a manter algumas barreiras e defesas, realizando uma política cheia de ziguezagues, com poucas respostas efetivas e

limitada pelo câmbio sobrevalorizado. Paradoxalmente, as reformas liberalizantes exigem um protagonismo ativo do Estado para a privatização e a desregulamentação que, por força das suas exigências brutais de reestruturação, vêm, assim, abrindo terreno para a perspectiva de institu-

cionalização de uma democracia restrita, meramente delegativa, que se articula com a apologia de um mercado livre de amarras políticas.

Nessas reflexões desejamos ir além desses bloqueios, com a preocupação estratégica de ultrapassar e desconstruir o padrão brasileiro de revolução passiva do capital (L. Werneck Vianna) e de suas forças produtivas. Isso, para pensarmos a

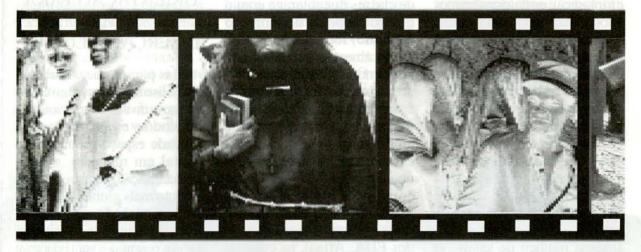
hipótese de retomar um sentido para a revolução brasileira como democratização substantiva permanente, como regime político construído pelos sujeitos e instituições que alargam os métodos de participação e decisão diretos e indiretos no processo político. O ponto de partida lógico para uma análise crítica das metamorfoses do regime de acumulação, quando se trata do terreno da economia, é o das relações de trabalho. Cabe observarmos a diversidade dos padrões e relações de produção que se amalgamam na formação social brasileira e geram novos padrões de desigualdade e mobilidade nas estruturas sociais e nos conflitos que delas emergem.

A afirmação acima nos permite definir uma trajetória de desenvolvimento desigual, com seus dualismos, que vai se metamorfoseando no tempo e no espaço. Este processo foi inaugurado com a grande transição estrutural: na passagem do escravismo colonial para o trabalho livre, onde tive-



mos uma forma de estruturação desigual matricial, inclusive no plano das diferenças étnicoracias, espaço-territoriais e de gênero, para a conformação do mercado de trabalho.

A partir dos anos 30 e com as transformações industriais urbanas regulando o trabalho pela forma cionalizam o excedente de trabalho. Sendo assim, a forma exército de reserva está acompanhada por uma exclusão social que descarta os trabalhadores "supérfluos" e passamos a ter a criação da categoria dos considerados "impossíveis de empregar". o genocídio social permanente ganha os contornos de vozes femininas. A recusa das populações ao ciclo de acumulação originária permanente (Florestan Fernandes) que se entrelaça com os surtos de modernização aparece na saga dos conselheiristas. Alí, direção, roteiro,



institucional corporativa e a dualidade legal, geramos a base do conflito entre com carteira e sem carteira, acelerando as polaridades regionais e as tensões cidade campo.

A montagem do controle político autoritário pela ditadura militar e as novas formas derivadas do fim da estabilidade, com a rotatividade e sobreexploração intensivo/extensiva do trabalho, levou o modelo desigual ao moderno conflito de classes numa direção dupla: como conflito industrial e como contexto de marginalidade urbana e rural, gerando a temática de longo prazo da informalidade X formalidade.

A nova contextualização pela via ultra-liberal tardia da desregulamentação informa os conflitos atuais em torno do elo contraditório estruturante: reestruturação das relações capital e trabalho X formas que desfun-

DIFERENTES ÂNGULOS DA CENA BRASILEIRA

Cena 1

O ano de 1998 poderá se transformar no ano do desafio cultural da nação brasileira se for situado a partir do debate posto no embate clássico de Os Sertões de Euclides da Cunha. Pela via cinematográfica, a Guerra de Canudos, de Sérgio Resende, redesenhou o debate da construção nacional, apresentou o elo entre estratégias de sobrevivência e identidade social popular dos excluídos. A linguagem adequada para a crítica ao "progresso República" e à "civilização do Império" apareceu no traço estético desse filme magnífico, obra onde os diferentes heroísmos se estilhaçam e a repulsa moral nacional contra

atores e cenografia orientam nosso olhar através da perspectiva crítica de duas mulheres que, em suas falas e ações, abrem novamente uma interrogação fundacional para a perspectiva contemporânea da cidadania: poderia o enorme dispêndio sócio-material, a criatividade e a força dos homens e mulheres postos em confronto traduzir-se numa perspectiva de construção nacional distinta?

Cena 2

O dualismo estrutural e o desenvolvimento desigual reapareceram no debate nacional com Betinho e a Ação da Cidadania, com os Sem-Terra e as ocupações e assentamentos, na reflexão testamento de Darcy Ribeiro, nas novas advertências de Celso Furtado, nos escritos de Francisco de Oliveira, de

Paul Singer, de Cristóvan Buarque, de Mangabeira Ünguer, de João Paulo de Almeida Magalhães 1. A crise do modelo de desenvolvimento e os três Brasis (Bélgica, Bulgária e Índia) foram recolocados pelo relatório PNUD-IPEA. Oficializamos a pobreza e a injustiça e institucionalizamos a solidariedade, o voluntariado, o terceiro setor, mas deixamos de lado o orçamento social, abrimos mão das prioridades de políticas públicas sociais. Projetos demonstrativos, "gente que faz", microcrédito popular, e um experimentalismo social difuso pretendem responder ao cenário de fragmentação e desarticulação sociais. A crise urbana explosiva e o conflito rural, assim como o colapso do sistema público de saúde, se entrelaçam com a precarização das relações de trabalho.

HOJE O MARCO DE LUTAS SE TRADUZ EM **ESTRATÉGIAS SINDICAIS** DEFENSIVAS, POIS A BASE MATERIAL SOCIAL DOS MOVIMENTOS DE **TRABALHADORES** ASSALARIADOS **ENFRAQUECEU-SE** COM A **DIMINUIÇÃO EM** MAIS DE 30% DA OCUPAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL (A. MERCADANTE).

O conflito distributivo se desloca das greves de massas para o terreno das famílias e indivíduos. O conflito em torno da renda nacional passa da forma classista para o terreno do consumo privado: a contradição entre credores e devedores é a nova forma fragmentada da luta de classes que interage com o quadro de perda do emprego (contrato) formal de trabalho. Deslocamentos abruptos viram sinônimo de "flexibilidade"2. A precarização vira ante-sala de americanização do mercado de trabalho. Enfim, somos americanos sem pensarmos criticamente a América, a não ser quando o Império aparece não como espectro, mas na sua materialidade simbólica e corpórea no casal presidencial dos EUA. Afinal, na crise do modelo de industrialização substitutiva, a regulação universal da valorização do capital deixa de presidir as metamorfoses das divisões sociais? O mundo do trabalho estaria de fato perdendo centralidade sociológica e ontológica quando ouvimos reclamos de flexibilidade e novas exigências de empregabilidade? No espaço da permeabilidade e pregnância da nova financeirização e das práticas da chamada acumulação flexível (D.Harvey, 1992), teria o espaço territorial e o mercado nacional se transformado em desvantagem? Interrogamo-nos, ainda, se o capital global e as formas nacionais e regionais que definem a interdependência perderam a assimetria em termos de poder? Abrindo-nos deixamos de ser miméticos para sermos iguais? Deixamos de ser periféricos para sermos centrais?

O MERCADO
INTERNO CONTINUA
SENDO UM
FATOR DECISIVO
PARA
RESPONDER AOS
PROBLEMAS DA
ORIENTAÇÃO PARA
UMA
INSERÇÃO GLOBAL.

Mas parece que o realismo da análise indica que algo como uma nova divisão internacional do trabalho se esboça na territorialidade espaço-produtiva do capital em mutação, onde a financeirização aparece como seu produto mais global ao lado da pseudo-"macdonaldização" cultural-consumista. Que instrumentos possuímos para lidar com essa dupla metamorfose (a da sociedade e a da economia nacional) atravessada pela mudança estrutural na dinâmica e no ciclo da "economia mundo" do capital com sua distribuição espacial/ empresarial/tecnológica desigual?

Cena 3

Os modos de desenvolvimento continuam a interagir com os regimes de acumulação de capital nas formas históricas

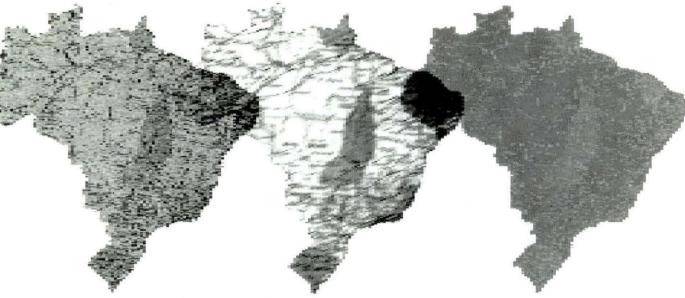
¹ Para um apanhado desse debate sugerimos a leitura de Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil. Rio de Janeiro: FASE/FUJB-UFRJ. 1995.

² Parte do enfoque dominante sobre as questões do mercado de trabalho pode ser encontrado em Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil, CAMARGO, José Márcio (org). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 e, em Dados revista de ciências sociais: trabalho e emprego. Rio de Janeiro: IUPERJ, volume 40, n1, 1997.

de sua manifestação. O desenvolvimentismo da acumulação política brasileira perdeu dinamismo pela restrição de financiamento interno e para a pressão da luta redistributiva nacional que não permitia que houvesse a criação de uma poupança interna. A modernização brasileira duplamente golpeada se traduziu no conflito clássico entre capital e trabalho, até que a lógica hiperinflacionária e a camisa de força do ajuste estrutural retirassem do ator sindical parte de sua materialidade, energia e simbolismo.

institucional dos padrões do taylorismo primitivo e do fordismo periférico devem ser quebrados na onda pós-moderna em nome da adesão incondicional à "terceira onda" (A.Tofler). Conter os custos do trabalho pela reestruturação espúria se complementa com a busca de saídas de informalização que usam a inteligência das estratégias de sobrevivência popular como armas da sobreacumulação informal. O micro e o autônomo viram terreno do compensatório, o mercado e o consumo popular ganham um

porários redefinem as formas históricas do exércíto industrial de reserva, da população supérflua e do terciário inchado. A sociologia do trabalho e da exclusão voltam como áreas disciplinares fortes de uma sociologia funcionalista que se entrelaça com a crítica da recuperação neoclássica em economia, num esforço de recortar analiticamente e focalizar a pobreza, retirando-lhe os elos de significação estrutural. Mas a "utilidade" do trabalho para a valorização do capital não consegue ocultar o peso da



O capital como relação social se reproduz nesse conflito e negociação. Seus limites e possibilidades se definem em formas institucionais de regulação, que implodem as diferentes modelagens institucionais legais que as recobriam até agora. Nesse cenário, os direitos sociais emergentes do trabalho aparecem, na retórica dos representantes do capital, como demanda ingovernável e corporativa. A rigidez da identidade operária e a materialidade

terreno circunscrito aos riscos de uma inserção minimalista e arriscada via crédido.

A nova ilegalidade do capital informalizado vem em defesa das taxas decrescentes de um lucro que não resiste ao cenário da produtividade e dos custos do dumping social externo. Informalização e precarização fazem a ligação histórica entre a marginalidade estrutural e as novas formas ocupacionais. Terceirização, terciarização, informalidade, e contratos tem-

ligação permanente entre exploração relativa e absoluta no novo dualismo estrutural da transição-reestruturação.

Os estudos sobre a "rigidez" do trabalho desaguam na matriz

3 O debate sobre a necessidade de construir as relações de produção capitalistas no sentido da fluidez do trabalho em face ao capital faz parte do processo permanente de desenvolvimento das forças produtivas sociais do capital. Vide cap.XIII de *O Capital* de K.Marx, citado na bibliografia ao fim deste artigo.

teórica do capital humano entendido como condição exclusiva do neologismo "empregabilidade". O ethos competitivo-individualista de uma sociedade de consumidores, num quadro de acentuação política da competição, atualiza a acumulação originária permanente do capital como compensação para a debilidade das forças produtivas do capital na semi-periferia industrial brasileira. Hoje, as regiões Sudeste e Sul do país assistem ao amplo desem-prego aberto que não deixa de lado as formas de rotatividade do trabalho rebaixando-lhe o valor e ainda

culpabilizando sua força contratualsindical pelos frutos negativos de uma acumulação política (J. L. Fiori). Forma de acumulação esta que, na sua crise, foge para adiante e, novamente, "socializa as perdas", ao mesmo tempo em que se exaure. Os custos do ajuste e os problemas derivados da baixa poupança

têm sua solução financeira no padrão defensivo da reestruturação com o abandono temporário da política industrial e a eliminação completa da política salarial.

Na outra face da moeda, a dívida interna e externa refletem os problemas das contas nacionais, temporariamente sustentadas pela entrada de capitais voláteis, pelas privatizações e pelas intensas importações financiadas. A infraestrutura do novo projeto que se esboça busca reforçar a orientação exportadora intensiva em

recursos naturais, humanos e energéticos e se apoia em facilidades e vantagens tributárias, tentando entrelaçar a fibra ótica, a ferrovia e o porto, com a mineração e a nova agro-exportação (Programa Brasil em Ação). Apesar da rigidez cambial, o modo de transição neoliberal se sustenta na entrada de capitais e no financiamento de agências públicas e multilaterais. Os efeitos sobre consumo e crédito se entrelacam com o potencial interno do mercado mantendo certos dinamismos e mobilidade (recentemente apontados pelo ecominsta A.B.Castro), que trazem uma incógnita acerca dos

CABE OBSERVARMOS A
DIVERSIDADE DOS PADRÕES E
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO QUE SE
AMALGAMAM NA FORMAÇÃO
SOCIAL BRASILEIRA E GERAM
NOVOS PADRÕES DE
DESIGUALDADE E MOBILIDADE
NAS ESTRUTURAS SOCIAIS E NOS
CONFLITOS QUE DELAS
EMERGEM.

efeitos distributivos da moeda valorizada (vide Wanderley Guilherme dos Santos neste número de Proposta). A fuga para adiante retorna revestida do discurso de "revolução silenciosa" (Francisco Weffort), mais como resultado da matriz estrutural do desenvolvimento desigual e excludente, do que como resposta relativamente autônoma para os condicionamentos da divisão internacional do trabalho em mutação. O Brasil continua revelando a sua

face de país onde as distâncias e fossos da desigualdade ampliam-se e retroalimentam os elos entre pobreza absoluta, sempre reproduzida, e pobreza relativa crescente. A metáfora das cidades partidas (Zuenir Ventura e Maria Alice Resende), a nova dualidade urbana4 expressa na cultura de massas e na vida cotidiana as incertezas do mundo competitivo em que somos novamente jogados, desregulando e desregulamentando o mercado e o trabalho. Assim, temos aprisionado o social na tendência permanente para a apartação social.

Um capitalismo capilar

relacionado com mercados locais e relocalização se liga a impulsos dinâmicos no agro-industrial e na diversidade de contextos e modos de regulação ligados à especializações e sinergiais empresarias e produtivas. Assistimos. desse modo, a movimentos para

cima e para baixo da pirâmide social. O mesmo vale para dinâmicas oligopolistas (empresariais e financeiras), que, através de fusões e estratégias de reestruturação, conseguem se colocar nos patamares de produtividade requeridos pela

4 vide RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR-UFRJ/FASE, 1996.

dinâmica global. Afora os ziguezagues nos sistemas de proteção, taxação e tributos que facilitam a manutenção de setores como, por exemplo, o da indústria automotiva, que reorganizam a sua presença em grande escala (J. Gorender).

O EPÍLOGO: A SOBERANIA DA MOEDA OU OS PRISIONEIROS DA ESTABILIZAÇÃO

A forma monetário-financeira do capital se reconstroe como fator ordenador do cálculo capitalista no contexto da globalização (dolarização) da economia. A moeda nacional de curso forçado - ancorada na fluidez e nas relações financeiras do capital transnacionalizado incide de forma direta nas novas modalidades de conflito distributivo inauguradas na era do Real. A reorganização do mercado de trabalho pela via da chamada americanização, como sinônimo de flexibilidade contratual, se liga diretamente a uma camisa de força do novo ciclo longo de financeirização do capital. Descrevemos ao longo desse trabalho a outra face da estabilização, ou a ruidosa revolução passiva "americanista"/flexível do capital, cuja forma e conteúdo se desdobram dessa financeirização, que é a marca registrada do ajustamento globalmente orientado nos termos da moldura política do "consenso de Washington".

O ajuste macroeconômico lança as bases para essa nova ideologização do conflito distri-

butivo brasileiro que se manifesta nos discursos que identificam as reformas neoliberais e o ajuste/ reestruturação da economia brasileira como sendo uma via de modernização. Essa nova ideologização se contrapõe à toda norma legal que defenda direitos e instituições, agora lancados na vala comum do "cartorialismo ibérico" ou do "corparativismo". Nossos governantes, numa reapropriação da noção de americanismo, esvaziam o conteúdo sociológico da análise de A.

Gramsci da solução pelo binômio americanismo/fordismo da crise do capitalismo (1929). Desse modo. estabelecem um discurso de uma "única via possível" para fazer frente aos condicionamentos da modificação dos padrões capitalistas de acumulação no contexto pós-Guerra Fria. Os porta-vozes governistas não propõem o congelamento da história nem apregoam o seu fim. Definem um destino ou finalidade para a nação que deriva desse novo mimetismo em relação ao modelo de regulação salarial norte-americano (M. Aglietta, 1988).

A estabilização como ideologia e política obscurece, pela força dos condicionamentos do novo ciclo do capital, o verdadeiro sentido da

instauração da acumulação flexível nas condições próprias da semi-periferia industrial brasileira. O conflito redistributivo que se traduzia na hiperinflação se metamorfoseia, por força dos novos mecanismos de acumulação global, através de uma brutal transformação e deslocamento da acumulação política (autoritário-corporativa) para a acumulação flexível (liberal-oligárquica), cuja expressão política é a aliança governista (PSDB, PFL, PPB, PTB, parte do PMDB, PL, etc).



A abertura financeira, os mecanismos de controle da moeda e do crédito, a contenção do gasto público, a privatização, a nova concentração bancária, os processos de fusões e aquisições no plano das grandes corporações redefinem as relações entre Estado e capital e desenham as novas formas de associação entre setores do bloco dominante brasileiro e o capital internacional. O novo padrão de desenvolvimento

dependente se liga através da transicão/reestruturação empresarial produtiva à dinâmica financeira internacionalizada porém, é amparado pela mediação dos mecanismos internos de ajustamento. Nesse movimento, vai se definindo o jogo de perde/ganha danovasocialização das perdas sem redistribuição (política) equalizada dos lucros no conjunto das classes dominantes. numa inoculação

de processos competitivos que são amortercidos, ainda, por velhas rolagens de dívidas e facilidades fiscais e creditícias.

Mas, é a manifestação do conflito entre capital e trabalho como um conflito entre credores e devedores que melhor expressa os problemas de redistribuição dos custos do ajuste. Na forma vivida do cotidiano das classes trabalhadoras e dos setores médios, é que o fio da meada precisa ser desvendado

para compreendermos os deslocamentos e o tipo de encobrimento da disputa redistributiva que se dá no Brasil.

O efeito social da precarização das relações de trabalho e do endividamento da sociedade e do Estado resulta desse processo e fortalece as condições de imposição de um tipo de americanização perversa. Como uma contra-revolução passiva, esta americanização atravessa e atualiza o cenário

A INFRA-ESTRUTURA DO
NOVO PROJETO
QUE SE ESBOÇA BUSCA
REFORÇAR A ORIENTAÇÃO
EXPORTADORA INTENSIVA EM
RECURSOS NATURAIS, HUMANOS
E ENERGÉTICOS E
SE APOIA EM FACILIDADES
E VANTAGENS TRIBUTÁRIAS,
TENTANDO ENTRELAÇAR A
FIBRA ÓTICA, A FERROVIA
E O PORTO, COM A
MINERAÇÃO E A
NOVA AGRO-EXPORTAÇÃO (PROGRAMA
BRASIL EM AÇÃO).

para a fluidificação dos deslocamentos de riqueza e poder que reestruturam o espaço e o tempo das formas do capitalismo desigual brasileiro. A desarticulação dos atores sociais e o enfraquecimento do Estado nacional seguem um duplo eixo do sentido sócio-político da reforma do capitalismo brasileiro da quebra das regras contratuais e dos direitos sociais do trabalho e a exposição ao contexto competitivo internacional. A redefinição da inserção internacional da economia nacional sob o condicionamento das tendências internacionais (ajuste/reestruturação/terceira revolução industrial-tecnológica) coloca no centro do debate o tema da soberania da moeda como expressão objetiva da financeirização da vida cotidiana.

Falar de economia solidária nesse cenário é uma opção ético-política. Opção fundamentada na crítica da economia

política, que recobra seu valor práticoe analítico em face ao economicismo liberal que informa e legitima o discurso político dos nossos governantes, eles mesmos prisioneiros de suas certezas aparentes. É a forma prática de manter unificados os segmentos populares, médios e empresariais que podem

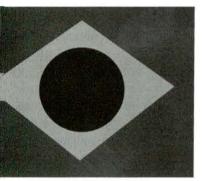
apoiar uma guinada alternativa nos rumos estratégicos do desenvolvimento nacional. Esta guinada só poderá ocorrer tendo em conta as mudanças já realizadas e os condicionamentos objetivos da transição em curso na esfera mundial, relativizando o enfoque alternativo através, como veremos, dos diferentes anéis/estratificações do modelo e do modo de produção realmente existentes e, hoje, desarticulados.

A NOVA TRANSIÇÃO E A DISPUTA DA REESTRUTURAÇÃO

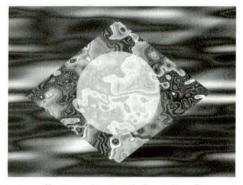
A nova transição informacional no modo de desenvolvimento modifica e desloca a centralidade industrial no modo de produção capitalista. As tecnologias relacionadas ao complexo eletrônico se ligam diretamente às formas empresarias e organizacionais da produção de bens e serviços que modificam o peso relativo do componente material-energético para a

destruição nada criativa. A onda schumpeteriana de inovações rebate como desarticulações que intensificam o taylorismo primitivo e o fordismo periférico que, ao invés de superados, são agora intensificados e insularizados. Há uma intensificação da rotação no mercado de trabalho e na sua precarização, ampliando a forma supérflua dos diferentes tipos de trabalhadores autônomos e sem-carteira nas sub ocupações e empregos temporários e precários. A flexibilidade espúria do trabalho e a ruptura na regulação contratual salarial diminuem as

emprego e a definição de uma política industrial e tecnológica intensiva em trabalho não podem ser descartadas nas possibilidades alternativas de aprendizagem coletiva para o novo desenvolvimento. O elo reforma educacional e habilitações profissionais depende da democratização dos sistemas ligados à construção da cultura técnica (Rogério Valle), enquanto expressão crítica das formas de gestão do processo de trabalho. Nas forças produtivas da inteligência da Terceira Onda, a metáfora da produção de mercadorias se transmuta, e dá

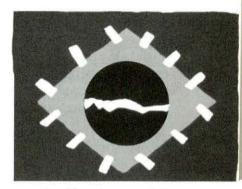


conexão entre informação/ inovação/processos. Os três Brasis (PNUD-IPEA) são afetados e exigem dinâmicas distintas para fazerem face aos conflitos desencadeados na ponta pós-fordista/informacional, no miolo dos complexos industriais e agro-industriais e na base precária informal de processos de baixa acumulação e tecnologia restrita. Por um lado, a reestruturação permeia, adapta e seleciona os elos dos diferentes estratos econômicosociais e modos de produção desigualmente subordinados pela acumulação flexível. Por outro, os processos tradicionais vão se desarticulando ou se adaptando, acentuando perversidades numa



condições de participação do trabalho na disputa da reestruturação rompendo a moldura da CLT.

Responder a este processo significa unificar planos de ação, plataformas e estratégias que nascem das metamorfoses da exclusão e escassez, reinventadas no contexto de transição do regime de acumulação. Ao contrário da lógica da empregabilidade, o novo enfoque estratégico alternativo deve ser o da construção sistêmica de padrões de aprendizagem (M. Storper) e a ampliação das condições de conflito e negociação tripartite entre capital, trabalho e Estado (M. C. Tavares e J. L. Fiori). A ampliação do sistema público de



um novo significado ao valor adicionado pelas tecnologias via capital informacional, virtual e simbólico. No entanto, dado o padrão desigual de nossa formação educacional profissional e dadas as condições de nossa cultura empresarial, o trabalho continua sendo a fonte estratégica da inovação informacional e da reaprendizagem do desenvolvimento.

Assim, como já foi assinalado por J. R. Tauile, as novas tecnologias de processo são as que podem no mais curto prazo de tempo gerar efeitos de alavangem e reestruturação produtiva ofensiva. O que implica em conexões e sistemas que fazem do acúmulo intelectual

e científico da Universidade um aliado estratégico dos sindicatos, dos trabalhadores, dos técnicos e dos empresários para a busca de um caminho alternativo de crescimento com sustentabilidade sócio-ambiental.

A força produtiva do capital só alcança patamares de avanço diante dos novos condicionamentos da divisão técnica das relações de produção nos quadros da automação microeletrônica - se o investimento em máquinas inteligentes estiver alavancado numa correta pactuação social centrada na revalorização do trabalho. Isto é justamente o inverso do que vem sendo feito na perspectiva dos atuais programas de qualidade e produtividade, hoje entendidos apenas como fatores derivados dos condicionamentos do ambiente internacional.

O espaço e o ambiente para a implementação de estratégias de cooperação que dêem conta das exigências dos novos sistemas de inovação devem responder a estes aspectos básicos de aprendizagem coletiva, através de uma reforma intelectual e moral na cultura técnica e empresarial. A cidadania e a democracia podem se beneficiar desse entrelacamento. A cadeia produtiva e os diferentes mercados podem ser articulados por cadeias inteligentes de cooperação, se estiverem amparados na potencialidade inexplorada das tecnologias de processo como referencias para a mudança macro e microeconômico mais adequada à redefinição do sistema e regime de produtividade. A autogestão (P. Singer) e a co-gestão de processos produtivos industriais e pósindustriais, que renascem como possibilidade alternativa na crise de transição, dependem do espaço político a ser conquistado pelos trabalhadores na definição estratégica dos rumos da reestruturação.

A atual transição industrial deve ser percebida como terreno oportuno para a disputa, conflito e negociação em torno da construção de um novo bloco industrial, que se desenha como possibilidade - oculta pela ideologização neoliberal - para a realização das condições de rearticulação das alianças capazes de unificar os três elos ("Brasis") dos modos desiguais de estruturação das relações de produção. A centralidade relativa da transição parte dos complexos derivados da Segunda Revolução Industrial (C. Benjamin e A. Mercadante) como marco estruturante para unificarmos dinamicamente, sem desagregar, as cadeias produtivas instaladas no Brasil. Desse modo, articulando no plano nacional, regional e local os mercados e padrões de produção e consumo dos anéis da economia desde a pequena produção até a ponta informacional pós-moderna. As respostas científicas e tecnológicas para as exigências de articulação desses planos desiguais devem se conectar com a definição dos parâmetros do projeto de aprendizagem, para construirmos as vantagens sociais indispensáveis para a mudanca sistêmica em face ao novo cenário de competição global, o que pode gerar uma vantagem comparativa central no contexto da Terceira Revolução Industrial.

A NOVA CENTRALIDADE DO TRABALHO OU A SOLIDARIEDADE COMO VALOR ESTRATÉGICO

A perspectiva da democracia substantiva se mede por mudanças qualitativas no bem-estar existencial coletivo, enquanto desenvolvimento humano nas suas múltiplas dimensões. Relacionar igualdade econômico-social com liberdades políticas permanece um objetivo da contemporaneidade. O marco de equidade e justiça social que pode ser alcançado num cenário de desigualdade e exclusão nos remete para a produção do excedente econômico, e à sua utilização nas estratégias de acumulação e nas formas de consumo individual e coletivo. As formas de renda, as políticas públicas, os ritmos do desenvolvimento econômico devem levar em conta a construção de uma sociedade de bem-estar social como fundamento de um sistema produtivo e de um modo de vida social, que difunda os benefícios dos avanços na produtividade social derivados dos novos agenciamentos empresariais, técnicos e produtivos. A própria reforma do Estado deve ter esse objetivo estratégico de construção, cooperação, coordenação e monitoramento de políticas que unifiquem os dinamismos que nascem dos diferentes mercados de bens e serviços.

A cultura política de direitos individuais e coletivos da democracia progressiva e

ampliada ainda é carente de centralidade nos modos de produção da riqueza social. Neste sentido, o trabalho e a sua relação com as estruturas de propriedade e renda ainda são a forma central de incorporação e significação da vida social. O fato de serviços, vida cultural e lazer se incorporarem nos padrões individuais e coletivos de consumo produtivo e reprodutivo criam novas possibilidades de redistribuição e difusão de benefícios de uma regulação social do mercado, assim como para a geração de novas fontes de ocupação e renda. A superação do trabalho assalariado como emacipação social e política dos seres humanos deve seguir uma via distinta da exclusão e descartabiliade nos processos sociais de nova dualidade. Precisamos romper com os contornos estruturalmente perversos da mudanca no regime de acumulação, que até mesmo nos países centrais é denominado "brasileirização".

A "UTILIDADE" DO TRABALHO PARA A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL NÃO CONSEGUE OCULTAR O PESO DA LIGAÇÃO PERMANENTE ENTRE **EXPLORAÇÃO RELATIVA E** ABSOLUTA NO **NOVO DUALISMO ESTRUTURAL** DA TRANSIÇÃO-REESTRUTURAÇÃO.

Sendo assim, o pacto político democrático se relaciona no contexto de mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento através de formas de contratação coletiva e da políticas de rendas. Os ritmos de mudanças do regime produtivo devem ser contratados e pactuados na diversidade dos diferentes anéis e cadeias sócioprodutivos, interagindo com a dinâmica de reformas sociais que liberam as forças produtivas sociais. As reformas agrária e urbana são condição para essa nova estratégia de liberação e reorganização social e espacial destas forças, sem as quais permaneceremos nos marcos sistêmicos e sociais dos cenários prémodernos. A introdução à contemporaneidade, que aproveite as contradições e dinamismos competitivos da globalização do capital, depende da capacidade de cooperação e coordenação dos atores nacionais e de suas alianças internacionais.

A redistribuição desigual, espacial e social das novas condições de produtividade, vinculadas ao impulso tecno-científico e cultural da sociedade informacional, exige uma reforma do modo de produção e distribuição da riqueza social, no modelo de desenvolvimento. Por este ângulo, o reconhecimento da função social da propriedade e a necessidade de distribuição das riquezas nacionais, juntamente com a ampliação dos direitos sociais, fazem parte da conquista democrática mínima obtida em 1988. Não podemos retroceder desse marco das possibilidades de qualquer ampliação da democracia dentro da ordem (Florestan Fernandes) constitucional pactuada. Fora disso teríamos o retrocesso ou a exigência de rupturas dramáticas de revolução contra a ordem.

...OS DIREITOS
SOCIAIS
EMERGENTES DO
TRABALHO
APARECEM, NA
RETÓRICA DOS
REPRESENTANTES
DO CAPITAL, COMO
DEMANDA
INGOVERNÁVEL E
CORPORATIVA.

Como realizar esse programa mínimo da democratização apoiado numa política para um novo desenvolvimento? Como fazê-lo sem desvincular, numa fuga para diante, os diferentes mundos brasileiros do trabalho? Como fazê-lo sem insularizar o desenvolvimento em alguns focos e sistemas restritos da economia global-competitiva? Em nossa resposta provisória a solidariedade e a cooperação devem ser politicamente articuladas como fatores estratégicos necessários para pensarmos os desafios da reestruturação sem perda dos vínculos que devem unir produtores, cidadãos e consumidores. As oportunidades de um mundo de "prossumidores" (consumidores e produtores), com novas formas de democracia avançada, devem partir do redesenho das significações da inserção na economia nacional, onde trabalho e renda ainda serão por longo tempo ligados diretamente ao binômio analítico do complexo forças produtivas/relações de produção nos marcos da superação do capitalismo autoritário (Otávio Velho).

As passagens e sobreposições desiguais dentro do

modo de produção capitalista tardio e periférico da expropriação primitiva para a produção mercantil, para a produção de mercadorias por meio de mercadorias, para a produção de mercadorias por sistemas programados, até a produção das mercadorias por meio de informações e das informações como mercadorias é a longa trajetória de formas híbridas e combinadas e desigualmente distribuídas no tempo e no espaço. Os modos de desenvolvimento e as formas de regime intensivo, extensivo e flexível, do taylorismo ao pósfordismo, se orientam e ordenam em formas institucionais e modos de produção nos diferentes capitalismos nacionais. Nosso caso não escapa à regra: o modo de produção permanece e deve ser pensado como referência central, que tenta recolocar a análise crítica do regime de acumulação, com seus limites e possibilidades através de reestruturações, que redefinem os contextos e modelos de desenvolvimento, Assim, os momentos de reestruturação são entendidos como aqueles que abrem as portas para redefinirmos os limites e possibilidades das mudancas estruturantes no modo de produção da vida social.

Os padrões de consumo, a vida cultural, os significados e identidades dos grupos sociais, as contradições etárias, étnicas e de gênero dão um novo significado às tensões com os modos de escassez e limitações no acesso à segurança social quanto a trabalho e renda. Os sujeitos sociais do mundo do trabalho, que vai de contextos formais e orgânicos a contextos

...A RUIDOSA REVOLUÇÃO PASSIVA
"AMERICANISTA"/FLEXÍVEL DO
CAPITAL É A
MARCA REGISTRADA
DO AJUSTAMENTO GLOBALMENTE
ORIENTADO NOS TERMOS
DA MOLDURA POLÍTICA
DO "CONSENSO

informais e inorgânicos, devem estabelecer uma ponte entre sua pluralidade, diversidade e diferença. Nesse caso, apenas as estratégias de solidaridade ativa que embasem um novo sentido do desenvolvimento abrem a percepção para a possibilidade oculta das potencialidades presentes e do valor gerado nas formas de produção de bens e serviços presentes no universo que combina baixa acumulação com estratégias produtivas e reprodutivas das classes populares. Subordinada ou abandonada pelo capital, mais ou menos funcional ao modo de acumulação, força de reserva ou supérflua, ligada ao consumo produtivo ou ao consumo improdutivo das diferentes classes, existe em todo o desenvolvimento capitalista uma fração de produtos e processos realizados na economia social que define universos e mercados que ora entram ora saem dos mecanismos alcançados diretamente pelo capital (F.Braudel). Certamente, tais espaços são indispensáveis para a produção de bens e serviços que complementam exigências de consumo coletivo, privado e doméstico

das diferentes classes. Operam como fatores de reprodução das condições de existência das classes populares, ora como resistência, ora como subordinação, ao ciclo dominante dos processos de valorização.

BREVE NOTA ACERCA DA PLATAFORMA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA⁵

A relação entre esse setor popular e a emergência de políticas voltadas para fortalecer o seu potencial econômico de gerador de emprego e renda aparece como uma faceta possível das estratégias antidualistas. O debate clássico sobre cooperativismo e economia social reaparece em momentos de reestruturação e transição tecnológica e empresarial e nos remete às expe-

5 Nesta parte do artigo utilizamos trechos de textos eleborados para alguns eventos nos quais participamos como expositores, particularmente no estado de Santa Catarina e no estado do Rio de Janeiro. riências ditas "utópicas" do passado, onde se manifestavam como estratégias de transformação social baseadas em ações ordenadas de solidariedade e impulsos autônomos das classes populares. Esse debate teve continuidade nos experimentos envolucrados pela noção de "economia social".

Já a proposta de "economia solidária" se manifesta como um projeto de construção política

ativa de um campo complementar de ações públicas, que, desde o plano local e em mercados mais fortemente horizontais, pretende fazer interagir os elementos do "setor de economia popular" com elementos da economia competitiva, levando em conta as suas defasagens e subordinação, com a verticalidade inter-setorial dos setores público e privado da economia. Essa interligação entre mercados está marcada historicamente por

padrões excludentes e não cooperativos. Hoje e sempre, a cultura dos atores públicos e privados aparece, à primeira vista, como força contrária aos esforços exigidos para gerar políticas locais que transformem a iniciativa micro e fragmentada em fator positivo e cooperação ativa. Pensamos que cabe reverter esse quadro sem cairmos em ilusões do tipo idealizador acerca da possibilidade de articulação de políticas governamentais ativas ligadas ao pequeno e ao comunitário. As mudanças estruturais e de conjunto das bases econômicas, políticas e culturais dos processos de exclusão permanecem dominantes, fazendo desse subsistema, até o momento, a mescla de: exército industrial de reserva e população supérflua descartável. Os temas do custo

da reprodução social das classes



sociais proletarizadas e dos processos de assalariamento permanecem sendo fundamentais para evitarmos saídas teórico-práticas do gênero definido pelas abordagens funcionalistas da modernização.

O tema da desigualdade e das suas metamorfoses está no centro do esboco de projeto econômico-social que emerge de um tratamento mais abrangente das questões da pobreza

absoluta, que impõe o relacionamento entre políticas ligadas ao trabalho com as questões prementes de acesso à renda. Ambos os temas, o da desigualdade e o da pobreza, estão ligados pela formulação alternativa presente na noção de plataforma de economia popular e solidária como componente dos vários subsistemas que devem compor as políticas de desenvolvimento local. Temos

> nessa plataforma dos atores e movimentos sociais por uma economia popular e solidária uma idéia-força que pode abarcar experimentos diferenciados. Estratégia a ser realizada por uma pluralidade de agentes públicos e privados, ela tem por base um conjunto de demandas passíveis de gerarem conflitos e negociações, enriquecendo a plataforma dos atores e movi-

mentos sociais que operam localmente.

Por fim, interligaremos essa idéia-força numa matriz que sugerimos para agrupar as diferentes dimensões de uma política de desenvolvimento que leve em conta a complexidade e a desigualdade dos setores e complexos empresarias produtivos. Matriz essa desenhada com vistas a constituição de uma esfera pública de desenvolvimento local que interligue as redes dos microempreendimentos e empreendedores informais com os sistemas públicos de emprego, as comissões tripartites de emprego e os governos locais e que, finalmente, permita pensarmos as formas de coordenação do desenvolvimento econômico local e regional, tendo em conta sua ligação com o conjunto do espaço econômico, dos mercados e das políticas nacionais.

Gerar tendências antidualistas de inclusão social com ênfase na geração de trabalho e renda exige uma visão estratégica que evite a descartabilidade e a separação típica do desenvolvimento desigual brasileiro e sua reprodução nas diferentes regiões e localidades. Para tanto, pensamos que devemos formular estratégias utilizando e dando densidade a essa matriz, montando um quadro que contextualize os atores sociais na sua presença maior ou menor e em face aos comportamentos concretos dos que têm poder de decisão e controle sobre a dimensão macro e microeconômica.

Sugerimos, assim, que poderíamos operar uma identificação das relações entre projetos e programas locais de emprego desencadeados e/ou envolvendo as Comissões Municipais de Emprego e os demais atores da esfera pública motivados para a formulação de políticas de geração de trabalho e renda. Trata-se de pensar um enfoque de economia mista, que vise um futuro onde poderemos coordenar e melhor integrar medidas ligadas a um possível plano de desenvolvimento. As metodologias de planejamento estratégico poderiam articular diferentes atores da sociedade civil e dos governos para poder operar em 4 anéis articulados de interseção entre as ações planejadas na coordenação do fomento ao desenvolvimento.

Primeiro anel: o da globalização relacionada com as estratégias nacionais de ajuste, reestruturação e integração de mercados no plano internacional. Esse anel envolve a problemática da política industrial e de comércio exterior; política científico-tecnológica e de capacitação técnico-profissional.

Segundo anel: corresponde ao enfoque do fortalecimento das potencialidades, garantias de sobrevivência e a parceria entre as pequenas, médias e grandes empresas em termos das vocações e especializações já experimentadas e reconhecidas nos empreeendimentos agrários, industriais e nos serviços existentes local e regionalmente. Visa com isso o estabelecimento de padrões para a modernização e transição sócioambiental, através do fortalecimento de parcerias para ações, investimento e adoção de inovações em processos e produtos, apoiados por estratégias de capacitação e busca de um novo ambiente micro e macroeconômico.

Neste anel e no próximo temos a base para a utilização mais intensiva de recursos humanos e para o alargamento do mercado interno de massas como dimensão essencial do desenvolvimento. O que significa adotar formas de distribuição de renda e difusão dos padrões modernos de consumo sem perda do potencial e referências locais e regionais (nesse caso a relação com o primeiro anel segue o modelo quase sempre destacado do experimento da chamada "terceira Itália").

Terceiro anel: o da implementação de políticas voltadas para o fortalecimento do que vem sendo denominado setor de economia popular e empresas sociais, assim como de capacitação e maior fortalecimento nos elos formais do chamado setor da economia informal, conexo a contextos de pobreza e desigualdade.

Quarto anel: o setor público e a infraestrutura (transporte, energia, comunicação, tecnologia, etc.) devem estar adaptados e pensados na perspectiva estratégica de buscar integração dos demais anéis num enfoque de desenvolvimento sustentável, que será estabelecido como referencial para a ação coordenadora dos poderes públicos municipais, influenciando as decisões e investimentos regionais (estaduais ou intermunicipais/metropolitanos). Temos aqui a percepção dos papel dos governos estadual e federal, bem como das agências públicas de desenvolvimento como o BNDES.

A sustentabilidade sócioambiental orienta os objetivos de construção da nova esfera pública nacional, cujo desenvolvimento vem sendo bloqueado no terreno político pelo abandono das conquistas do programa mínimo da democracia brasileira. Esse programa mínimo teve sua forma institucional-legal na conquista da carta constitucional de 1988 duramente golpeada pelas reformas liberalizantes da maioria governista. Ao longo do texto, levamos em conta as mutações sistêmicas e transições no modo de produção e no modo de desenvolvimento (M.Castells), que condicionam, para além dos ideologismos políticos, as múltiplas transições desse fim de século.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO:

AGLIETTA, Michel. Regulación y crises del capitalismo: la experiência de los Estados Unidos. México: Siglo XXI Editores, 1988.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto e São Paulo, UNESP, 1996.

AUBRY, François e Charest, Jean. Développer l'économie solidaire: éléments d'orientation. Québec: Conféderation de syndicats nationaux (CSN), 1995.

BIDET, Eric. *L'économie sociale*. Paris: Le Monde Éditions, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOYER, Robert e Saillard, Yves. Théorie de la régulation: l'état des savoirs. Paris: La Découvert, 1995.

Les mots et les réalites. h *Mondialisation au-delà des mythes*.Paris: La Découverte, 1997.(Les Dossiers de L'état du monde).

BÓRON, Atílio e Sader, Emir. *O* pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material e capitalismo séculos XV-XVIII: o tempo material (vol.3). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CACCIA BAVA, Sílvio (org.). Desenvolvimento local: geração de trabalho e renda. Pólisn.25.SãoPaulo: Pólis, 1996.

CANDIA, José Miguel. "Empleo precario y conflito social. Nuevas formas de organización popular?". In *Revista Nueva Sociedad n.142*. Caracas: 1996.

CASTEL, Robert. Les métamorphoses de la question sociale: une cronique de salariat. Paris: Fayard, 1995.

CESIT/UNICAMP. O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: SCRITTA / Página Aberta, 1994.

CHESNAIS, Fançois. A mundialização do capital. São Paulo: Xamão, 1996.

CONSELHO, Nacional de Segurança Alimentar. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: Ação da Cidadania, Conselho Nacional da Segurança Alimentar e Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania, 1995.

CORAGGIO, José Luis. *Economia urbana: la perspectiva popular.* Quito: Instituto Fronesis, 1994.

COUTINHO, Luciano e Ferraz, João Carlos. Estudo da competitividade da indústria brasileira. São Paulo: Papirus/Unicamp, 1994.

DESROCHE, Henri. Histoires d'économies sociales: d'un tiers état aux tiers secteurs, 1791-1991. Paris: Syros-Alternatives, 1991.

FIORI, José Luís. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FURTADO, Celso. *Transformação* e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GORZ, André. Metamorphoses du travail. *Quête du sens: critique de la raison economique*. Paris: Éditions Galilée, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel,* a *Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HAGGARD, Sthepan. Pathways from the periphery: the politics of growth in the newly industrializing countries. Ithaca: Cornell University Prees, 1990.

HARVEY, David. A condição pósmodema. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRSCHMAN, Albert O. O progresso em coletividade: experiências de base na América Latina. New York: Fundação Interamericana, 1987.

_____De consumidor a cidadão: atividade privada e participação pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRES. Il reddito minimo garantito: il welfare tra nuovi e vecchi diritti. Roma: Ediesse/RES-CGIL, 1991.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à sociedade pósmoderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LIPIETZ, Alain. La société en sablier: le partage de travail contre la déchirure sociale. Paris: Éditions La Decouverte, 1996.

LOJKINE, Jean. A revolução informacional. São Paulo: Cortêz, 1995.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EdUERJ, 1996.

MARX, Karl. Maquinaria e grande indústria.capXIII, livro I, vol 2 de O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed. 1985.

MÉDA, Dominque. *Le travail: une valeur en voie de disparation*. Paris: Alto-Aubier, 1995.

NEGROPONTE, Nicolas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOVE, Alec. A economia do socialismo possível. São Paulo: Editora Ática, 1989.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho (vols I e II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PNUD. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996. Brasília: IPEA, 1996.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, Michel E. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado: no leste europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

QUEIROZ RIBEIRO, Luis César e Santos Jr., Orlando. *Globalização*, *fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SADER, Emir e GENTILE, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

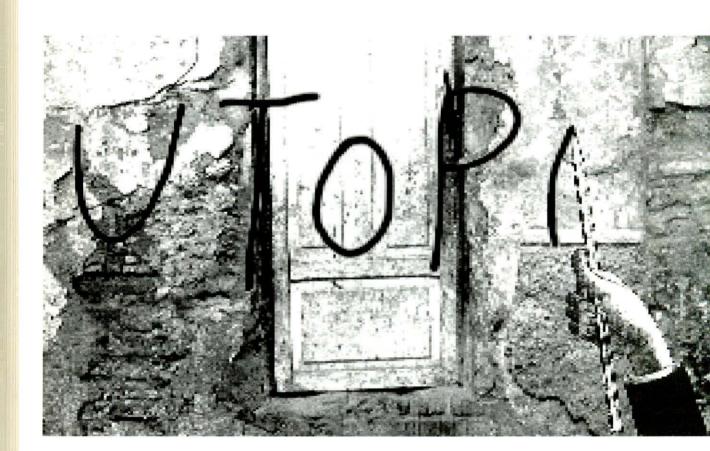
SALAMA, Pierree Valier, Jacques. *Pauvretés* et inegalités dans les tiers monde. Paris: Editions la Découvert, 1994.

SOLA, Lourdes. *Estado, mercado e democracia*. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1993.

UNGER, Roberto e CIRO, Gomes. O Próximo Passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Orlando Nuñez



^{*} Sociólogo, diretor do CIPRES - Manágua - Nicarágua

Uma economia solidária não pode ser concebida nem desenvolvida fora do contexto de um projeto revolucionário que lhe dê sustentação. A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar pela tomada do poder político para que os avanços aconteçam - ela mesma é parte da tomada do poder político, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo.

Neste artigo, gostaria de combinar e sustentar estas afirmações, fazendo um percurso conceitual e histórico das pretensões, dos sucessos obtidos e das contradições do processo revolucionário, situando-o dentro do marco do atual caminhar da economia solidária - da economia que combina o intercâmbio de equivalências dentro de relações de cooperação e de solidariedade.

AS FORMAS POLÍTICAS E O MARCO NACIONAL DA REVOLUÇÃO

A grande diferença entre as revoluções políticas burguesas e as revoluções políticas socialistas está em que as primeiras foram precedidas por uma transformação social da base econômica, enquanto as segundas esperaram a tomada do poder político e, a partir daí, tentaram criar as bases econômicas que levassem à transformação social dos países onde foram instauradas.

Efetivamente, as revoluções políticas burguesas acompanharam a universalização das relações capitalistas da propriedade e da produção: a subordinação do trabalho assalariado ao processo de acumulação do capital-dinheiro. As revoluções socialistas, no entanto, não conseguiram reverter o processo nem desenvolver o controle e a gestão do capital por parte dos trabalhadores. Na realidade, contribuíram para uma mercantilização da força de trabalho, pelo estabelecimento de um capitalismo de Estado, pelo aburguesamento da tecnocracia estatal, pela subordinação dos assalariados e camponeses ao controle do capital-Estado. Porém, em ambas as revoluções, a forma política da mudança tem se convertido em uma necessidade. É o que analisaremos adiante.

O fracasso do primeiro esforço socialista da humanidade não pode ignorar os ganhos e as lições de um socialismo de Estado, que se diferencia substancialmente do que se conhece como capitalismo de Estado. O socialismo estatal significou o confisco econômico e o deslocamento do poder político da burguesia, em prol da distribuição e do bem-estar de toda a cidadania, com base em critérios diferentes dos da lei do valor, isto é, sem que o intercâmbio de equivalências estivesse à margem das necessidades populares. Outro aspecto, tão significativo quanto o anterior, é o fato de que, junto com a burguesia nacional, deslocou-se a hegemonia imperialista, guardiã, em última instância, das relações e da ordem capitalista mundial. É por isto que as revoluções políticas de caráter nacional e de orientação socialista tiveram uma expressão antiimperialista, desde a Revolução Russa até a Revolução Cubana.

A contradição e o conflito entre

o marco nacional da revolução e o contexto mundial do capitalismo geraram grande parte das dificuldades para a consolidação das revoluções socialistas. O caráter desigual da guerra entre o império europeu/norte-americano e as revoluções nacionais não permitiu que se estabelecesse um modelo de acumulação auto-sustentável na maioria dos países onde ocorreram revoluções, exceto na União Soviética e na China. Mesmo ali, a competitividade econômica e os conflitos políticos com os Estados Unidos têm sido desfavoráveis para a construção do socialismo. Fica assim evidente o contexto internacional desfavorável por onde as revoluções de cunho nacional e de caráter político têm transitado. Trotski já havia alertado sobre esta situação, ao chamar a atenção para as limitações do que se chamou da revolução em um só país, assim como Che, quando colocou a necessidade de se criar um, dois, três, muitos Vietnãs.

Porém, o marco nacional continuará sendo uma condição necessária para se levar uma revolução adiante, já que a sociedade continua ordenada como Estado-nação: dentro de um marco territorial; com um segmento populacional; uma ou vários línguas oficiais ou oficiosas; uma moeda e um orçamento baseado nos impos-tos; um aparelho de repressão; um sistema político que conduz a ordem social da sociedade em questão; um marco jurídico e leis nacionais e internacionais; um espírito de corpo, uma tradição e seus valores patrióticos; uma cultura diferenciada e sentida como própria; relações com conglomerados semelhantes, independentemente do grau de interdependência, subordinação ou dominação que exista entre as nações.

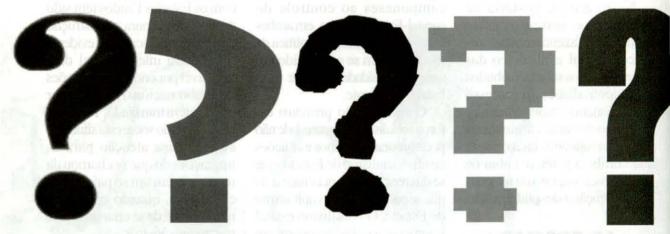
Enquanto omercado existir e a diferenciação social decorrente também, os sistemas políticos e a disputa pelo controle continuarão sendo válidos para poder defender, afirmar ou desenvolver as pretensões de cada classe ou grupo de interesse determinado. O Estado, enquanto força organizada, administrado de forma vertical ou democrática, continuará sendo um aparelho cobiçado pelas organi-

A relação de poder entre as forças antagônicas é igual a zero. Cada cota de poder em mãos do capital, do mercado ou dos grupos econômicos são cotas da fraqueza dos indivíduos excluídos e marginalizados do sistema dominante. Nós não podemos ignorar aquelas lições e suas limitações, mais ainda depois de tudo que tem acontecido nestes dois séculos, isto é, depois das experiências das revoluções burguesas e socialistas.

O campo limitado do político para transformar a ordem capi-

poder político seja um resultado que permita completar a tarefa. A diferença está em que o desenho e a consciência social e histórica da revolução estão mais desenvolvidos e hoje podem se converter em um fator objetivo a favor da própria revolução. Também o conhecimento tem sido potencializado como poder material e tem maiores condições de se apoiar na correlação de forças de qualquer projeto.

De qualquer forma, a necessidade histórica da revolução



zações sociais e permanentemente convertido em poder político. De igual forma, os proto-estados, as diferentes organizações com um interesse e uma cota de poder determinado, continuarão dominando a disputa pública pelo controle social, seja por meio das armas ou das urnas, pelos recursos econômicos ou pela hegemonia cultural - trate-se de partidos, grêmios, sindicatos, igrejas, movimentos sociais de peso ou de expressão nacional, grupos de pressão ou outros.

É fato que a política hoje goza de grande desprestígio, mas pensar que a questão política não tem mais sentido nem remédio significa ficar exposto ao parcelamento e à alienação individual. talista necessariamente exige uma complementaridade simultânea com novas formas de propriedade e de produção, encarnadas no seio da sociedade civil. Para tanto é preciso que a sociedade civil enriqueça-se com um corpo de valores doutrinários que alimente e potencialize as forças produtivas humanas a favor do novo regime.

A revolução socialista terá de percorrer o mesmo caminho que a revolução burguesa percorreu a partir do Renascimento: questionar a velha ordem econômica, social e política de diversas formas; incubar novas formas de produção; amadurecer a sua superioridade no seio da velha sociedade, até que a tomada do

e do socialismo tem como ponto de partida aquilo que eu chamaria de "crise de suportabilidade e de viabilidade" do regime atual. A principal peste do sistema caracteriza-se não apenas pela exploração sem misericórdia de homens, mulheres e crianças, mas também pela exclusão, a repressão e o extermínio físico de populações e culturas marginais. Mas, acima de tudo, porque a maioria das pessoas não suporta mais nem os custos nem os logros da civilização patriarcal, capitalista, predadora e solitária dos nossos dias.

Nesse sentido, são as próprias condições objetivas e subjetivas que sustentam a ordem capitalista e as opções alternativas particulares que as pessoas estão assu-

mindo para enfrentá-la que se tomaram insuportáveis e passaram a ser os insumos para novos caminhos da revolução. A crise do sistema capitalista de hoje manifesta-se através de guerras regionais interétnicas, mostrando o nível de rebelião perante o Estado-nação e perante os novos impérios globalizadores; do comércio ilícito que compete com os planejadores das grandes transnacionais comerciais e financeiras e expressa, ao mesmo tempo, a desobediência e a disfuncionalidade da ordem capitalista mundial; da migração do Sul para o Norte que mostra a contrapartida populacional ao mercado de bens materiais e os estragos dos vasos comunicantes. que antigamente os grandes senhores do capital transnacional quiseram evitar por meio do seu modelo de "desenvolvimentosubdesenvolvimento"; das catástrofes ambientais, que mostram o limite da luta desenvolvimen-tista contra a natureza e a impossibilidade da acumulação infinita; da destruição da natureza que se faz acompanhar da destruição dos laços afetivos com quem está do nosso lado, submetendo-nos à mais solitária e "associal" das individualidades. Enfim, a degradação moral que deu sustentação ao cinismo da exploração sem limites reverte-se em uma cultura da delingüência, sem fronteiras nem escalas sociais e que coloca em perigo a segurança de cada um, incluindo a dos senhores do desenvolvimento.

Neste sentido, o campo da política terá de continuar a agir como uma reserva de intervenção humana colegiada nos assuntos que dizem relação ao gênero humano, sem que isto impeça que cada vez façamos a nossa parte da melhor forma e sob o signo da solidariedade intersubjetiva e não sob os parâmetros das relações de dominação e de *empoderamento*¹ social.

A GRANDE DIFERENÇA, EM RELAÇÃO ÀS **REVOLUÇÕES** ANTERIORES. ESTÁ EM QUE, NA **ECONOMIA** SOLIDÁRIA. NÃO É PRECISO ESPERAR PELA TOMADA DO PODER POLÍTICO PARA QUE OS **AVANCOS** ACONTECAM - ELA MESMA É PARTE DA TOMADA DO PODER POLÍTICO, ELA MESMA É PARTE DA REVOLUÇÃO, ELA MESMA É PARTE DA TRANSIÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO.

Finalmente, os limites do campo político e do marco nacional de uma revolução dificilmente podem ser resolvidos no interior da política mesma; sua superação transborda a questão política e envolve as questões econômicas e culturais da revolução.

AS FORMAS ECONÔMICAS E O MARCO LOCAL DA REVOLUÇÃO

A revolução burguesa é a única que tem identificado os interesses do sistema com os interesses do sujeito do sistema: a propriedade é privada burguesa e o sujeito da revolução e do sistema capitalistas é o empresário. O desenvolvimento das forças produtivas (como instrumento da valorização do capital, através da universalização do trabalho assalariado e sob a condução individual e social da burguesia comercial, industrial e financeira), conseguiu unificar os interesses individuais dessa burguesia com os interesses globais do sistema no seu conjunto. Tal como já foi assinalado outras vezes, o empresário burguês teve a possibilidade de trabalhar para si próprio sem deixar de lado o trabalho de consolidação e de desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Lembremos que, no capitalismo, o burguês é o sujeito econômico que se beneficia com o sistema, sem que a harmonia individual associada ao crescimento econômico em sua volta entre em contradição com a miséria que ambos geram no seio dos trabalhadores e marginalizados. Assim como também não foi contraditório o fato que, nas revoluções políticas burguesas,

¹ Termo adotado do inglês empowerment que aqui significaria o processo de busca e construção do poder - em geral - e do poder de decisão - em particular - dos grupos na sociedade. Nota do Tradutor

as mobilizações populares fossem levadas adiante e orientadas por dirigentes burguesas e em função dos interesses dos empresários privados e do capital.

Nas revoluções socialistas, desde o início começa o divórcio entre o suposto sujeito da revolução - o proletariado - e a forma de propriedade e de controle do suposto sistema estatal. Nesta situação, o proletariado ainda tem que entregar todos os seus excedentes, toda sua mais valia para o Estado planejador e distribuidor, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas não tenha avançado o suficiente para que o trabalho deixe de ser penoso para todos. Isto é, o proletariado ainda tem que se sacrificar pelo bem comum quando este está longe de ser constituído apenas pelo bem dos proletários. É evidente, então, o divórcio entre os interesses imediatos e estratégicos dos trabalhadores como classe que poderá gozar dos bens de um sistema supostamente superior.

Podemos observar a brecha que se abre entre o heroísmo político-militar das insurreições e das revoluções políticas e a desmobilização progressiva que se desenvolve durante a construção econômica do novo sistema. O valor-trabalho deixa de ser um valor espiritual e a distribuição social do novo Estado de bem-estar atenta contra a produtividade competitiva, dentro de um contexto onde a competição econômica entre Estados-nações ainda está na ordem do dia. A tentativa de resolver a contradição entre a propriedade estatal, social e o

controle efetivo dos trabalhadores por meio dos soviets ou conselhos não foi além de um projeto bonito, precisamente por causa das formas salariais ainda imperantes nas relações econômicas. Os administradores no socialismo de Estado, assim como os managers no capitalismo de Estado, tiveram o mesmo papel representado pelos capitães burgueses no capitalismo da competição. A diferenciação mercantil ainda reinante não permitiu fechar a brecha entre o controle dos operários e o controle da tecnocracia ou burocracia socialista. As exceções conhecidas

foram levadas a cabo com o apoio subjetivo da consciência revolucionária de dirigentes como Che.

Gostaria de trazer à discussão um fator que altera substancialmente o suposto do marxismo que se refere à generalização e universalização do proletariado enquanto sujeito da revolução e do socialismo. Nas atuais condições do capitalismo e na sua tendência dominante, podemos observar que na verdade há uma diminuição absoluta ou relativa do proletariado, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. De acordo com dados oficiais de organismos internacionais, são duzentas as empresas que controlam 30%



Se considerarmos, de um lado, as limitações que as revoluções políticas socialistas têm sofrido e que finalmente levaram o modelo ao fracasso, isto é, a contradição entre a propriedade estatal e o controle operário; e se considerarmos, por outro lado, o desaparecimento aparente do sujeito



TODA REVOLUÇÃO NASCE COMO UM PROJETO, ISTO É, COMO ALGO QUE AINDA NÃO EXISTE NEM AINDA TEVE A OPORTUNIDADE DE NASCER.

marxista da revolução, surge ante nós a interrogação sobre os supostos econômicos e sociais para levar a revolução e o socialismo adiante nas atuais condições.

É aqui e neste momento, então, que nos perguntamos sobre a possibilidade de uma base econômica e um marco local, que nos permita acompanhar as bases políticas e o marco nacional da revolução socialista, como já aconteceu no caso da revolução política burguesa e do surgimento do capitalismo.

Uma vez entendido que as massas populares são somente o sujeito político das revoluções socialistas, assim como elas também o foram nas revoluções burguesas, e uma vez elucidado o papel e as limitações da revolução política e nacional, as interrogações continuam as mesmas: quem é o sujeito da revolução social? Qual é a forma de produção que devemos começar por criar e fomentar? E qual o marco onde teremos que nos movimentar?

Temo que os produtores que administram a produção e os trabalhadores que geram e produzem valor serão por muito tempo os sujeitos responsáveis pelo funcionamento da economia, independentemente do papel que o sistema venha a atribuir a cada um deles. Da mesma forma, a propriedade, o

intercâmbio e o capital são os fatores e o cenário onde os excedentes se encontram e são disputados e onde se definem a distribuição e o consumo dos bens.

Assim sendo, a resposta parece ser fácil: os sujeitos de uma nova economia terão de ser produtores que não explorem a força de trabalho e trabalhadores que não sejam explorados por interesses externos. Algo assim como os camponeses e os trabalhadores urbanos autônomos, que não têm empregados e cuja atividade econômica se realiza em função das suas necessidades familiares. Isto implica que estes produtores-trabalhadores têm que ter acesso à propriedade, o que aparentemente expressa uma contradição para a doutrina socialista marxista, já que a propriedade é sinônimo de diferenciação social.

Como é sabido que, mesmo nestas condições, a existência do mercado e de grupos econômicos de maior competitividade exploram de forma indireta o trabalho destes produtorestrabalhadores através do comércio e da intermediação, será preciso que este sujeito se

ampare cada vez mais em cotas do mercado para poder capturar os excedentes onde estes se encontrem. Como nos dias de hoje os excedentes estão localizados na intermediação (crédito, beneficiamento, comércio, gestão, administração), isto implica que estes produtores-trabalhadores terão de estar dispostos a controlar diretamente segmentos de capital, o que aparentemente representa uma outra contradição, posto que o capital na doutrina socialista marxista é sinônimo de alienação do trabalhador e do produtor.

Até aqui, aparentemente estaríamos apenas pregando a possibilidade do que é conhecido como "capitalismo popular", o que em si mesmo é uma contradição ou um absurdo, já que o capitalismo, por natureza, é exclusivo e excludente. Porém, para defender esta tese não precisamos recorrer ao absurdo e sim a um outro fator, que é o que faz a diferença: a associatividade dos produtores-trabalhadores para superar a intermediação, ao mesmo tempo em que os excedentes são socializados cada vez mais e sem abandonar necessariamente o caráter individual da sua produção. No caso da Nicarágua, que conheço melhor, a maior parte da força de trabalho e produtiva atualmente constitui-se de trabalhadores denominados autônomos, e grande parte deles organiza-se para entrar no caminho econômico da associa-

A MAIORIA DAS PESSOAS NÃO SUPORTA MAIS NEM OS CUSTOS NEM OS LOGROS DA CIVILIZAÇÃO PATRIARCAL, CAPITALISTA, PREDADORA E SOLITÁRIA DOS NOSSOS DIAS. tividade. O ponto crucial está em que todos tenham como propósito e possam ter acesso ao controle da propriedade e ao controle do capital, o que em um primeiro momento somente pode ser considerado como um controle local.

Este caminho do controle econômico, local e setorial da propriedade e do capital implicaria uma outra via, diferente, embora complementar, do controle político, nacional e estatal sobre a propriedade e o

capital, que nós conhecemos como modelo estatista da revolução socialista. Em outras palavras, eles não são excludentes entre si. Em uma revolução socialista, haverá empresas que pertencem ao Estado, da mesma forma em que haverá controle estatal sobre os excedentes via impostos, como acontece em qualquer governo do mundo, seja este capitalista ou socialista. Mas, haverá também controle

setorial, produtivo, industrial ou comercial, através de empresas cooperativas ou associativas, que, por sua vez, terão que pagar impostos como as outras empresas privadas ou estatais. De igual forma, e na medida em que os grupos populares tenham cada vez mais controle sobre cotas de propriedade e capital nas suas respectivas localidades, haverá então empresas municipais pertencendo à comunidade - tal como já acontece em muitas partes do mundo. Seria preciso

agregar cotas significativas de propriedade e controle coletivo do capital, que poderão se obtidas também por meio dessas formas de autogestão, nas quais os sindicatos de empresas capitalistas, estatais ou de sociedades anônimas de trabalhadores participem na gestão em favor de seus interesses.

Noutras palavras, as revoluções políticas nacionais que conhecemos no passado cada vez mais darão lugar a revo-

ATET

ATET

UNITED PROPERTY OF A STATE OF A

luções sociais de caráter local ou municipal. As associações e movimentos sociais se organizarão movidos pelos seus interesses imediatos e também em função do controle da propriedade e do capital para poder responder às suas necessidades. Na medida em que elas tenham um avanço no controle econômico e na consolidação do seu setor, também avançarão no controle político local - sempre e quando seja esse o seu propósito e possam

contar com uma concepção e uma estratégia de luta para alcançá-lo. A tomada do poder político e econômico também pode ser empreendida e levada adiante aos poucos, pedacinho por pedacinho, como foi feito pela burguesia nos seus primeiros balbucios, há quinhentos anos atrás. Na medida em que as organizações sociais - desta vez detentoras do poder econômico e, portanto, político - tenham como respaldo significativas

cotas de poder local em cada comunidade, estarão se reforçando, pela associação, no poder político nacional.

Tenho certeza que este caminho vai gerar alguma polêmica, sobretudo dentro da esquerda. Não arriscaria colocá-lo em discussão se já não estivesse sendo debatido na prática em países como Cuba (como é o caso das Uniões Básicas de Produção Cooperativa (UPBC), ou a Nica-

rágua (como acontece nas cooperati-vas e nas empresas de auto-gestão dos trabalhadores) ou na China (no caso da descentralização estatal em favor das Comunas, ou como acontece com mais de 500 milhões de cooperativistas no mundo inteiro ao se debaterem com esta questão. Nunca é demais dizer que todas estas formas primitivas do que poderia ser uma sociedade de produtores livremente associados, como Marx costumava definir o socialismo,



sofrem de contradições e fraquezas, produto do meio social capitalista em que elas se desenvolvem. Em relação a elas, poderíamos dizer, parafraseando recomendações marxistas acerca das revoluções políticas, que assim como a tarefa dos revolucionários não é a de ficar sentados esperando ver passar o cadáver do capitalismo, também não se trata da administração passiva dos sucessos ou fracassos das formas alternativas pelas quais as pessoas colocam sua vida em jogo para subsistirem economicamente. Mas sim de envolvê-las na análise e de envolver-se na prática. É claro que, sem uma intervenção no rumo social da economia, nenhuma das formas alternativas terá condições de alcançar a maturidade. Por isto mesmo é que consideramos que cada forma de propriedade e de controle do valor vai precisar, cada vez mais, da sua própria Bastilha.

Quero apenas lembrar que uma discussão semelhante a esta foi desenvolvida dentro da esquerda quando se debateu sobre a participação dos partidos marxistas na democracia parlamentar, opção que nunca foi excluída nem por Marx nem por Che, independentemente das

opções que em cada época ou circunstância chegaram a ser priorizadas. Nosso erro foi não ter conseguido diferenciar, para as forças populares, as restrições e modalidades da democracia burguesa dos objetivos democráticos, necessários à revolução socialista. O resultado disto foi que a burguesia arrancou-nos a bandeira da democracia política. Permitam-me lembrar ainda a polêmica sobre a reforma agrária, ou sobre o acesso à propriedade da terra por parte dos camponeses individuais, desde os escritos de Engels até Lênin, desde as polêmicas social-democratas até os processos de coletivização da terra nas revoluções socialistas. Nosso erro foi não ter sabido diferenciar o controle coletivo (associativo) do processo de intermediação, lugar onde se assenta, cada vez mais, o verdadeiro cenário e a verdadeira disputa pelos excedentes econômicos. O resultado disto foi que a direita soube alterar os ânimos dos camponeses, arrancar de nossas mãos a bandeira da propriedade popular e desestabilizar os processos revolucionários por meio de revoltas camponesas.

AS FORMAS CULTURAIS E UNIVERSAIS DA REVOLUÇÃO

Ao se falar do Che, frequentemente menciona-se sua ética como um exemplo regulador da conduta e da prática revolucionárias. A ética, enquanto um valor moral para os atos humanos, não é um imperativo do ser, mas do dever ser, com o qual a nossa espécie resguarda as melhores conquistas alcançadas. A capacidade de superar o ponto de chegada alcançado por cada um de nós no processo de humanização é o aspecto do humano, e os valores culturais constituem o recurso que nos permite superar a brecha que nos separa da natureza e das nossas fraquezas e limitações individuais.

A ética tem também um significado que se refere a certos hábitos, os quais permitem-nos ter acesso à felicidade individual. E a contradição entre essa pretendida e cobiçada felicidade individual de cada um e a forma de administrá-la em relação aos outros é que nos permite transitar do ser para o dever ser. Mas, nem todos estamos dispostos a pagar os custos da superação humana para levar isto adiante.

Precisamente, a invenção do intercâmbio de equivalências e a proposta de generalização da lei do valor no mercado capitalista têm sido as propostas da modernidade para reconciliar a felicidade individual com a felicidade dos outros. Porém, tem sido suficientemente demonstrado que através das relações capitalistas, só é possível criar riqueza criando

pobreza, na mesma proporção, de tal forma que a ética capitalista só pode funcionar no interior da classe dominante, isto é, no interior do intercâmbio entre iguais. Daí que a igualdade de oportunidades pelo controle da propriedade ou capital, ou, dito em outros termos, a democracia econômica, transforma-se em um imperativo moral na selva social onde nos encontramos. Enquanto existir divisão do trabalho, o intercâmbio econômico de valores materiais sempre será um intercâmbio desigual, e só a intervenção de valores morais é que poderá se interpor naquela relação, dandolhe a conotação de cooperação e solidariedade.

Estas reflexões prévias têm como objetivo mostrar a necessidade de se desenhar a utopia, mais uma vez, plasmando-a em valores de referência e de conduta, de forma tal que ela possa se encarnar e se converter em força material a serviço das forças humanas que lutam pela sua emancipação. Esta é a tarefa do humanismo na sua ânsia por reconciliar os interesses individuais com os interesses sociais. entre as partes e o todo, entre o eu e o nós. Parte desta tarefa corresponde a relações de propriedade, de produção, de intercâmbio. Uma outra parte corresponde aos valores culturais, isto é, aqueles que contam com o consenso da sociedade onde aquelas formas econômicas se desenvolvem.

Em um mundo onde imperam relações de competição e de domínio, os novos valores culturais, as novas normas compartilhadas e em processo de realização prática e material têm que ser valores de cooperação e de solidariedade. Têm que decorrer de acordos, de maneira que as equivalências entre bens intercambiáveis - e que hoje se encontram submetidos à lei do valor - possam se submeter à equivalência dos gestos interpessoais. Isto pode até parecer muito abstrato, por isto gostaria de ilustrá-lo concretamente, a partir de uma experiência milenar que até hoje tem resistido e conseguido fugir às regras do mercado e, em certa medida, do domínio.

Existe uma instituição cuja experiência está regulamentada, em grande parte, pelas regras da cooperação e da solidariedade e, graças a isto, a espécie humana tem conseguido sobrevi-

ver: refiro-me às relações entre pais e filhos no interior da família. Não poderíamos imaginar dado o grau de vulnerabilidade das crias humanas e dada a forma de remuneração ou de distribuição dos excedentes nas economias mercantis - uma outra forma em que a força de trabalho pudesse ser reproduzida, que não por meio das relações de cooperação e solidariedade entre os membros da família. Estamos cientes da desigualdade entre o homem e a mulher que caracteriza as relações monogâmico-patriarcais,

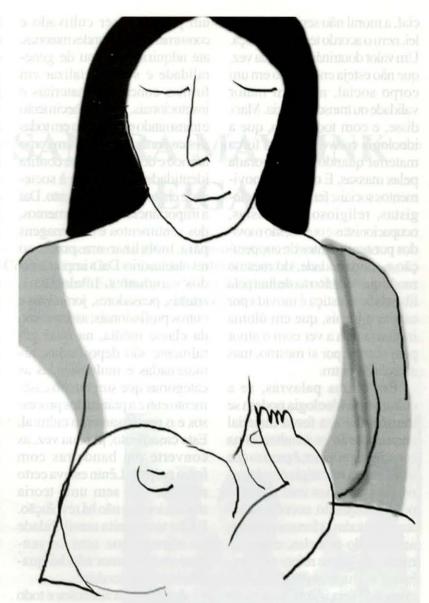
assim como da superexploração que a mulher sofre no interior desta instituição. Sabemos perfeitamente que, graças à família, os regimes de classe, em geral, e o capitalismo, em particular, têm conseguido se reproduzir e reproduzir gratuitamente a força de trabalho necessária para a apropriação e a acumulação da riqueza. Sabemos também que a cooperação e a solidariedade entre os escravos e entre os pobres podem ser perfeitamente usufruídas em função dos interesses da classe dominante - e neste caso em favor do capital. Sabemos igualmente que os fundadores e responsáveis por estas relações de cooperação e de solidariedade são os sentimentos que as mulheres nutrem pelas suas crias. E final-



mente sabemos que até o amor tem sido subordinado ao mercado, mas o que queremos enfatizar é que este não tem conseguido subordiná-lo de uma forma mercantil.

E é o sentimento do amor que explica aquelas relações, como também explica a amizade ou as relações entre casais de qualquer tipo. São igualmente conhecidos os gestos de solidariedade e de cooperação entre camaradas que compartilham um projeto, uma luta, uma aventura; gestos plenos de sentimentos de amor por uma causa, um ideal, um compromisso. Se aqui assinalamos a família, é porque, nesta, as relações de cooperação e solidariedade referem-se precisamente à distribuição permanente de bens materiais com critérios extra-econômicos, onde a entrega unilateral de um bem não espera nenhum bem material em troca, como o leite com que a mãe alimenta o filho ou uma outra série de intercâmbios entre valores materiais por valores morais, para além de acontecimentos conjunturais.

O amor entre amantes mostra o quanto um valor espiritual, cultural, isto é, não material, não econômico, é capaz de neutralizar e contradizer a lógica do intercâmbio de equivalentes entre bens materiais, e de contribuir para que outro tipo de valores regule as relações de intercâmbio entre os seres humanos. Seria desejável, então, que uma economia solidária com intenções de funcionar além da família, garantisse o seu funcionamento e reprodução por meio de regras estritamente econômicas, como a distribuição de excedentes em uma cooperativa,



mas que se imbuísse de regras morais que pudessem alcançar, aos poucos, uma regularidade jurídica para impedir a exploração de uns pelos outros, até conseguir o *status* de um pacto social que não admita outro comportamento a não ser o da cooperação e o da solidariedade.

Desde os mais remotos tempos, os valores culturais têm provado sua força para nos ajudar a realizar tarefas sociais que contradizem os nossos interesses materiais e que demandam, portanto, a par-

ticipação desprendida da nossa individualidade humana. Dificilmente o cristianismo - ou aquilo de cristão que existe na civilização ocidental - teria conseguido elevar-se como conduta social, se não fosse pelos valores cristãos inculcados pela cultura religiosa. Poderíamos dizer o mesmo sobre os valores culturais do socialismo ou de qualquer outra causa; sem a crença de que as coisas têm de ser assim, a prática revolucionária ficaria vazia no seu caminhar. Sem a interiorização de um acordo so-

cial, a moral não seria superior à lei, nem o acordo teria tanta força. Um valor doutrinário, por sua vez, que não esteja encarnado em um corpo social, não tem maior validade ou transcendência. Marx disse, e com toda razão, que a ideologia converte-se em força material quando é incorporada pelas massas. E os novos movimentos sociais; feministas, ecologistas, religiosos, pacifistas, ocupacionistas e outros, são movidos por sentimentos de cooperação e solidariedade, do mesmo modo que toda forma de luta pela liberdade e justiça é movida por causas e ideais, que em última instância tem a ver com o amor pelo outro e por si mesmo, mas através do outro.

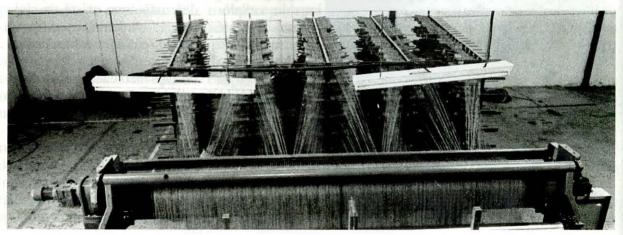
Em outras palavras, se a cultura ou a ideologia podem se transformar em força material enquanto vão se incubando na consciência popular, é preciso que o projeto e a estratégia revolucionários - tanto nos seus aspectos políticos quanto econômicos atravesse todas as formas culturais, amparando-se nelas, especialmente no que se refere aos símbolos e lemas para que o seu conteúdo seja identificado com facilidade. Em se tratando de revolução, os valores culturais sintetizam o conhecimento de todo

um projeto a ser cultivado e consumido pelas grandes maiorias, até adquirir um grau de generalidade e se materializar em formas concretas, materiais e institucionais. Este conhecimento é transmitido e explicado em todas as suas partes até formar um corpo teórico e doutrinário que confira identidade ao grupo ou à sociedade em todo o seu conjunto. Daí a importância dos pensamentos, dos sentimentos e das imagens para mobilizar um processo revolucionário. Daí a importância dos estudantes, intelectuais, artistas, pensadores, jornalistas e outros profissionais; assim como da classe média, na qual geralmente são depositadas, armazenadas e multiplicadas as categorias que surgem do casamento entre a prática dos processos e o processamento cultural. Este casamento, por sua vez, as converte em bandeiras com força própria. Lênin estava certo ao dizer que sem uma teoria revolucionária não há revolução. E Che teve muita sensibilidade ao afirmar que sem os sentimentos de amor não há qualidade revolucionária.

As idéias, os símbolos e todo o resto das formas culturais da revolução têm a vantagem de poder viajar, percorrer e atravessar

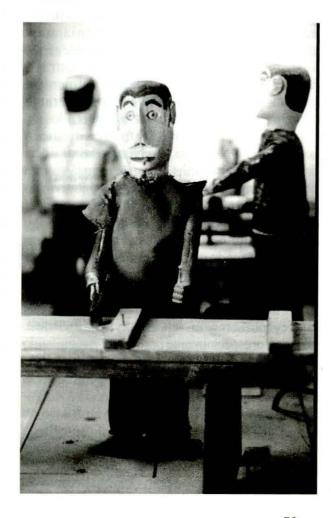
todas as fronteiras, burlar quaisquer censuras, seduzindo os sentimentos e as paixões, até dos mais apáticos e céticos, pela beleza das suas formas e, desta forma, conse-guem chamar para si a solidariedade e o entusiasmo universal que os momentos revolucionários exigem. As formas culturais da revolução, diferentemente das formas políticas e econômicas, e diferentemente do marco local ou nacional, são movidas dentro de um marco universal, sem limite de idade, sexo, religião, raça, localidade ou nacionalidade, escolaridade ou vocação.

Toda revolução nasce como um projeto, isto é, como algo que ainda não existe nem ainda teve a oportunidade de nascer. Portanto, a mensagem e a forma são sempre a premissa e a primícia de uma boa nova; é o ponto de partida da comunicação e da cumplicidade associativa entre os revolucionários; é o amálgama que dá coesão à relação e ao processo. No início, o projeto, ainda que intangível, terá o seu melhor veículo de reconhecimento perante os sujeitos que o executarão nas formas culturais, simbólicas ou emblemáticas, que serão as que traduzirão o seu conteúdo.



SANDRA MAYRINK VEIGA*

* Assessora da FASE, Consultora para Formação de Cooperativas Co-Autora de "Volta Redonda Entre o Aço e as Armas" Ed. Vozes e "Novo Vocabulário Político" Fase/Vozes



Proposta - Apesar de cooperativas e associações com fins econômicos não serem novidade, o cooperativismo não é forte no Brasil. Por quê?

Sandra - O cooperativismo como nós entendemos data do século passado e teve como seus teóricos os chamados socialistas utópicos. A primeira cooperativa moderna é de 1844 fundada em Rochdale, Inglaterra, por 27 tecelões e 1 tecelã, com o objetivo de resolver os seus problemas de consumo. Para tanto, economizaram dinheiro durante um ano inteiro para que cada um pudesse entrar com uma libra esterlina como quota parte para integralizar o capital social da cooperativa, que, aliás, ainda existe até hoje. Esta é a experiência mais citada como marco fundacional do cooperativismo moderno por quase todos os consultores. Particularmente acho que a experiência da Alemanha, depois estendida para a Austria e Suíça, liderada por Friedrich Raiffeisen, que foi o pai dos Bancos do Povo a partir de associações de crédito mútuo, é muito interessante, pois oferecia uma alternativa aos trabalhadores de acesso e gestão de recursos financeiros para o desenvolvimento de seus empreendimentos, sem os quais nada consegue prosperar e alcançar escala para enfrentar o mercado.

De fato o Brasil não tem uma tradição cooperativista. No sul do país, através da influência dos imigrantes italianos e alemães que já vieram com essa experiência, foi onde o cooperativismo mais cresceu. Mas, mesmo lá, não podemos dizer que o cooperativismo tenha se expandido e isso se deve, entre outros fatores, a um sistemático bloqueio exercido pelos governos, especialmente as ditaduras, sobre as cooperativas. A primeira regulamentação foi o decreto nº 22.239 de 1932. Não cabe aqui estar citando os decretos e leis que regeram e regem o cooperativismo no Brasil, no entanto, especialmente porque estão tramitando no Congresso e no Senado dezoito projetos de lei para a regulamentação das cooperativas. Os dois que mais polarizam são o da OCB -Organização das Cooperativas do Brasil e o do PT – Partido dos Trabalhadores, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. A grande diferença é quanto a liberdade e autonomia de organização das cooperativas. No projeto da OCB as cooperativas ficam obrigadas a se filiarem a este órgão, o que é um absurdo, pois é como se obrigasse os sindicatos a se filiarem, por exemplo, à CUT.

Gostaria de frisar que nossa legislação com relação ao cooperativismo sempre trouxe uma marca autoritária, conservadora, limitadora e inibidora da constituição e funcionamento das cooperativas. Basta dizer que a lei nº 5.764/71 feita pelos militares ainda está em vigor. A Constituição de 88 deu um passo importante ao desatrelar as cooperativas do Estado, mas há muito ainda por ser feito em termos de legislação para os pequenos empreendimentos populares. Alguns estados da federação têm projetos de lei que visam regulamentar a pequena indústria e a produção artesanal prevendo, inclusive, convênios com estados e municípios, mas seria da maior importância que tivéssemos uma lei federal que dispusesse nacionalmente sobre o seu funcionamento. Portanto, é de fundamental importância que a sociedade civil acompanhe e pressione a Câmara Federal no sentido de uma legislação que fomente o cooperativismo popular..

Em geral, no Brasil as cooperativas que deram certo não têm uma tradição autogestionária, onde os associados controlam todo o processo de gestão da cooperativa, e, portanto, esse cooperativismo não resultou numa melhoria da qualidade de vida dos associados, que muitas vezes nem sabem direito o que é e como funciona uma cooperativa; não sabem dos seus direitos e deveres, tornam-se quase que "empregados" da cooperativa. Daí a importância fundamental da capacitação, através de metodologias adequadas (vivenciais e participativas), desde o início da constituição da cooperativa para que, além de ser uma empresa bem gerida, ela possa trazer também o crescimento dos seus associados como cidadãos e sujeitos da sua história.

Ainda neste ponto, penso que podemos dizer que no Brasil a nossa tradição é mais associativista do que cooperativista. No entanto as leis para as associações com objetivos de comercializar produtos são interpretadas de maneira diferenciada em cada estado e, por vezes, variam de município para município, resultando que em alguns estados e/ou municípios a associação consegue a Inscrição Estadual e talionário de notas. Em Santa Catarina é onde isso mais se desenvolveu e alguns

regionais da Receita Estadual fornecem a Inscrição Estadual para as associações. Em geral, no entanto, tem sido necessário abrir esta possibilidade por dentro do estatuto da associação afirmando que esta para atingir os seus objetivos sociais necessita de prestar serviços através da comercialização e/ou industrialização. Esta função deve sempre aparecer como uma atividade. Para o repasse das sobras (visto que a legislação não preve nenhum mecanismo) as associações têm incorporado o valor da sobra ao preço do produto que é pago ao produtor no ato da entrega da sua produção.

Proposta – Estas seriam cooperativas populares, de um novo tipo? O que caracteriza o cooperativismo popular?

Sandra - Caracterizamos o cooperativismo popular como aquele que, em primeiro lugar, se define pela autogestão dos trabalhadores, isto é, os associados têm controle da sua cooperativa através de uma participação efetiva na gestão da cooperativa. Em segundo lugar, é um cooperativismo que procura a melhoria da qualidade de vida de seus associados e da comunidade em torno. Em terceiro lugar o cooperativismo popular não quer excluir ninguém, e nem as grandes cooperativas, mas ele busca a constituição de cooperativas junto aos desempregados, aos excluídos, aos precarizados (aqueles que estão trabalhando sob péssimas condições, sem as devidas proteções e sem seus direitos trabalhistas garantidos) e aos vulneráveis (aqueles que estão em setores minguantes da economia, estão na linha de frente de serem demitidos ou trabalham em empresas que serão privatizadas e sofrerão profundos cortes de pessoal). O cooperativismo popular procura um cooperativismo mais qualificado. Em linhas gerais, um cooperativismo autogestionário que se articula em redes, que disponha de bancos de dados com informações, que se vincule ao desenvolvimento local/regional integrado e sustentável, portanto, que seja propositivo na sociedade.

Proposta - Há novidades nesse campo?

Sandra - É justamente dentro dessa linha que

novidades têm surgido. Para citar algumas: temos já o projeto do Banco do Nordeste/PNUD em desenvolvimento (ver o artigo de Tânia Zapata neste número de Proposta). No Rio de Janeiro está se constituindo há dois anos o Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do RJ. No Rio Grande do Sul (ver entrevista com Jairo Carneiro neste número de Proposta) começa-se a constituir a rede de comercialização e há um grande fomento ao cooperativismo. O Movimento dos Sem-Terra tem trazido enorme contribuição para o movimento cooperativista, tanto pela constituição das CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), que têm como objetivo a produção agropecuária, comercialização, agroindustria, crédito rural, assistência técnica e o desenvolvimento de técnicas administrativas e gerenciais cooperativistas, quanto pela metodologia que têm desenvolvido que, tem obtido grande sucesso nos assentamentos, mas que, no entanto, não pode ser generalizada ou aplicada nas cidades. O sistema CONCRAB -Confederação Nacional das Cooperativas do Brasil foi fundado pelo movimento dos Sem-Terra em 1992 e compreende atualmente oito CCAs – Cooperativa Central de Reforma Agrária -, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará, que por sua vez reúnem 47 CPAs.

A FASE metodologicamente afirma que os projetos que não contenham as múltiplas dimensões da vida humana e social são ineficazes e não desencadeam processos de transformações globais. Dentre os vários projetos demonstrativos que a FASE desenvolve, há um na área de comercialização que acho que vale a pena citar, que é o da Central de Abastecimento e Vendas das Associações dos Trabalhadores Unidos de Mato Grosso. Os pequenos produtores rurais do Vale de Guaporé (MT) estão organizados em 12 associações. O projeto favorece 476 famílias. As associações, por sua vez, fazem parte da Central e esta tem por objetivo: a venda de produtos industrializados a seus associados; a comercialização nos mercados do país; a carga e descarga dos produtos produzidos em maior escala (banana e algodão); e a comercialização dos produtos de menor escala, como frutas, verduras, legumes, artesanatos, carnes, que, por sua vez, também

servem para consumo das famílias sendo o excedente comercializado. Esta experiência trouxe um resultado imediato para os produtores, que hoje contam com as feiras permanentes para a comercialização de seus produtos, estão capacitados para se relacionar com o mercado e para as negociações. Este projeto serve como instrumento para a elaboração de políticas públicas, que é justamente um dos objetivos dos projetos demonstrativos empreendidos pela FASE.

Algumas prefeituras têm tentado traçar políticas de geração de trabalho e renda no âmbito do cooperativismo e têm fomentado a sua formação, mesmo sem muita clareza e ainda desarticulado do entendimento do desenvolvimento local integrado, mas é um começo. O SEBRAE conta com o programa Rio Cooperativas, que agora deverá se tornar nacional. Caso esse programa se fortaleça, tenha recursos e seja realmente levado a sério, poderemos talvez sonhar em ter o "SEBRAE Social", através dos seus balcões regionais, tornando-se assim um parceiro importante para o cooperativismo articulado com o desenvolvimento local sustentável.

No campo da criação e aplicação de novas metodologias, as ONGs, o movimento dos Sem-Terra e o Banco do Nordeste/PNUD já avançaram muito. Várias linhas de crédito estão sendo testadas em diversas experiências, como BNDES, PROGER do Banco do Brasil (essas duas com mais problemas no acesso e nos critérios). Temos as experiências da Rede FENAPE, do Banco do Povo de Brasília, do Portosol em Porto Alegre. Agora o Rio também vai criar o seu Banco do Povo e vários municípios estão estudando estas experiências com a intenção de criar uma linha de crédito municipal para os pequenos empreendedores e para as cooperativas.

Proposta - Já é possível fazer um balanço das dimensões alcançadas por este cooperativismo popular em termos gerais? Quais os resultados atingidos? Quais os principais entraves para o desenvolvimento destas iniciativas?

Sandra - Ainda não porque faltam os dados, a sistematização, o monitoramento e a avaliação das experiências. Temos aqui e ali uma ou outra

pesquisa em cima de alguma experiência, mas não se tem um quadro geral. No Brasil, não sabemos nem quantas cooperativas existem. A OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras - possui um registro das cooperativas em âmbito nacional, mas este registro não é completo, pois várias cooperativas não se filiam a OCB. Claro que este registro nos possibilita verificar uma tendência acelerada de crescimento, por exemplo, das cooperativas de trabalho e de novas cooperativas sendo constituídas pelo país afora, mas não nos permite fazer um balanço qualificado dessas iniciativas.

Um dos principais entraves para o desenvolvimento dessas iniciativas nos lembra o anúncio dos biscoitos Tostines: vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais? Ficamos num movimento circular: precisamos formar as redes entre as cooperativas, mas não temos os dados. Como não formamos as redes, não temos os dados. Isso não quer dizer que o movimento esteja paralisado. Há várias iniciativas na tentativa de superar este entrave. O Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro está com um projeto tanto para o levantamento dos dados sobre as cooperativas no Estado e a publicação de um catálogo, quanto para a criação de uma Bolsa de Negócios, ou Central de Negócios com sede própria, homepage na Internet e atendimento direto aos clientes para impulsionar esta rede e facilitar o acesso ao mercado por parte das cooperativas.

Outro entrave é a carência de facilitadores, consultores e assessores de cooperativas capacitados através de metodologias participativas para auxiliar não só na constituição das cooperativas, mas sobretudo a mudança comportamental e cultural que esses empreendedores necessitam para que estes empreendimentos de dupla natureza (empresarial e de organização dos trabalhadores) possam ser bem sucedidos. As metodologias CEFE, GESPAR e LOTE já foram desenvolvidas e testadas com bastante sucesso. O problema é como formar os multiplicadores e como constituir (com que critérios?) um cadastro de consultores e facilitadores e como divulgar isso no país todo.. Não há recursos para isto, por enquanto.

A falta de fomento e apoio dos governos é um outro entrave. Apesar de já termos várias linhas de crédito popular abertas e algumas experiências em andamento, tudo ainda é muito embrionário e mais dirigido para os micro e pequenos empreendimentos individuais ou familiares do que para as cooperativas.

Proposta - É possível transformar os efeitos das mudanças econômicas, terceirização, terciarização, etc., em oportunidades para o desenvolvimento do cooperativismo popular?

Sandra – Nossa matriz histórica baseada no escravismo permanece com muita força, e a perversidade de nossas elites faz com que as boas iniciativas se transformem rapidamente em algo excludente. No cooperativismo não é diferente. Vários empresários e fazendeiros têm usado o cooperativismo somente para se livrar dos encargos trabalhistas e assim precarizar as relações de trabalho. E isso é feito com clareza de objetivos e planejamento estratégico. Estas são as "coopgato", as cooperativas "chapa branca".

Com toda a perversidade que esses novos tempos de globalização e reestruturação têm se despejado sobre nossos corações e mentes, eu diria que esta é a sua face interessante: a imposição de um desenvolvimento local/regional e estratégias de descentralização. As atividades dos microempreendimentos informais, das associações e das cooperativas interagem desde sempre com a complexidade dos mercados formais e do ciclo de produção e reprodução no Brasil. Hoje estamos frente a uma oportunidade única de procurarmos ampliar o nosso parco mercado interno com seus aproximadamente (e otimisticamente) 64 milhões de consumidores vis à vis uma população de 160 milhões através da integração virtuosa desses empreendimentos.

Temos que ter claro que a inserção do Brasil no mundo globalizado e os seus efeitos internos são uma decorrência de decisões políticas tomadas em função de interesses de grupos dominantes. Não são decorrentes de um imperativo histórico determinado pelo avanço tecnológico. Na periferia, as contradições sociais vêm se aprofundando. Não modernizamos as estruturas sociais do país e assim continuamos sendo uma das maiores economias do mundo e recordistas da maior concentração de renda. Precisaríamos modificar o rumo do nosso

crescimento no sentido do investimento nas reformas estruturais que são sempre bloqueadas. Não é mais possível que nossos governantes e elites continuem de costas para as carências e necessidades da população.

É nesta direção que o cooperativismo é <u>um</u> dos fatores que contribuem para o desenvolvimento. Mas, sobretudo, seria a constituição de um programa mínimo que pudesse aglutinar as forças progressistas do país no sentido de uma economia solidária que daria um passo adiante rumo a radicalização da democracia e do desenvolvimento sustentável do país, preservando nossa unidade de povo e cultura.

Proposta - Como pode ser articulado um Setor da Economia em termos solidários e populares?

Sandra - A partir do local, do município, de uma microrregião ou região. Esse é o espaço onde podemos combinar múltiplas estratégias para levar a frente um projeto de desenvolvimento sustentável, é o espaço onde podemos desenvolver projetos demonstrativos com acompanhamento e avaliação, para depois replicar em outros lugares. O levantamento das vocações dos municípios e regiões e o estudo da sua viabilidade econômica, junto com uma articulação ativa das políticas públicas, parcerias dos atores e instituições e sistemas de crédito municipal, criam uma sinergia, abrindo um vasto campo de viabilidade de cadeias de produção, serviços e consumo, produzindo enorme efeito sobre a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população. Mas, para tanto, os atores locais têm que perceber a importância política, econômica e social da plataforma de economia solidária e popular. E esta, por sua vez, tem que estar ligada à reforma agrária e urbana e à radicalização da democracia com a constituição e funcionamento dos conselhos tripartite e de uma nova institucionalidade, bem como a participação da sociedade na definição e controle do orçamento local. É no local, a partir de novos atores, que podemos criar uma matriz de consumo e produção de bens e serviços que integre o micro informal e o social popular com os mercados. Quando reconhecemos o local e a cidadania com ênfase na solidariedade como instrumentos sociais legítimos, passamos a ter a

oportunidade de colocar a centralidade e o peso da economia popular e solidária como fator e alternativa para um novo regime de acumulação onde a distribuição da renda seja vista realmente como um fator de desenvolvimento da nação.

Proposta - No novo quadro de diminuição crescente de oferta de empregos e extinção de postos de trabalho, em sua opinião, que papel deve caber aos sindicatos de trabalhadores? Como tem sido o comportamento destes sindicatos diante desta situação?

Sandra - Já no final da década de 80, falávamos que os sindicatos deveriam ser sindicatos-cidadão, realmente inseridos na sua base territorial, com conhecimento sobre o seu território de atuação, e sindicatos propositivos. Sindicatos que defendessem sim os interesses da sua categoria, mas que não se restringissem a esse patamar, pois mantendo-se dentro dos marcos do corporativismo não iriam resistir mais aos novos tempos. Já então a greve dos mineiros na Inglaterra de Thatcher demonstrava isso.

Você poderia me perguntar: Mas afinal como atuaria um sindicato-cidadão? Primeiramente olhando os seus associados como cidadãos, isto é, pessoas que trabalham, são filhos, pais ou avós com direitos e deveres. Muitas vezes pertencem a algum clube, torcem por um time de futebol, moram em um bairro que faz parte de um município que, por sua vez, pertence a uma região, a um estado da Federação. Portanto, pessoas multifacetadas e diferentes. A partir deste olhar, os sindicalistas deveriam retornar àquela antiga prática salutar dos debates e cursos de formação para poderem se capacitar a ser propositivos e agentes de uma nova cultura que avançasse nas propostas de um projeto alternativo de desenvolvimento do país. Agora, quando não se consegue ver a diversidade e pluralidade existente no próprio local de trabalho, não se consegue chegar ao local para daí atingir o estadual, o nacional e o internacional. Fica-se olhando para o próprio umbigo, no máximo enxerga-se o próprio "corpo", sobretudo se este estiver empregado com carteira assinada e contribuindo para o sindicato.

Eu diria que os sindicatos enquanto sujeitos coletivos deveriam estar puxando e liderando toda

essa explosão de constituição de cooperativas pelo país e integrando-as em rede, ajudando a constituição de sua representação política na sociedade, atuando na formação desses novos atores sociais e econômicos.

Recentemente, a Confederação dos Metalúrgicos de São Paulo puxou um debate sobre o tema que contou com a presença de mais de mil pessoas. Alguns sindicatos filiados a CUT no Rio Grande do Sul têm começado a discutir e implementar cooperativas. Em São Bernardo do Campo, o Sindicato dos Metalúrgicos criou a ASSESSORA, que é uma associação sem fins lucrativos para a assessoria de cooperativas. Outros sindicatos têm tomado a iniciativa de fomentar e auxiliar na montagem de cooperativas com os membros da categoria que se encontram desempregados ou ameaçados de perderem o emprego. Portanto, avalio que as velhas barreiras que colocaram historicamente o sindicalismo contra o cooperativismo estejam se rompendo, o que certamente trará um grande avanço para o movimento cooperativista.

Proposta - Como as políticas públicas, em seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, podem estimular o desenvolvimento de uma economia popular e solidária?

Sandra - Aqui está o principal entrave. Porque se, por um lado, é fundamental que o setor governamental fomente, alavanque e participe desse processo para que ele deslanche - sabemos por experiência própria que quando realizamos um projeto demonstrativo de sucesso e este encontra ressonância na sociedade civil, mas também no governo, os seus efeitos podem se multiplicar por mil-, por outro lado, isso só poderá ocorrer mediante uma nova cultura, que, por sua vez, é o que demora mais a se formar. Há um enorme experimentalismo por todo o país nessa área de empreendimentos populares associativos. Nos raros lugares onde o poder local se engaja e faz uma integração sinérgica das suas políticas, o processo está indo de vento em popa. Mas, na esmagadora maioria dos municípios as práticas clientelista e fisiologista imperam, a corrupção na máquina governamental é enorme. Como toda a organização governamental é setorizada e fragmentada não existe uma articulação entre as ações e políticas implementadas, o que leva a um enorme desperdício de recursos e duplicidade de esforços, provocando uma ineficiência espantosa, sobretudo se fizermos o cálculo de custo e benefício. E ainda, a visão excludente e segregacionista domina as ações e as políticas públicas e tudo fica que nem antes no quartel de Abrantes, se não pior sob uma nova roupagem e um palavrório "moderno".

No âmbito municipal e estadual, podemos enumerar alguns pressupostos básicos para que as políticas públicas possam alcançar resultados eficazes e eficientes: participação da sociedade, radicalização da democracia, nova institucionalidade (conselhos e comissões quatripartites trabalhadores, ONGs, governo, empresariado); espaços amplos de articulação; política de crédito com critérios e juros adequados; apoio para a comercialização através de pavilhões e feiras; criação de centros de capacitação, informação, marketing, com crédito popular, bolsa de negócios, banco de dados com o cadastro dos empreendimentos, instituições de fomento e consultores, apoio jurídico e desenvolvimento de novos produtos e design; infra-estrutura necessária; informação, pesquisa e levantamento das vocações do local e/ou das regiões; legislação competente; integração das ações e políticas; vontade de fazer e honestidade; projeto, planeiamento e cultura.

Gostaria de ressaltar no que se refere à nova cultura o papel da mídia e da educação. A democratização da mídia é uma questão chave, ainda mais em um país tão *midia intensive* como o nosso, onde as novelas da Globo têm mudado comportamentos para o bem e para o mal. As experiências bem sucedidas, tanto as nacionais quanto as internacionais, mas sobretudo as latinoamericanas, têm que abrir um espaço na mídia para que se tornem visíveis e possam influenciar na mudança comportamental da sociedade e dos governos, abrindo a possibilidade de sua replicação em outros locais.

Quanto ao papel da educação, creio que não é necessário me estender. Há um consenso na nação sobre a necessidade de investimentos maciços nessa área, tanto em escolas quanto reciclagem dos currículos e dos professores e salários dignos e motivadores, apesar de estar ocorrendo exatamente o inverso e a cada orça-

mento os recursos para educação minguarem.

O único alerta é sobre a questão da requalificação profissional, pois temo que todo o esforco que se está fazendo terá como resultado uma massa de desempregados mais qualificada, ou trabalhadores qualificados para postos de trabalho que não serão criados. O problema do Brasil não é falta de trabalho, haja vista, todo o déficit habitacional, de saneamento, eletrificação rural, malha ferroviária que temos. O nosso maior problema é o mimetismo e os modismos e esse ranço escravocrata de nossas elites, que impregna a sociedade como um todo; é não termos uma cultura que desenvolva um projeto de desenvolvimento sócio-sustentável próprio e um novo bloco histórico para implantá-lo. Dai a necessidade da construção de uma plataforma de economia solidária consensuada através de uma ampla discussão com a sociedade, um programa mínimo em que grandes segmentos da sociedade possam se engajar para irmos mudando a cara desse nosso Brasil tripartido na metáfora do PNUD no seu relatório de 1996.

Proposta - ONGs e outras instituições, como Universidades, etc., podem ajudar? Como?

Sandra - Diria que as ONGs têm participado ativamente desse experimentalismo no país. Quanto às Universidades, a sua contribuição nesse processo seria da máxima relevância, no entanto, têm se mantido ainda, com honrosas exceções, distantes e refratárias. Já conversamos sobre vários aspectos onde a parceria com as universidades é imprescindível. Só para relembrar alguns: levantamento e estudo das vocações e potencialidades dos municípios; ajuda na implantação das plantas industriais no caso das cooperativas de produção; design de novos produtos adequados às plantas instaladas; levantamento de dados e sua sistematização; marketing no seu sentido amplo de estudo de mercado, propaganda, qualidade, etc.

Nessa área de marketing, um aspecto relevante diz respeito à qualidade. Os grupos de produção têm entendido a importância estratégica do marketing, sobretudo os ligados a produção agroalimentar. Têm procurado ampliar o conceito de qualidade agregando critérios relativos aos

aspectos nutricionais e orgânicos, informando o consumidor sobre todos os aspectos inerentes ao produto inclusive cor, sabor e odor. Um bom exemplo é o da Associação Regional dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata mineira. Criaram a marca Sítio Mineiro que hoje já tem vários produtos (café, arroz, feijão, farinha de mandioca, mel, plovilho, rapadura, etc.) de vários pequenos produtores de 23 municípios. Foi criado um selo de garantia que faz referência à qualidade, à característica do produto e à sua origem. Trabalhase a idéia de um desenvolvimento sócio ambiental.

Proposta - Capacitação e crédito barato e fácil bastam para impulsionar o desenvolvimento de uma Economia Popular e Solidária?

Sandra - Por tudo que conversamos espero que tenha ficado claro que estes são dois pilares

importantíssimos para o desenvolvimento de uma economia popular e solidária, mas que isoladamente são inteiramente insuficientes. É necessário que tenhamos uma visão mais ampla e, dentro dessa concepção que estamos chamando de Economia Solidária, como disse, irmos construindo uma Plataforma da Economia Solidária, Não adianta ficarmos fundando cooperativas isoladas pelo Brasil afora, é preciso sabermos o que queremos com isso em relação a um projeto alternativo de desenvolvimento integrado e sustentável do país e termos propostas de como fazê-lo. Caso contrário, estaremos fazendo somente uma política compensatória. No estágio atual estamos engatinhando. Esses novos atores começam a despontar e a se organizar em todo território nacional e na América Latina em geral. O caminho é longo, mas é caminhando que se abre a trilha e se constrói o caminho, não é verdade?



TRABALHO E RENDA

Ações Institucionais de Fomento no Brasil

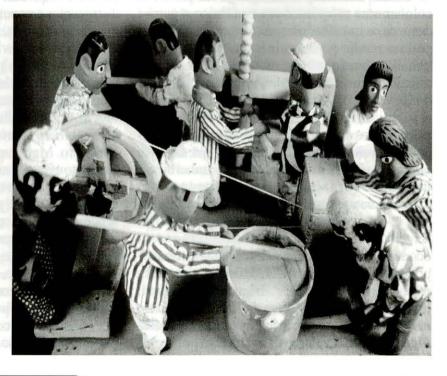
Caio Márcio Silveira (org.) FASE/GTZ/NAPP/DEP. 1995.

Esta publicação esta associada à constituição de um sistema computadorizado de dados sobre experiências de geração de trabalho e renda no Brasil: o sistema GERAÇÃO (Sistema de Informação sobre Órgãos de Fomento e Programas/Projetos de Geração de Trabalho e Renda).

JAIRO CARNEIRO*

*Secretário geral da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida a Cleusa Prates (assessora de Cooperativas).





Proposta - Se por um lado há todo esse processo de desmonte e privatização das políticas sociais no campo principalmente da saúde, da habitação, da educação, por outro, o governo apresenta uma série de propostas que são muito parecidas com aquelas que a esquerda há muito tempo vem defendendo, tais como os conselhos, a descentralização das políticas sociais, a gestão em âmbito local. Isso não tem feito com que a oposição fique perdida em parte por ter que questionar as sua próprias propostas?

Jairo - O governo não tem vergonha de usar as nossas bandeiras. Quando fala que é preciso a participação popular nos Conselhos, nós não conseguimos avançar, dizendo, por exemplo: "Nós queremos mais do que isso, nós queremos fazer propostas". E aí temos que ter a capacidade de formular propostas que sejam viáveis. Não adianta vender o ideal. O ideal é o ideal. Em Porto Alegre, nós vamos fazer uma bela gestão da prefeitura, vamos fazer uma cidade até bonita, limpa, etc. Mas vamos continuar com os mesmos números de desempregados que existe no Brasil, com os mesmos números de pobres, etc. Então o problema todo é como que vamos ser capazes de propor algo que mude substancialmente a vida das pessoas, e mais, que o público passe a ter controle.

Temos um brutal desemprego no país. Ao colocar uma máquina nova na fábrica o patrão despede os trabalhadores. As empresas no Brasil podem mudar as máquinas, os processos de trabalho a hora que bem entenderem e demitir os trabalhadores, e a partir daí, isso é um problema do Governo, da Assistência Social. Então nesse aspecto, talvez a questão mais difícil é a de valorizarmos as experiências que estão sendo feitas por um conjunto de trabalhadores, que é de ter em seus mãos as duas pontas: ter o trabalho e o capital. São experiências pequenas, são experiências que em outros países da Europa têm um peso muito maior. Mas, a nossa esquerda não acredita nisso como uma das soluções para a nossa economia. Ela acha que a única saída é tomar o poder político e, a partir daí, definir como vai ser o país dali para a frente. Isso não é possível. Imaginem o Lula Presidente da República. Ou ele negocia com os empresários e negocia bem, ou a fuga de capitais vai ser algo concreto porque os

capitais hoje são voláteis. Uma fábrica se desmonta em um mês e se monta em outro lugar com a maior facilidade. Portanto, hoje, a nossa discussão tem que ser muito mais ampla. Na verdade hoje, não adianta muito fazer greve em uma empresa de automóvel em São Paulo porque a da Argentina supre a demanda, o México supre a demanda. Os carros são mundiais, nós perdemos peso político. Se pararmos a Volkswagen aqui, tem outras Volkswagens no mundo que fornecerão o carro. Hoje, com uma série de marcas diferentes, ninguém vai morrer se não produzir Volkswagen. O poder econômico e político dos trabalhadores frente a essas definições diminuiu muito.

Temos que buscar outras formas de luta e organização sindical, e temos que começar a discutir como é que nós participamos efetivamente da gestão. Então não somos mais produtores só, queremos planejar e produzir, nós queremos fazer a gestão. E a gestão do trabalho é algo que necessariamente qualifica os trabalhadores, isso que é mais importante. Os trabalhadores têm que se qualificar como condição para poder gerir uma empresa. Gerir uma empresa cooperativada significa poder dividir conjuntamente de forma organizada e discutida com os trabalhadores a renda desse trabalho. Significa discutir investimento, modernização, qualidade, gestão.

Eu quero dar um exemplo. É tudo experiência pequenina aqui em Porto Alegre. Uma cooperativa de trezentas e poucas mulheres de terceira idade que fazem roupas. Nessa empresa as mulheres trabalham e convivem. Aconteceu que elas conseguiram junto à Prefeitura o financiamento de uma máquina moderna. O que aconteceria numa empresa comum com a entrada de uma máquina moderna? Trabalhadores seriam demitidos e aumentaria o lucro da empresa. Nessa aí foi o contrário. Manteve-se todas as trabalhadoras e aumentou-se o tempo de convivência, o tempo livre. E o que elas fazem para valer com esse tempo? Formação profissional, de educação, de saúde. Essa é uma opção social, ou seja, a máquina vem ajudar o homem, ela vem diminuir o esforço físico e nos dá mais tempo para a convivência, para a preparação, para o lazer, para a cultura, etc. É uma vida completamente distinta e esse é o centro da discussão hoje.

Não coloco as cooperativas auto-gestionárias como única solução, mas afirmo que, se continuar-

mos com essa visão somente da disputa pelo poder político - quando inclusive cada vez mais o poder político tem menos possibilidade de controlar o poder econômico -, nós não vamos muito longe. É preciso trabalhar na economia, é preciso organizar os empreendedores, as pessoas que empreendem, que trabalham coletivamente, para que o emprego não tenha dono. Quer coisa mais socialista que uma empresa onde todos os trabalhadores que nela trabalham sejam donos, dividem igualmente - o igual não significa a mesma retirada no fim do mês, é a partir da necessidade que dividem aquilo que ganham -, assim como dividem as dificuldades e as coisas boas? Esse é o futuro.

Proposta - Essas são outras experiências cooperativistas?

Jairo - São experiências rurais. Nós temos uma grande experiência aqui de cooperativas rurais. Mas, qual é a visão que passaram as grandes cooperativas? É de que juntam trabalhadores, fazem uma grande empresa e vão vender no mercado capitalista. Em pouco tempo a cooperativa impõe as condições de qualidade, de peso, de produção e o cooperado passa a ser quase um empregado da cooperativa. A cooperativa passa a ser uma empresa capitalista comum. Hoje ressurge a discussão da cooperativa dizendo que ela tem que ser diferente, tem que ser controlada pelos que produzem.

Há uma série de experiências muito bonitas, e o interessante é que essas experiências são revolucionárias porque agregam um fator fundamental além do controle dos trabalhadores e de ser algo que provoca a solidariedade entre os pequenos produtores. Elas trazem algo de novo: as pessoas se questionam sobre a qualidade de vida. Já querem fazer o produto que seja ecologicamente correto, já querem fazer produtos de suínos, por exemplo, que não sejam suínos criados por hormônios, que sejam suínos criados dentro de uma visão ecológica. Ou seja, agregam elementos revolucionários à experiência.

Os trabalhadores estão procurando novas formas. Tem encontro de formação com cem, duzentos trabalhadores que aprendem e discutem. São os próprios trabalhadores que estão buscando uma nova forma de produzir ecologicamente correta. Então qual é o outro passo? O outro passo

é como vamos dar guarida a esses produtos nas cidades? Como é que nós vamos fazer para que esses produtos vendam nas cidades?

Proposta - Como é que isso está articulado com as experiências urbanas? E como é que está sendo feito? Quais as experiências urbanas que existem em termos de cooperativas?

Jairo - Aqui concluímos que é necessário criar também um mercado alternativo para esses produtos. Só para viabilizar os produtores? Não. Nós devemos viabilizar os consumidores. Nós vamos disputar uma fatia do mercado que hoje está nas mãos dos grandes grupos econômicos que compram o leite no interior por dezoito centavos de reais o litro e vendem nas cidades a sessenta reais o litro. As experiências que vários sindicatos rurais ligados à CUT fazem com cooperativas de leite têm significado pagar até vinte e cinco centavos o litro do leite e podendo colocar o litro de leite em Porto Alegre a cinquenta centavos ou sessenta. Nós passamos a discutir a roda da economia toda, a produção, a comercialização e o consumo. Então nós não podemos esperar que esses trabalhadores rurais produzam produtos corretos em termos de ecologia e vão vender no Carrefour. Se por acaso o Carrefour vier a entender que vale a pena, tudo bem. Mas quando entender que não vale mais ele tira fora e os produtores ficam sem comprador. Nós temos que criar também um mercado paralelo. E como se constrói esse mercado paralelo? Com cooperativas de consumo.

Proposta - Isso coloca em discussão a questão do trabalho que pode ser resolvido de uma forma coletiva, cooperativada. Isso poderia ser uma alternativa ao desemprego com está sendo colocado hoje a nível nacional em termos de organização da economia e organização dos trabalhadores?

Jairo - Não tenho dúvida. Uma coisa é dizer que quando o governo abre as fronteiras para o calçado chinês, ele afeta o mercado interno, a produção interna e aí vem o desemprego. Mas isso é conjuntural, se o governo disser que não compra mais calçado chinês, a empresa brasileira de calçados floresce

de novo, portanto essa é uma questão conjuntural.

As mudanças tecnológicas não são conjunturais, são estruturais e devíamos aplaudir com toda força: Que bom que nós não precisamos trabalhar tanto para garantir a nossa própria sobrevivência, ou seja, a reprodução da força de trabalho. Nós não precisamos trabalhar tantas horas para comer, vestir e termos onde dormir. Não estamos falando no lazer, na cultura, nas férias. Estamos falando só no básico que é sobreviver. Nós devíamos estar felizes, precisaríamos de menos homens para trabalhar na arte de sobreviver. Mas isso para nos virou um pesadelo porque esses trabalhadores são excluídos do mercado. Ora, então temos que mudar a forma do trabalho.

Agora, quando nós aqui em Porto Alegre estamos dizendo: "Nós queremos ocupar a fábrica de fogões Walig que está para fechar e tem um débito imenso com os trabalhadores e não está pagando". Quando nós trabalhadores sentamos e discutimos, nós vamos tomar essa empresa e vamos fazer dela uma cooperativa e estamos já organizados e discutindo com os trabalhadores, os empresários se assustam. Fazer greve? Não assusta. Quando é para discutir e botar carro de som na frente da fábrica, não se assustam. Assustam quando os trabalhadores começam a pensar a alternativa deles mesmos dirigirem a empresa. Isso é um golpe mortal para o capitalista. Então isso é que devemos compreender. Claro que eu não vou ser ingênuo de dizer que as cooperativas são a solução econômica do Brasil. Mas é só esse tipo de trabalho por nós organizado que vai possibilitar dar emprego e trabalho para uma série de pessoas.

Proposta - Qual é o papel do sindicato em uma cooperativa?

Jairo - É cuidar para que ela seja realmente uma cooperativa, que não apareça um vivo que tome conta e faça dos trabalhadores seus empregados. É um papel nobre do sindicato cuidar da cooperativa para que a cooperativa pague a Previdência, para que cuide das condições de trabalho, da saúde, para que a gestão realmente seja dos associados, etc. O sindicato tem imenso papel a cumprir caso existam muitas cooperativas.

Proposta - Como é que está reagindo o sindicalismo hoje?

Jairo - Primeiro o sindicalismo reage, o sindicato é contra. Se acabarem os trabalhadores operários da empresa eu vou brigar com quem? Eu vou falar mal de quem? Eu vou ser contra quem? Essa visão permeia os sindicatos. Com uma cooperativa o tratamento é outro, você tem que ser mais competente. Aliás, hoje os sindicatos têm que ser mais competentes. Nós já percebemos em Porto Alegre, nos metalúrgicos, que discursar em uma empresa atrasada é uma coisa, discursar em uma empresa tecnologicamente avançada é outra coisa. Os trabalhadores não nos ouvem, porque o nosso linguajar ainda é de quem passa fome, de quem ganha pouco, mas os trabalhadores não passam fome, não ganham pouco, ou seja, estão incluídos e para serem incluídos é porque tecnicamente são competentes. Entendem que o sindicato não lhes diz respeito, que o sindicato não é nem necessário.

Vamos nos organizar. Aqui no sul, estamos tentando com alguns sindicalistas, nem todos, e mesmo fora do sindicato, tentando dizer que é possível buscar novas alternativas. Há alternativas que são para mim revolucionárias, que, em primeiro lugar, dão poder aos trabalhadores. Segundo, que fazem com que os trabalhadores pensem o mundo de forma muito mais ampla, e a prova que eu te dei é a área rural que incorporou a discussão da agroecologia como algo inerente. É possível que a gente tenha empresas economicamente viáveis, sob o controle absoluto dos trabalhadores, com capital dos trabalhadores.

Proposta - Essas são experiências concretas?

Jairo - Concretas. O que vamos dizer para quem não tem emprego? Nós temos que dizer: "Vamos buscar formas de produzir de maneira solidária e coletiva, vender de forma solidária e coletiva, vender de forma solidária e coletiva, vamos criar um mercado próprio e vamos mudar as estruturas". É um debate absolutamente rico. Mas é um debate que está cheio de preconceitos, porque a cooperativa tomou incorretamente a forma de terceirização. Em Porto Alegre, a prefeitura, terceiriza. Ou seja, nossa vida é uma contradição, um discurso, outra prática. Nós temos essa possibilidade de fazer um grande debate. São mais de setenta cooperativas de habitação, são dezenas de cooperativas de produção no Estado do Rio Grande do Sul que,

se organizadas e articuladas entre si, passam a ter um poder e um peso econômico, e isso significa dizer que podemos disputar em outro nível. Não só no nível do Estado, do aparelho do Estado, na área política, mas disputar na economia.

Proposta - Quanto a essa iniciativa em termos da articulação no campo das cooperativas habitacionais com a de produção rural e as de trabalho, está havendo um caminho no sentido de se criar uma rede? Que experiência é essa?

Jairo - A experiência é com os trabalhadores rurais filiados a CUT, nós já tivemos uma série de reuniões e estamos comprometidos em criar mercado nas cidades para os produtos agrícolas feitos de forma cooperativada. Só para dar um exemplo. Estamos agora montando uma fábrica de leite de caixa, que é um leite mais duradouro. Isso significa que nós vamos comprar e trazer para cá esses produtos e começar a articular em Porto Alegre grupos de famílias de trabalhadores que se articulam para comprar de forma mais barata e de forma mais organizada. Então temos produção e consumo nas cooperativas, nas comunidades, etc. Nos falta é articular isso. Tem cooperativas que abrem uma loja e vendem, mas precisamos também organizar o povo em cooperativas de consumo para buscar a produção barata e de qualidade. Estamos levando essa discussão que está bastante avançada e acho que até o final deste ano, nós teremos a primeira rede própria, que significa consumir erva mate, leite, consumir produtos suínos, etc., usar a capacidade real e inclusive possibilitar o planejamento da produção. Na medida em que se tem um pedido organizado de "x" produtos, também pode-se ter a produção organizada para que não se perca produtos nesse meio de caminho. E o fato de se produzir e comercializar e ter o consumo de forma cooperativa significa uma diminuição do custo real e mais emprego para muita gente. Quer dizer, quem articula a cooperativa no bairro vai ganhar dinheiro, porque vai vender, vai levar o produto, vai buscar. Queremos cuidar para que os produtores não digam: "Bom, agora tem um armazém em Porto Alegre, botamos lá o produto e pronto". Queremos que eles se sintam responsáveis. A cooperativa de comercialização tem que ser uma cooperativa

controlada pelos produtores e os consumidores e não pelo comerciante. E como é que a gente faz uma cooperativa que junta os dois interesses: de quem consome e de quem vende, inclusive diminuindo custo, enxugando o funcionamento dela?

Proposta – Quem está fazendo isso? É um fórum, uma rede?

Jairo - A gente tem dado o nome de rede. Mas como ainda não é uma coisa oficializada, nós temos várias reuniões, inclusive agora com a vinda dos companheiros da Espanha, nós teremos reunião com as equipes rurais. Tem uma reunião que junta as cooperativas do interior. Isso já está em funcionamento. Tem uma comissão que junto com trabalhadores da cidade junta os trabalhadores de cooperativa de trabalho e de habitação que estão buscando ver como é que viabiliza. E para nós isso tem um sentido de urgência porque quem está produzindo precisa ter resultado no campo. Nós estamos até na realidade atropelando a forma, mas vamos começar a trazer os produtos para cá e começar a vender. Nós vamos fazer um esforço e tentar porque achamos que as pessoas, conhecendo os produtos, se disponham a ser sócias e, em sendo sócias, poderemos dizer: "Este estabelecimento só vende para quem é sócio". Não é com sentido de cerrar o mercado. Mas é com o objetivo de criar um mercado próprio, criar uma segurança para quem produz e, assim, quem produz poderá investir porque sabe que vai ter retorno e resposta, e a partir daí nós vamos começar a dizer: "Bom, se nós dominamos parte da economia, temos um novo viés para discutir o poder para além das eleições".

Proposta - Quais são os nossos desafios hoje para construir uma nova visão em termos de sindicalismo, em termos de que essas experiências sejam realmente uma alternativa no plano do desenvolvimento econômico diferente do que está ai; no plano do desenvolvimento econômico realmente solidário. Quais são os desafios que estão sendo colocado para nós hoje?

Jairo - Para mim o maior desafio de todos, e isso tanto a nível de partidos políticos, quanto a nível de sindicatos, é voltar a conversar com os

trabalhadores. Parece simples? Parece, mas não é. Parece que conversamos, mas na realidade nós discursamos para os trabalhadores, nós escrevemos frases para os trabalhadores. Um sindicato representativo tem que perguntar ao trabalhador se ele quer estar em um sindicato ou não. Hoje o trabalhador não diz isso. Ele está no sindicato porque o Estado já decidiu por ele. Então os trabalhadores vão começar a ter uma participação e dizer: "Eu quero ou não quero". Vai ser difícil no começo? Vai. Para mim este é o desafio. Como é que nós vamos ser capazes de ser representativos e não representantes.

Proposta - E para isso você acha que tem que mudar a estrutura sindical?

.Jairo - Mudar imediatamente. Liberdade sindical e fim do imposto sindical. O sindicato se organiza a partir da sua representatividade e aí quem tem farinha no saco sobrevive. Isso é urgente, sob pena de que, quando fizer isso, não vai adiantar mais porque os sindicatos já estarão despedaçados, não terão nenhum poder. Nós hoje não podemos nem discutir o capitalismo porque não temos nenhuma experiência diferente. O que essa visão da solidariedade, da economia social pode nos dar é a possibilidade de fazer com que nós tenhamos inclusive sindicalistas muito mais competentes. Vou dar um exemplo bem trangüilo. Os sem-terra. Ora nós podemos ter milhares de visões nessa questão dos sem terra, mas agora muitos trabalhadores rurais, pequenos produtores rurais, que eram sem-terra e que hoje tem uma produção, já aprenderam coisas fantásticas da economia: como dirigir uma cooperativa, como produzir de forma cooperativada, ou seja, é fantástico o que esse trabalho pode dar de capacitação. E eu não estou falando de ir para a escola, estou falando da vivência da solidariedade. Ela ensina. Deve-se complementar isso com escola, no sentido que possa capacitar. Tem que ter trabalhador capaz de dirigir empresa, ter trabalhador capaz de dirigir as finanças, etc. Isso não prescinde de técnico, ninguém está falando aqui que trabalhador vai virar técnico. Aos técnicos cabe fazer tecnicamente. O que acontece no Brasil é o inverso. Hoje, os técnicos mandam nos sindicatos. É muito comum o advogado dirigir o sindicato. Claro, de forma muito sutil, mas aopinião dele vale mais do que outra coisa, se bem que o dirigente seja outro.

Proposta - Você acha que as cooperativas devem continuar sendo filiadas ao movimento sindical? Tem parte do movimento sindical que discorda disso porque são estruturas distintas. Não é?

Jairo - Nos calçados, por necessidade, se obrigou a mudar o estatuto. Nos metalúrgicos em Porto Alegre já vamos trabalhar com outra idéia - e foi a cooperativa que provocou isso: teremos várias categorias; os trabalhadores que estejam em uma fábrica formalizados, os trabalhadores informais, desempregados e trabalhadores de economia social. E aí, qual é o papel do sindicato frente à cooperativa? É fazer com que ela seja uma cooperativa e que ela esteja funcionando dentro dos princípios da autogestão. Ou seja, do controle dos trabalhadores, participação direta dos trabalhadores na direção da empresa, democracia; não deixar que o capital vá para a mão de um só sócio. Esse é um papel brilhantíssimo que o sindicato tem que cumpriri.

E para encerrar, eu vou dizer o maior paradoxo hoje e que está sendo excelente para discutir com os trabalhadores. Veja bem. Um trabalhador sem terra, ele está na beira da estrada solitário, sem comida, sem teto. Então, vêm os trabalhadores sem-terra e dizem: "Vão para o acampamento junto com os outros trabalhadores e ali terão comida, um barraco para morar, vida social." Se organizam na saúde, na educação, etc., e com perspectiva de ter emprego, já que ele terá, com muita luta, um pedaço de terra para plantar. O trabalhador vai. Essa chamada interessa ao trabalhador, é concreta. Ele retoma o grupo social, a convivência, ele tem um lugar para morar, por mais calamitoso que seja morar na lona. Mas lá ele tem um grupo social e perspectiva de um dia ter um pedaço de terra.

Agora, o trabalhador na cidade. Se nós dissermos: "Vamos lutar". Não dá, nós somos demitidos. É um paradoxo. Enquanto um lutando consegue emprego, nós, lutando na cidade, perdemos o emprego. Como é que resolvemos esse paradoxo? Todas as ações que os sem terra fazem, e que estão corretíssimas, não servem para a cidade. É preciso buscar outras ações e ações muito mais ligadas com a cidadania. Por exemplo: nós temos que aprovar

na Constituição que ao trabalhador que tenha "x" tempo de trabalho, não pode Ter cortadas a água, a luz, a comida. Estes são direitos constitucionais, ou seja, não é porque ele esteja ou não trabalhando que ele vai ter comida ou morrer de fome. Precisamos avançar nisso. Avançar para que o trabalhador que esteja desempregado e que trabalhou, que esse trabalhador não tenha cortada água e luz, porque ele já contribuiu, já pagou impostos. É a hora do Estado contribuir.

Proposta - O projeto do movimento dos sem-terra trabalha muito com um projeto de mudança estrutural, ações concretas no sentido de pressão do Estado e ao mesmo tempo ações alternativas no sentido da autoorganização no cooperativismo. Essa linha está correta?

Jairo - O discurso dos sem-terra diz o seguinte: "Nós queremos fazer reforma agrária, que é uma reforma estrutural. Mas como nós sabemos que não vamos fazer isso em pouco tempo, nós vamos resolvendo agora com um assentamento aqui, assentamento acolá, cooperativas, organização". Os sem-terra são um movimento organizado. Ele vai subindo degraus. Agora tem outros discursos na esquerda que dizem: "A saída é derrubar o governo, como não tem uma escada para chegar lá, nós vamos esperar, vamos esperar".

Proposta - Qual seria essa estratégia para o movimento urbano?

Jairo - Para o movimento urbano tem duas estratégias fundamentais. Primeiro é garantir direitos sociais, isso é uma coisa fundamental. Salário desemprego que não seja de quatro meses, que seja de um ano e que seja 70% do salário, etc.

Segundo: direito à moratória, ou seja, que os trabalhadores tenham garantido aquilo que na sociedade moderna é necessário que é água, luz e alimento. Isso é tarefa do Estado garantir porque o trabalhador já contribuiu para o Estado, com a Previdência, com a Assistência Social, pagando do seu bolso esse dinheiro.

Terceiro: Quando a gente fala que tem muito desemprego, o desemprego está muito ligado à economia informal. Não é formalizar a economia.

É interessante. Nós queremos que o trabalhador autônomo hoje passe a ser empregado de um patrão, porque isso dá condição para que ele ter previdência, saúde, etc. É isso? Não. Nós queremos que esse trabalhador que trabalha de forma alternativa possa se reunir e ter poder econômico, ter capacidade e não ser explorado. Há uma economia submersa, que se fala hoje em trezentos bilhões de reais, que é pouco mais da metade do PIB e que, portanto, mexe com muito dinheiro. Por que o trabalhador não pode ser informal e ter direito a previdência pública? Por que os trabalhadores informais não podem se juntar com outros trabalhadores informais e otimizar a sua forma de produção? As fábricas que produzem bens como o calcado, a roupa, o automóvel, etc. vão necessariamente diminuir os seus componentes de mão-de-obra. A modernidade está aí. O próprio movimento sindical é culpado de muitas demissões porque ao comprar computador demitiu uma série de trabalhadores. Agora pergunte aos sindicatos se acham que é para fazer trabalhos no lápis e na caneta? É inconcebível que um sindicato hoje não tenha computador. E mais, não esteja na Internet. Isso significa perda empregos por um lado, de trabalhadores da economia mais atrasada, e desenvolvimento de um outro setor que é o setor da informática, o setor do serviço, etc. Ou seja, diminuiu por aqui, aumenta para o outro lado. O que nós temos é que não deixar esses que estão perdendo ficarem excluídos. Por que nós não buscamos formas alternativas? Tem milhares de possibilidade de formas alternativas de organizar a economia nas mãos dos trabalhadores. Mas para isso é necessário que esses trabalhadores que estão no sindicato, etc. mudem completamente a sua maneira de ver. Hoje em dia é ridículo, pois é necessário termos alguém que nos explore para termos justificada a nossa organização. É quase isso. Ou seja, se não existe o patrão, não existe o empregado, não existe o trabalhador classificado, explorado, e aí parece que o objeto do sindicato desaparece. O movimento sindical não é juntar os trabalhadores que estão sendo explorados, roubados, etc. Ao contrário. É juntar os trabalhadores que têm projeto, têm proposta, que querem fazer um mundo diferente. Esse é o papel do sindicato.



METODOLOGIA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Arturo Jordán* Tania Zapata**



* Coordenador Técnico-Pedagógico do Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais e Urbanos/ Projeto Banco do Nordeste/PNUD

** Coordenadora Executiva do Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais e Urbanos/Projeto Banco do Nordeste/PNUD

INTRODUÇÃO

O Projeto Banco do Nordeste/PNUD tem como missão capacitar pequenos produtores rurais e urbanos da região Nordeste do país para o desenvolvimento empresarial participativo sob o enfoque do desenvolvimento econômico local.

Capacitar é educar porque procura produzir mudanças nas estruturas cognitivas e nos comportamentos, isto é, busca a aprendizagem. Além disso, envolve uma proposta de referencial ético, uma visão do mundo, do homem e da sociedade. Mas, educação, para ser um processo capacitador, além de buscar a aprendizagem com um referencial de valores. necessita voltar-se para o trabalho e para a prática social. Assim, a capacitação é um processo educativo que busca provocar mudanças comportamentais nas pessoas como agentes produtivos e atores sociais.

Uma verdadeira capacitação deve primeiramente ter uma filosofia subjacente: o homem como sujeito ativo de sua história e de seu destino. O homem sujeito é capaz de resposta, julgamento e ação sobre o mundo. Deve também ter objetivos de mudanças na sociedade e objetivos de mudanças organizacionais (da cooperativa, da associação, da Instituição, etc.). Uma boa capacitação deve ter um planejamento, um foco estratégico, uma sistemática de intervenção que assegurem a sensibilização e instrumentalização dos atores envolvidos

no processo. Portanto, uma boa capacitação pressupõe uma metodologia.

Capacitar é construir uma nova cidadania, uma nova relação entre Estado e sociedade, onde o assistencialismo e clientelismo são substituídos pela formação de empreendedores com crença em si mesmos, capacidade de autogestão, visão de futuro, consciência da cidadania e espírito de participação e de coresponsabilidade.

O Projeto Banco do Nordeste/PNUD atua em toda a região Nordeste e no Norte de Minas Gerais em áreas rurais e urbanas, capacitando organizações de produtores com negócios agrícolas e urbanos e, mais recentemente, ampliando a experiência para municípios ou microrregiões com o enfoque integrado do Desenvolvimento Econômico Local.

Como resultados do processo de capacitação, podemos apontar um significativo número de organizações de produtores já envolvidas, de técnicos treinados das Instituições, ONGs, Universidades, Prefeituras, sobretudo do próprio Banco do Nordeste. Mais importante que o número são as mudanças comportamentais, que se visualizam nas organizações, nos técnicos e comunidades trabalhadas.

É importante ressaltar que os resultados da capacitação não são lineares, isto é, não são iguais para todos. Também não esqueçamos que a capacitação é processo, e nem sempre todos os resultados aparecem no curto ou médio prazo.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

O impacto do fenômeno da globalização da economia e da modernização do Estado, com suas políticas de ajuste estrutural (privatização e descentralização), apontam para uma nova relação Estado-sociedadedemocracia, com um novo ordenamento regional e uma sociedade civil mais organizada, onde a partir de iniciativas locais, endógenas, se encontrem alternativas para os problemas econômicos, sociais e ambientais. enfim para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento econômico local é uma nova estratégia de desenvolvimento, onde a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência.

Conceituamos o Desenvolvimento Econômico Local como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais a uma nova dinâmica de integração sócioeconômica de reconstrução do tecido social e de geração de oportunidades de trabalho e renda. Busca-se estimular e apoiar processos de organização sócio-empresariais urbanos e rurais e sua vinculação a cadeias produtivas. Objetiva-se, ainda, fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e de microempresários para que gerem empregos sustentáveis.

UMA BOA
CAPACITAÇÃO DEVE
TER UM
PLANEJAMENTO,
UM FOCO
ESTRATÉGICO, UMA
SISTEMÁTICA
DE
INTERVENÇÃO QUE
ASSEGUREM A
SENSIBILIZAÇÃO E
INSTRUMENTALIZAÇÃO
DOS ATORES
ENVOLVIDOS NO
PROCESSO.

O processo de Desenvolvimento Local deve redundar no surgimento de uma nova forma de gestão pública a partir dos municípios, pela presença da nova figura do gestor social contrapondo-se à figura tradicional do prefeito clientelista e centralizador. Busca-se finalisticamente a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e comunidade, maior participação nas estruturas do poder, uma ação política com autonomia e independência, contribuindo, assim, para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio-ambiente visando o bem da geração presente e futura.

O eixo do Desenvolvimento Econômico Local é a capacitação. É através dela que se pode provocar mudanças culturais e a quebra de paradigmas arcaicos pela introdução de novos valores: participação, gestão, associativismo autônomo, mentalidade empresarial, eficiência, eficácia, competitividade, produtividade, planejamento, estratégia, tolerância e pluralismo. Tudo isto acompanhado pela valorização das tradições culturais locais que ajudam a fortalecer a identidade da comunidade local.

UM NOVO ASSOCIATIVISMO

O Cooperativismo que deve emergir neste processo, como reforço a uma plataforma de economia popular e solidária, é o que impulsiona o associativismo empresarial e participativo, dentro da concepção de que a cooperativa é uma organização que busca resultados econômicos. São sociedades de pessoas, de natureza civil, constituídas para prestar serviços aos associados de acordo com a missão definida pelos sócios, com espírito democrático e participativo. A Cooperativa é um empreendimento comum, baseado no esforço dos sócios para atender às suas próprias necessidades sócioeconômicas. As atividades econômicas podem ser de produção, de serviços, de consumo, de trabalho, etc.

No caso das cooperativas agrícolas, é fundamental que estas, como unidades de produção e/ou prestação de serviços, agreguem valor pela comercialização e/ou beneficiamento dos produtos, já que estudos internacionais evidenciam que o valor agregado só na produção é muito baixo e não permite a viabilidade dos pequenos produtores.

Assim, compreendemos uma empresa associativa como uma

organização econômica formada por pessoas que se unem voluntariamente para exercerem atividades empresariais de forma participativa e autônoma. A sua gerência tem por objetivo tomar as decisões mais adequadas sobre investimentos e uso dos recursos em benefício dos seus donos: os associados!

São empresas porque buscam eficiência econômica, rentabilidade, auto-sustentabilidade. São associativas porque seus sócios aportam insumos para produzir (recursos, trabalho, idéias, etc.) e buscam exercer atividades que satisfaçam com eficácia a missão definida pelo grupo. Esta missão deve ser formulada de maneira consciente e participativa, a fim de assegurar o compromisso mútuo de todos os sócios da empresa.

O COOPERATIVISMO **OUE DEVE EMERGIR** NESTE PROCESSO, COMO REFORÇO A UMA PLATAFORMA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, É O QUE IMPULSIONA O **ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL E** PARTICIPATIVO. DENTRO DA CONCEPÇÃO DE QUE A COOPERATIVA É **UMA ORGANIZAÇÃO OUE BUSCA** RESULTADOS ECONÔMICOS.



As organizações empresariais associativas podem se constituir em instrumentos importantes para o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos produtores. Porém, muitas delas têm problemas de dicotomia entre a doutrina e a prática. É aí que entra a capacitação, encurtando os caminhos da mudança.

A capacitação busca fortalecer a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial dessas organizações através da formulação de estratégias adequadas de planejamento sistêmico e de gestão visando se tornarem auto-sustentáveis e conseguirem efetivamente apoiar a melhoria de renda e bem estar dos seus sócios.

Só através da capacitação, de uma real capacitação, se pode mudar o quadro atrasado do cooperativismo da região, inserindo-o na modernidade, na competitividade, na busca de resultados econômicos, na eficácia de sua ação, no cumprimento de sua missão de apoiar sobretudo os pequenos produtores na sua inserção no cenário econômico e social do país e do mundo.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A estratégia de intervenção do Projeto Banco do Nordeste/PNUD em apoio ao Desenvolvimento Econômico Local contempla uma metodologia de capacitação e a parceria interinstitucional como caminho de encontrar a sócio-efetividade desejada.

A estratégia concebida se estrutura sobre a prática, sobre o fazer, sobre uma aprendizagem ativa, onde as informações e conteúdos conceituais e metodológicos se originam na realidade concreta dos produtores e suas famílias, das comunidades e das organizações dos municípios. Assim, a aprendizagem é gerada a partir do tratamento e reflexão social sobre dados e informações da realidade, visando a sua transformação.

A Capacitação significa um processo em que o conhecimento teórico está voltado para a própria prática; ao mesmo tempo que a fundamenta, subordina-se a ela. Trata-se de um conhecimento para a ação, implicando necessariamente em mudanças no modo de pensar/atuar das pessoas. É, portanto, um processo transformador.

Parte-se de uma concepção metodológica que valoriza o processo de "aprender-fazendo" e a integração participativa entre agentes produtivos, técnicos e comunidades. Os agentes produtivos, responsáveis pela gestão dos seus empreendimentos; os técnicos, competentes para o apoio e assessoria à gestão dos produtores; a comunidade, integrada na busca do seu próprio desenvolvimento. Nas atividades e eventos programados, técnicos, produtores e



lideranças comunitárias se capacitam à medida que desenvolvem trabalhos práticos e reflexões teóricas na sala de aula, nas oficinas de capacitação e nas comunidades. Nestes três espaços de aprendizagem, se concretizam o princípio de "aprender-fazendo", o processo "prática-teoria-prática" e a participação.

Esta proposta metodológica exige o caráter interdisciplinar e

interinstitucional das equipes de técnicos e a participação de produtores e lideranças das comunidades em todas as fases do processo, desde que se concebe a capacitação como resgate de uma realidade a ser transformada e que se apresenta complexa e heterogênea.

PRINCÍPIOS REFERENCIAIS E ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA

Todas as ações desenvolvidas devem ser capacitadoras.

A Capacitação deve produzir mudanças nas estruturas de pensamento e comportamento, ao visar a Aprendizagem.

As ações de capacitação devem orientar-se expressamente ao Desenvolvimento Econômico Local.

As ações de capacitação deverão estar voltadas para mudar e aperfeiçoar as práticas

das empresas locais e as formas de cooperação das organizações produtivas, comunitárias e institucionais.

Os processos de desenvolvimento empresarial, comunitário e institucional devem ser participativos e formativos.

Os técnicos devem se constituir em animadores e facilitadores dos processos de desenvolvimento a partir dos



anseios e interesses dos empreendedores dos produtores, de suas famílias e das comunidades envolvidas.

É necessário desenvolver procedimentos e técnicas que facilitem os processos de Comunicação entre técnicos, agentes produtivos e comunidades.

Os processos de capacitação devem ser orientados à luz dos princípios da cooperação e interdisciplinariedade.

Não é suficiente promover processos de capacitação, é necessário alcançar produtos da capacitação.

A metodologia de oficina deve ser enfatizada nos processos de capacitação.

AS METODOLOGIAS SISTEMATIZADAS PELO PROJETO BANCO DO NORDESTE/PNUD

Destacam-se a Metodologia de Capacitação Organizacional Massiva, a Metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento

Empresarial) e a Metodologia de Capacitação Institucional.

A Metodologia de Capacitação Organizacional Massiva é aplicada no Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional, que facilita o desenvolvimento da consciência organizativa através de um conjunto de con-

teúdos, processos e técnicas educativas. Sem limite de participantes, o Ambiente-Oficina reúne pessoas e grupos que queiram organizar-se, estruturar-se e consolidar-se como empresas e empreendimentos empresariais ou entidades comunitárias. Conforme o método de trabalho desenvolvido no Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional, a principal fonte do conhecimento é a realidade e a prática social, recuperada criticamente e sistematizada, para logo ser devolvida aos participantes para sua análise, interpretação e nova aplicação. O resultado esperado é a auto-organização da comunidade, o fortalecimento organizacional e a geração de empresas e empreendimentos empresariais.

A Metodologia GESPAR, criada e sistematizada pelo Projeto Banco do Nordeste/ PNUD, é uma metodologia de capacitação que, promovendo a gestão participativa, visa o desenvolvimento empresarial das organizações de pequenos produtores e a melhoria da qualidade de vida das suas famílias. A Metodologia GES-PAR considera que a capacitação não busca apenas a tomada de consciência e a vontade de mudar, mas ela se efetiva quando provoca, de fato, mudanças de comportamento social.

Ela facilita e instrumentaliza o associado, o dirigente, o funcionário e o técnico das organizações de produtores para a Gestão Participativa e o Desenvolvimento Empresarial dessas Organizações. Orienta-se no sentido de provocar um salto qualitativo no desenvolvimento das cooperativas e associações de produtores e em suas famílias, a partir das tensões dialéticas existentes entre a propriedade familiar e a empresa associativa, as necessidades imediatas e o planejamento estratégico, o crescimento econômico e a participação social, a utilidade e a solidariedade, etc.

A Metodologia de Capacitação Institucional busca, através de oficinas e eventos formativos, desenvolver maior eficiência da ação das Prefeituras e outras entidades locais, redefinindo a Missão e criando critérios e indicadores de eficácia e efetividade, enfim, facilitar a nova Gestão Social e contribuir para a elaboração de um Plano

Estratégico e participativo de apoio ao Desenvolvimento Econômico Local.

A estas três Metodologias são incorporados, nas suas especificidades, os procedimentos, métodos e instrumentos compatíveis dos processos de capacitação desenvolvidos pelo Banco do Nordeste e pelas Instituições e entidades parceiras para seus públicosalvo, de modo a garantir a integração das ações interinstitucionais na busca conjunta do apoio ao desenvolvimento econômico local das áreas selecionadas.



1ª FASE: FASE DE MOBILIZAÇÃO E FORTA-LECIMENTO ORGANIZA-CIONAL, com duração de 4 meses, dedicada à sensibilização e capacitação massiva do público-sujeito das ações de capacitação.

As atividades vinculadas à realização do Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional incluem:

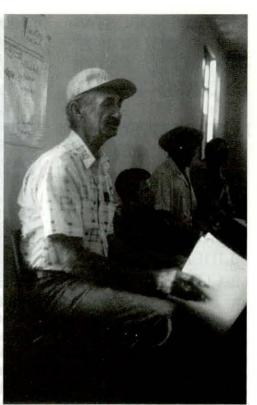
Treinamento da Equipe Interinstitucional;

Pré-diagnóstico Social e Econômico da Área;

Divulgação do Ambiente-Oficina;

Sensibilização Social e Institucional;

Acordos e Compromissos; Realização do Ambiente-



Oficina de Capacitação Organizacional (45 dias).

As empresas participantes e as empresas e empreendimentos gerados no Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional passam na 2ª Fase pelo processo de capacitação para o desenvolvimento empresarial participativo com a aplicação da Metodologia GESPAR.

Em paralelo à realização do Ambiente-Oficina, são instalados dois Fóruns:

O Fórum Empresarial e o Fórum Institucional.

O Fórum Empresarial, com a participação livre das Empresas existentes na Área, se destina a discutir as temáticas da realidade contemporânea, do desenvolvimento econômico local e do desenvolvimento empresarial e do mundo dos negócios, buscando a sua aplicação à realidade concreta do espaço local.

ESTA PROPOSTA METODOLÓGICA EXIGE O CARÁTER INTERDISCIPLINAR

E
INTERINSTITUCIONAL
DAS EQUIPES DE
TÉCNICOS E A
PARTICIPAÇÃO
DE
PRODUTORES E
LIDERANÇAS DAS
COMUNIDADES
EM TODAS
AS FASES DO

O Fórum Institucional, constituído pelas Instituições e Entidades com atuação na Área, busca a integração das ações e o estabelecimento de políticas e linhas de ação conjunta em apoio ao desenvolvimento local.

PROCESSO.

Ambos os Fóruns são apoiados por facilitadores, de modo a aportar elementos de sensibilização, formação e informação, tomando-os eventos capacitadores.

2ª FASE: FASE DE APLI-CAÇÃO DA METODO-LOGIA BÁSICA, com duração de 6 meses, visando a formação para o desenvolvimento empresarial e institucional das organizações apoiadas (empresas, instituições públicas locais e entidades não governamentais).

As atividades centrais desta Fase se destinam à formação das Empresas para o desenvolvimento empresarial e das Instituições e Entidades para o desenvolvimento institucional.

De acordo com a tipologia das Organizações, são rea-

lizados eventos de capacitação próprios para cada Linha de Ação, aplicando a Metodologia GESPAR ou adaptações desta Metodologia.

A programação de cada Linha de Ação corresponde aos seguintes tipos de Organização:

Empresas Associativas

- Cooperativas
- Associações
- Grupos de Interesse

Empresas Individuais/Familiares

- Produtores Rurais
- Beneficiários do Setor Informal

Empresas Clássicas

- Micro e Pequenas Empresas
 - Médias Empresas1
 - Grandes Empresas Instituições e Entidades
 - Instituições Públicas
- Entidades Privadas/ONGs As Atividades da Linha de

As Atividades da Linha de Ação - Cooperativas, mais complexa, são descritas a seguir:

São montadas 5 Oficinas e desenvolvidos 3 Ciclos de Campo (em organizações rurais) ou 3 Ciclos de Base (em organizações urbanas).

As oficinas são eventos de 2 a 3 dias, realizados em cada organização. Participam dirigentes, funcionários, produtores e assessores técnicos, constituídos em grupos denominados de Equipe Local, que, conduzidos por técnicos do Projeto Banco do Nordeste/PNUD, realizam um Diagnóstico Participativo do Empreendimento Associativo, elaboram um Plano de Ação Imediata, avaliam o Desempenho Empresarial da Cooperativa, estabelecem o Modelo de Intervenção e as Ações Setoriais do Plano Integrado de Desenvolvimento do Empreendimento

ou Plano Estratégico e definem ou redefinem a Estrutura Organizacional e as funções na Cooperativa.

Os Ciclos de Campo são desenvolvidos junto ao universo dos produtores e suas famílias, associados das organizações rurais apoiadas.

O primeiro Ciclo de Campo se destina a explicitar, priorizar e sistematizar as idéias ou concepção inicial do futuro do Empreendimento Associativo (Projeto Conceitual), trabalhando com grupos de 10 a 15 famílias.

O segundo Ciclo visa identificar, diagnosticar e conceber as Unidades Econômicas Familiares e capacitar os proprietários no uso do Caderno da Propriedade, também trabalhando em grupos de famílias.

O terceiro Ciclo objetiva o planejamento das Unidades Econômicas Familiares e a sua instrumentalização para o gerenciamento e controle de suas atividades, com a utilização do Caderno de Gestão da Propriedade.

MAIS IMPORTANTE
QUE O NÚMERO SÃO
AS MUDANÇAS
COMPORTAMENTAIS,
QUE SE VISUALIZAM
NAS
ORGANIZAÇÕES,
NOS TÉCNICOS E
COMUNIDADES
TRABALHADAS.

No caso das Organizações urbanas, são desenvolvidos 3

¹ Com as grandes e médias empresas a ação é desenvolvida através de consultoria do Banco do Nordeste e/ou outras Instituições.



Ciclos de Base, a saber, o Projeto Conceitual, o Desenvolvimento Empresarial e o Caderno de Administração.

A duração média de cada Ciclo é de 6 semanas.

Encerra-se a 2ª Fase com a Avaliação Comunitária e Interinstitucional, quando se apresentam à Comunidade, Instituições e Entidades parceiras os Produtos e Resultados dos processos de capacitação realizados para discussão, confirmação e análise das perspectivas de implementação.

3ª FASE: FASE DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ESPECÍFICAS, de duração indeterminada, enfatizando a instrumentalização e acompanhamento das organizações e do processo de Desenvolvimento Econômico Local.

Na 3ª Fase são realizados eventos destinados a três escopos principais:

 Contribuir para o planejamento e gestão participativa local, buscando uma ação integrada dos programas institucionais e setoriais a partir da elaboração de um Plano Estratégico para o Desenvolvimento Local. -Reforçara instrumentalização em técnicas e conhecimentos específicos nos diversos setores da vida das organizações, como produção, comercialização, elaboração de propostas de crédito, gerenciamento, controles, informatização, etc.

- Consolidar os projetos produtivos, assim como a integração interempresarial, o estabelecimento de alianças estratégicas e a formação de complexos econômicos locais, através de oficinas, jornadas, cursos, seminários, encontros e treinamentos que facilitem a consecução desses escopos.

Ao longo da Fase de Transferência de Tecnologias Específicas, os resultados esperados com a aplicação da Metodologia, a saber, a consolidação do processo de desenvolvimento econômico local, o desenvolvimento empresarial e institucional das organizações e, como consequência, a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias, deverão ser aferidos e avaliados. Para tanto, acompanhando a gestão participativa local e o novo gerenciamento das organizações, serão realizados sistematicamente, em momentos oportunos, reuniões de Avaliação Comunitária e Interinstitucional e encontros de Avaliação e Reciclagem das equipes técnicas para redirecionar os processos gerenciais e as ações de capacitação, respectivamente.

Um "instrumento" fundamental do processo de mudança e capacitação nas empresas e comunidades é a Equipe Local. Composta de produtores, lideranças e representantes da comunidade, a Equipe Local reproduz a heterogeneidade dos atores sociais da comunidade



local. Esse coletivo de trabalho. encontro de diversas pessoas ligadas pelo interesse comum do desenvolvimento da área, se constitui ao longo do processo na "direção cultural" da comunidade, ou seja, uma instância preocupada pela direção estratégica para o desenvolvimento integrado. A formação e participação da Equipe Local no planejamento estratégico e a sua integração ao processo de gestão legitima e reforça a efetividade do processo de sustentação do desenvolvimento local nas áreas apoiadas.

Durante a Fase de Transferência de Tecnologias Específicas, o Projeto Banco do Nordeste/PNUD, em parceria com o Banco do Nordeste, promove eventos específicos para capacitação dos grupos gestores, das equipe locais e dos associados das organizações apoiadas, assim como dos técnicos das Instituições/Entidades de apoio.

PROCESSO DE
FORMAÇÃO DE
FACILITADORES E
MULTIPLICADORES
DA METODOLOGIA
DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
LOCAL

O processo metodológico de formação de multiplicadores se dá em 3 etapas, onde os técnicos das Instituições parceiras do Projeto Banco do Nordeste/ PNUD vivenciam em campo todos os momentos das Metodologias e participam de eventos formativos específicos.

A 1ª etapa se inicia com o Treinamento Técnico Interinstitucional onde se discute sobre capacitação, o papel do facilitador e as Metodologias de Capacitação Organizacional Massiva e GESPAR. A partir desse treinamento, na condição de Equipe de Apoio Técnico, os técnicos participam dos eventos da Fase de Mobilização, do Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional e dos eventos da Metodologia GES-PAR, Oficinas e Ciclos de Base.

Na 2ª etapa, os técnicos participam como parceiros na condução dos processos metodológicos e para isso são capa-





citados através de Cursos de Facilitadores, que acontecem em cada Área de Atuação reunindo os componentes das Equipes de Apoio Técnico que revelaram perfil de facilitador, de multiplicador.

A etapa que conclui este processo de capacitação (3ª etapa) é composta por um Curso de Formação de Multiplicadores, reunindo os parceiros que mais se destacaram na condução dos trabalhos em cada área. Concluído o Curso, os participantes retornam para as Instituições e Entidades com as condições necessárias para dar continuidade à ação do Programa nas suas regiões, através da condução direta do processo de capacitação das organizações e comunidades pelas próprias

Instituições e Entidades. Para tal, continuam contando com o assessoramento do Projeto Banco do Nordeste/PNUD através de Encontros de Avaliação e Reciclagem.

A sustentabilidade dos processos e dos resultados da capacitação nas organizações de produtores rurais e urbanos e nos Municípios e Áreas de Atuação selecionados e, sobretudo, a multiplicação desses processos e resultados a novas organizações e áreas só é factível através da Transferência de Metodologia, com seus princípios e conteúdos, às Instituições e Entidades parceiras no apoio ao Desenvolvimento Local.

Sendo papel da cooperação internacional estimular a consolidação das experiências exitosas a partir da gestão local e considerando a natureza da capacitação como processo endógeno e autogestionário, o Projeto Banco do Nordeste/PNUD vem con-tribuindo na geração de postos de trabalho, emprego, renda e, conseqüentemente, na sustentabilidade do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das comunidades nordestinas.

Mais ainda, consideramos que as metodologias de capacitação e de transferência de metodologia aqui desenhadas poderão ser aplicadas, com sucesso, em outras áreas e municípios em desenvolvimento do país e da América Latina. Esse é o seu alcance maior.



CRÉDITO POPULAR - INICIATIVAS EM ANDAMENTO NO BRASIL

Caio Márcio Silveira* Carlos Amaral* Ricardo Mello*



* Integrantes do Napp - Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa Nos últimos anos, temos assistido ao inegável crescimento do número e do alcance das experiências de crédito popular no Brasil, o que pode ser atribuído a um elenco de múltiplos fatores.

De um ângulo econômico, a forma específica de integração do Brasil no novo paradigma econômico internacional tem levado a uma crescente precarização do mercado de trabalho formal, com o desaparecimento de um número expressivo de postos de trabalho (especialmente no setor industrial) e um aumento da proporção de ocupações instáveis e mal remuneradas. Neste cenário, o apoio a modelos alternativos de geração de ocupações, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, vem se firmando como elemento central de estratégias destinadas a reverter (ou, pelo menos, minimizar) a tendência à queda dos níveis de emprego e renda de parcelas significativas da população.

No campo social, a ineficácia das políticas de corte assistencialista, aliada à crescente incapacidade financeira do Estado, vem favorecendo o desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a auto-sustentabilidade econômica de grupos de baixa renda.

Somado a isto, a própria estabilização monetária tem contribuído para as transformações ocorridas na área do crédito popular, não só quanto ao seu alcance quantitativo (que, apesar do crescimento recente, permanece ainda bastante limitado, considerando o seu universo potencial) como principalmente em relação ao seu significado no campo das políticas

públicas. De experiências isoladas e diminutas, praticamente desconhecidas fora de um restrito círculo institucional, os programas de microcrédito vêm se convertendo em tema prioritário na agenda de organismos multilaterais e de diversas esferas governamentais.

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as potencialidades e desafios dos programas de crédito popular. A partir de elementos de avaliação da trajetória desses programas no Brasil, são examinadas suas principais características e seu papel no contexto de uma estratégia de desenvolvimento.

EXPERIÊNCIAS IMPLEMENTADAS POR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Pode-se dizer que, no Brasil e em outros países da América Latina, já existe hoje um acervo de experiências, conduzidas principalmente por entidades não governamentais, que vêm pavimentando caminhos e indicando alternativas de política neste campo. Vivendo um processo de expansão na atual década, tais iniciativas surgiram no Brasil nos anos 80, contando com a orientação e o apoio de entidades internacionais, como a ACCI-ON, o UNICEF e o BID. 1

As considerações a seguir referem-se basicamente às conclusões de estudo realizado pelo Napp no início de 1997 acerca de um conjunto de experiências não governamentais de microcrédito hoje em curso.² Foram analisadas as características,

diferenças e similitudes entre os programas, considerando as linhas de ação, as condições operacionais, as metodologias de financiamento e os indicadores de desempenho de cada iniciativa.

Ao contrário de outros países da América Latina, onde já na década de 80 existiam diversos programas de crédito popular em funcionamento, no Brasil esses programas surgiram principalmente ao longo da atual década. Se, por um lado, este fato ressalta a crescente importância que o crédito direcionado para unidades de pequeno porte vem adquirindo no cenário brasileiro, indica também que a maioria dos programas encontra-se ainda em formação, sem ter desenvolvido plenamente suas potencialidades

Entre as iniciativas abordadas no estudo, com exceção do MOC e da APAEB, que atuam predominantemente no meio rural, o público-alvo dos programas atende a um recorte semelhante: microempreendedores, formais e informais, dos setores de produção, serviços e comércio. Este último setor apresenta clara predominância, o que se explica pelo fato das condições de finan-

¹ Entre as entidades internacionais que introduziram o apoio ao microcrédito no Brasil, destaca-se também a GTZ, com a particularidade de direcionar a cooperação para agências ligadas ao setor público (através do PRORENDA, que tem como programa mais consolidado o SINE-Ceará). 2 Esse estudo, realizado por solicitação do BID, envolveu o exame de nove experiências nas regiões Sul (PortoSol e Banco da Mulher/PR), Sudeste (Mãos de Minas / Centro Cape) e Nordeste (Ceape/PE, Ceape/PB, Caixa do Povo, Orgape, MOC e Apaeb/Valente).

ciamento predominantemente adotadas (crédito para capital de giro, com prazos curtos de amortização) se adequarem principalmente à sua dinâmica.

Outro traço comum às experiências de microcrédito urbano abordadas consiste na concessão de financiamento exclusivamente a empreendimentos já existentes (em geral com, no mínimo, seis meses de funcionamento). Embora com-preensível do ponto de vista da administração financeira da linha de crédito (uma vez que o financiamento da

área apresentam um perfil diversificado quanto ao nível de especialização dos serviços e à combinação, em maior ou menor grau, de seus instrumentos de ação. Como situações extremas, encontramos desde instituições estritamente vocacionadas para o apoio creditício (como o PORTOSOL) até outras que desenvolvem múltiplos programas e mantêm estruturas departamentalizadas, onde as ações associadas ao crédito podem perpassar mais de um setor ou, ainda, assumir um caráter transgente de crédito, envolvendo, em geral, visitas do agente à residência e/ou local de trabalho do usuário e um monitoramento (com intensidade variável) das atividades financiadas. Por último, o modelo ressalta a importância de que o financiamento ocorra dentro de uma lógica de mercado, o que implica incidênciade juros reais e implementação de mecanismos de cobrança e penalização de usuários inadimplentes.

Como demonstra a trajetória destes programas, essa metodologia de financiamento vem



criação de empreendimentos envolve uma dose de risco maior, além de demandar recursos mais elevados), esta diretriz tende a reduzir os impactos dos programas, especialmente em regiões menos desenvolvidas.

Já no caso dos programas rurais tratados no estudo, o apoio creditício está associado a um processo de reestruturação das unidades produtivas que, na prática, significa a implantação de novas atividades sobre uma base territorial pré-existente. Nestas experiências, constitui-se um modelo de intervenção que, replicado em maior escala, pode ser fator de mudança efetiva naeconomia regional.

As entidades que atuam na

institucional (casos da APAEB Valente e do programa MOC/ APAEBs).

A tecnologia creditícia adotada pelas experiências de microcrédito urbano analisadas possui uma inspiração metodológica comum. A ênfase principal desse modelo reside na concessão de empréstimos de curto prazo, com valor pequeno e ascendente a cada renovação. A exigência tradicional de apresentação de garantias reais (que em geral inviabiliza o acesso dos segmentos de menor renda) é substituída pelo aval solidário ou individual.

Outra característica central refere-se à existência de uma relação personalizada do cliente com o a-

se revelando eficaz, no sentido de compatibilizar o acesso de setores normalmente excluídos do crédito convencional com a adoção de critérios de segurança creditícia, capazes de assegurar a saúde financeira das respectivas carteiras.

Por outro lado, é inegável que as condições de financiamento adotadas limitam os impactos econômicos dos programas. Em particular, o valor reduzido dos créditos e os prazos curtos de amortização inviabilizam a utilização do recurso para fins de investimento, limitando na prática o campo de aplicação dos empréstimos ao financiamento de capital de giro. Deve-se considerar,

no entanto, que a opção por prazos e valores reduzidos de empréstimo decorre não só de uma orientação metodológica, mas também da situação de reduzida liquidez em que operam a maioria dos programas.

Outra questão relaciona-se com os encargos financeiros dos empréstimos, que incluema cobrança de taxas de juros anualizados de até 80% (ou 63% reais, considerando-se uma projeção inflacionária de 10% a.a.). Trata-se sem dúvida de um patamar bastante elevado, não só frente aos padrões internacionais, mas também em relação à rentabilidade das atividades financiadas.

Como indicador básico da saúde financeira dos fundos de crédito, cabe considerar a questão do retorno dos empréstimos. Tomando-se proporção do valor em atraso (no caso, acima de trinta dias) sobre o total da carteira ativa, constata-se que, em 1996, estes índices

mantiveram-se favoráveis, sendo inferiores a 3% em quase todos os programas. Como fatores que pressionam positivamente estas taxas, pode-se destacar o estímulo à renovação dos créditos e os mecanismos de acompanhamento e controle.

O número de créditos concedidos no último ano indica que a cobertura efetiva dos diversos programas é ainda bastante restrita. Mesmo experiências com maior alcance (como o CEAPE/ PE e o PORTOSOL) atendem a um público limitado face ao potencial da demanda nos municípios onde atuam.

O momento atual no Brasil apresenta-se amplamente favorável a expansão destas iniciativas a partir de instituições vocacionadas e profissionalizadas para atuar na área do crédito popular, tanto pelo crescimento dos programas em curso quanto pela criação de novas entidades com este perfil. Por outro lado, deve-se considerar que a replicação das iniciativas de crédito popular em

O APOIO A MODELOS ALTERNATIVOS
DE GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES, COMO O
TRABALHO AUTÔNOMO E OS
PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DE
BASE FAMILIAR OU ASSOCIATIVA, VEM
SE FIRMANDO COMO ELEMENTO
CENTRAL DE ESTRATÉGIAS
DESTINADAS A REVERTER (OU, PELO
MENOS, MINIMIZAR) A TENDÊNCIA À
QUEDA DOS NÍVEIS DE EMPREGO E
RENDA DE PARCELAS SIGNIFICATIVAS
DA POPULAÇÃO.

uma escala mais ampla irá demandar um conjunto complexo de iniciativas, envolvendo identificação de potencialidades, estabelecimento de parcerias, capacitação das instituições e do público-alvo e, especialmente nas regiões mais pobres, suporte à implantação de novas entidades intermediárias. Trata-se de um longo caminho que apenas começa a ser percorrido.

O MOVIMENTO DOS ATORES NA ESFERA GOVERNAMENTAL

A partir de meados da década de 90, a questão vem sendo assumida na esfera do Governo Federal. A preocupação com o crédito para pequenos empreendimentos permeou a formulação do PROGER, no âmbito do Ministério do Trabalho / Codefat e, mais recentemente, levou à criação do Programa de Crédito Produtivo Popular, por parte do

BNDES. Hoje, ambos os programas estão inseridos entre os 42 projetos considerados estratégicos pelo Governo Federal, de acordo com o plano de metas ou plano "Brasil em Ação", apresentado em agosto de 1996.

Surgido a partir de proposta originada

do Comunidade Solidária, o Programa de Crédito Produtivo Popular comporta duas vertentes, o BNDES Solidário, que transfere recursos para fundos geridos por entidades não governamentais dedicadas ao crédito produtivo popular, e o BNDES Trabalhador, que prevê a constituição de um fundo especial para créditos em cada estado interessado, cujo funcionamento supõe o papel ativo das

Secretarias de Trabalho e das comissões estaduais e municipais constituídas nos marcos do sistema público de emprego.

Além do fato de que, pela primeira vez nos quarenta anos de existência do BNDES, constituiuse um fundo destinado a este

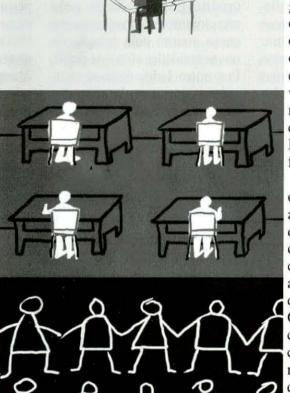
público, salientasse o reconhecimento da importância das organizações não governamentais como agentes de financiamento para empreendedores de baixa renda, que não têm acesso ao crédito bancário. Há que se ressaltar, todavia, que o programa, lançado há quinze meses, encontra-se em estágio bastante incipiente, sem obter ainda os impactos correspondentes à expectativa gerada. Ao final de outubro de 1997, apenas duas entidades haviam sido atendidas pelo programa: PORTOSOL (Porto Alegre) e VIVA-CRED (Rio de Janeiro).3

O BNDES Solidário deverá obter um reforço significativo a partir do convênio celebrado com o BID, envolvendo o aporte de R\$ 5 milhões para capacitação institucional,

montagem e desenvolvimento de organizações não governamentais (sejam "ONGs puras" ou "ONGs mistas", criadas por iniciativa de governos municipais). Contudo, há fatores que vêm dificultando a expansão do programa, entre os quais podese destacar: i) a rigidez nos critérios de celebração de convênios, com exigências excessivas face à realidade dos programas em curso ou passíveis de implantação; ii) a gestão de-

masiado centralizada do programa e iii) as limitadas condições operacionais, dada a reduzida equipe técnica responsável por sua execução, no âmbito do BNDES.

No tocante ao BNDES Trabalhador, as restrições ope-



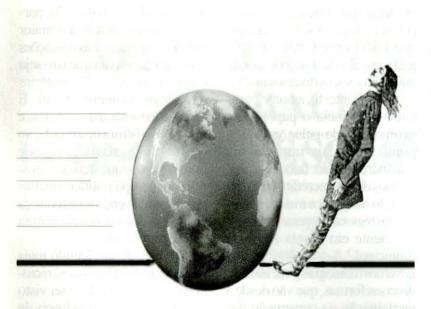
racionais recaem sobretudo sobre sua estrutura institucional, que envolve um conjunto complexo de atores e condições, com papéis ainda indefinidos quanto a questões-chave como a natureza dos gestores dos fundos e dos agentes financeiros. Até que ponto poderá ser atendido o requisito de simplificação de fluxos e procedimentos, estrangulamento clássico nos programas oficiais? Do ponto de vista do BNDES, é afirmado

que, embora partindo de alguns princípios como a aposta no sistema público de emprego (com o estímulo à organização e o fortalecimento das comissões municipais), há uma postura de flexibilidade para que os processos reais possam indicar

caminhos e, inclusive, as duas vertentes (ONGs e sistema público de emprego) venham a se combinar criativamente em experiências locais. Porém, até outubro de 1997, nenhum estado havia firmado convênio no âmbito do programa, havendo perspectivas de implantação inicial na Bahia e Minas Gerais até o final do ano.

No caso do PROGER, o programa foi concebido após extensa e ampliada discussão, sob coordenação do Ministério do Trabalho, já com a intenção básica de atingir o microempreendimento informal. O PROGER e o PROGER Rural constituem-se em linhas de crédito disponíveis para micro e pequenos empreendedores (pessoas físicas, empresas, associações e cooperativas), com recursos

3 No âmbito do BNDES Solidário, encontravam-se em vias de ser firmados convênios com "ONGs mistas" (criadas a partir da iniciativa de governos municipais), nos municípios de Juiz de Fora, Blumenau e Londrina. Contatos já haviam sido efetivados em Vitória (ES), Belém (PA), São José dos Campos (SP) e Petrópolis (RJ). Previa-se ainda, após longo periodo de gestação, aprovação de convênios com parte dos escritórios da rede CEAPE (vinculada à FENAPE) e com algumas seções estaduais do Banco da Mulher.



do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, disponibilizados através de agên-cias do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e da Caixa Econômica Federal. As ações do PROGER efetuam-se de forma descentralizada (tendo as Secretarias de Trabalho/SINEs como executores estaduais), sendo que a definição do segmentos prioritários e o acompanhamento dos programas cabe às comissões estaduais e municipais de emprego.

Hoje sendo implementado, o PROGER carece de uma avaliação ampla e que se tornasse sistemática, possibilitando inclusive a maior eficácia na atuação por parte dos próprios atores envolvidos. Há situações distintas na implementação do programa, que refletem diferenças quanto à capacidade de adaptação dos agentes financeiros e das Secretarias de Trabalho/SINEs, principalmente quanto à possibilidade efetiva de operar com o segmento informal, onde a ação institucional estaria obtendo pouco sucesso na maioria dos estados.4

CREDITO & OUTRAS MODALIDADES DE APOIO: FONTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A possibilidade dessas experiências virem a apresentar reflexos positivos em um cenário econômico mais amplo dependerá também da sua articulação com outras modalidades de fomento a microempreendimentos, em particular na área da capacitação técnica e gerencial. Com efeito, o acesso ao financiamento não substitui a necessidade de uma ação institucional voltada para superar o enorme fosso existente entre o nível de capacitação demandado pela economia contemporânea e as debilidades tecnológicas e organizacionais da grande maioria das unidades de pequeno porte no Brasil.

Como se pode constatar, há enfoques diferenciados quanto à necessidade de um mesmo ator institucional conjugar crédito com outros serviços (como assessoria e capacitação). Uma das perspec-

tivas apontadas é a parceria de instituições especializadas (e não necessariamente multivocacionadas) para articular crédito, capacitação técnico-gerencial, assessoria, apoio à comercialização e ainda a viabilização de bases materiais para novos empreendimentos (à maneira das incubadoras). Por outro lado, ainda inexistem modelos plenamente implantados com este contorno.

No que se refere especificamente aos programas de crédito, outra questão chave diz respeito à capacitação institucional, tendo como núcleo a formação de agentes de crédito. Como se torna claro, o perfil requerido para atuar tecnicamente no crédito popular é bastante distinto do sistema bancário tradicional. Há que se formar agentes e em escala ampliada. Isto demanda multiplicadores, centros de formação, enfim, recursos financeiros e esforços conjugados para avançar expressivamente na superação desta lacuna, o que tende a recolocar o papel de instituições como o Ministério do Trabalho e as próprias agências internacionais de fomento que agiram pioneiramente na experiência de crédito popular no Brasil.

Em termos gerais, é consensual que há uma demanda efetiva para o crédito popular. Por outro lado, são necessárias ações que

⁴ Salienta-se que mesmo o Banco do Nordeste, que vem tendo um desempenho reconhecidamente mais efetivo do que o Banco do Brasil, na implantação do PROGER, volta-se agora para a criação de um novo programa de microcrédito, direcionado para segmentos de baixa renda, com empreendimentos sobretudo informais. Na gestação deste programa, o Banco do Nordeste vem contando com consultoria da Accion Internacional, à qual também a rede FENAPE é vinculada.

combinem a perspectiva de um desenvolvimento autosustentável com o combate à exclusão social. Examinando-se de uma perspectiva social, parece claro que a emergência das iniciativas de crédito popular vem democratizando o acesso ao crédito. permitindo a incorporação de segmentos predominantemente de baixa renda, tradicionalmente excluídos dos esquemas convencionais de financiamento. Na medida em que o crédito articulase com as estratégias de incremento da renda familiar desses setores, essas iniciativas adquirem uma nítida conotação social, atuando como contrapeso às tendências de concentração de renda e ampliação das disparidades sócio-econômicas.

Por outro lado, um traço comum das experiências hoje existentes refere-se às dificuldades enfrentadas na incorporação de usuários situados abaixo da linha da pobreza absoluta, já que estes, na maioria dos casos, não dispõem das condições educacionais, culturais e econômicas mínimas para internalizar o apoio recebido. Isto significa que as políticas de crédito direcionadas a setores de baixa renda não podem ser compreendidas como substitutivo de um sistema efetivo de proteção social. Revela-se, assim, a importância de ações voltadas para a integração social desses setores (como os programas de renda mínima, associados com o reforço da escolarização e da qualificação profissional), inclusive como prérequisito para a sua inserção no universo do trabalho.

No campo do fomento a iniciativas econômicas de pequeno porte, torna-se cada vez mais evidente que a generalização e potencialização desses programas não poderá prescindir de uma participação decisiva do poder público, nos seus diversos níveis.

Neste contexto, assume particular relevância o papel a ser desempenhado pelos governos municipais. Sua importância transparece pelo fato dos programas de microcrédito (mesmo quando integrados a redes nacionais ou regionais) operarem essencialmente em escala local ou municipal.5 A contribuição dos governos municipais pode assumir diversas formas, que vão desde a participação na construção das estruturas de operacionalização dos programas até o envolvimento e mobilização dos diversos atores comunitários, de forma a integrar as ações no campo creditício com outras dimensões do desenvolvimento local.

HOJE SENDO
IMPLEMENTADO, O
PROGER CARECE DE
UMA AVALIAÇÃO
AMPLA E QUE SE
TORNASSE
SISTEMÁTICA,
POSSIBILITANDO
INCLUSIVE A MAIOR
EFICÁCIA NA
ATUAÇÃO POR
PARTE DOS
PRÓPRIOS ATORES
ENVOLVIDOS.

A necessidade de integração entre diferentes meios de fomento é real: o crédito puro e simples não tem nenhum poder mágico. Mas o crédito combinado com a capacitação, com o apoio ao nível

de mercado, envolvendo parcerias e redes, já tem um maior potencial de efeito, e as condições estão maduras para que isto seja experimentado à luz de estratégias de desenvolvimento local. É necessário tornar mais concreta e operante a cultura de articulação que vem se gestando, ainda de forma difusa, o que significa construir um campo político-institucional de intervenção que fortaleça uma plataforma de economia popular e solidária.

Por fim, de um ângulo mais abrangente, o estímulo aos microempreendimentos deve ser visto como parte de um esforço de inclusão e até mesmo de uma cultura de desenvolvimento. Neste sentido, é fundamental não apenas o acompanhamento e intercâmbio das diversas iniciativas de geração de trabalho e renda em curso no país, mas atingir um novo patamar nesse processo.

Hoje, as potencialidades são bem maiores do que no início na década. Ampliou-se a gama de atores, são mais claras as convergências e os pontos críticos na efetividade das ações. Uma agenda vem se consolidando. O crédito popular é elemento deste campo e pode se associar mais claramente a uma nova cultura de desenvolvimento local, com grande potencial de multiplicação. Isto já indica sua relevância e seu significado.

5 Podem ser citados, exemplarmente, a experiência do Distrito Federal (BRB-Trabalho) e a iniciativa de Porto Alegre, onde se gerou uma entidade com personalidade própria, sem fins lucrativos, que vem se tornando referência de iniciativa pública municipal (PORTOSOL). São crescentes os municípios assumindo esse caminho, com projetos em gestação para o atual período em todas as regiões do país.

O PAPEL CENTRAL DO TRABALHO E A ECONOMIA DE SOLIDARIEDADE

Luis Razeto*

*Filósofo chileno, especialista em economia popular. Autor de artigos e livros acerca da temática da economia popular e a empresa solidária.



Neste artigo, se expõem um conjunto de convicções e idéiasforça, de motivações intelectuais e axiológicas, que constituem a matriz fundamental de uma busca teórica e prática, pessoal e social orientada para desenvolvimento do papel central do trabalho e da economia de solidariedade.

Nos últimos anos, tem havido uma renovação e uma intensificação na busca teórica e prática tanto em termos de pensamento criativo quanto na experimentação social concreta - de novas formas econômicas alternativas orientadas para encontrar e aperfeiçoar outros modos de fazer a economia. Estas buscas, cuia tendência é a de situar o trabalho acima do capital, de fazer predominar a solidariedade sobre o individualismo e o ser humano por sobre os produtos e os fatores materiais, podem ser expressas de forma sintética pelos enunciados: "papel central do trabalho" ou "centralidade do trabalho (CT)" e "economia de solidariedade" (ES).

Falar de CT e de ES signi-fica enunciar alguma coisa diferente do que já existe como realidade predominante nas economias e sociedades contemporâneas. Em ambas formulações fica muito explícito o distanciamento crítico das estruturas das economias vigentes, assim como a projeção de uma realidade diferente. Com ambas expressões enuncia-se um projeto ou, pelo menos, uma orientação teórica e prática fundamentalmente transformadora.

ENFOQUE CRÍTICO E TRANSFORMADOR

A economia atual não é solidária nem se manifesta nela o papel central do trabalho. Ao

contrário, analisando-a, deparamo-nos com o predomínio e a centralidade do capital e do Estado. O trabalho encontra-se em situação subordinada e periférica; encontra-se diante de uma organização social na qual predominam os interesses privados individuais e os interesses das burocracias do Estado. dentro de um esquema de relações baseadas na força e na luta, relegando para um plano totalmente secundário tanto os sujeitos quanto as relações de cooperação e de solidariedade.

Desde a "grande crise" dos anos 30, sabemos que não é possível a existência de um capitalismo homogêneo que possa prescindir de uma dose consistente e substancial da economia pública e estatal. A partir da derrubada do socialismo real, sabemos que não é possível um estatismo homogêneo, que possa prescindir a uma dose consistente e substancial da economia individual e privada.

O que ainda temos que aprender é que em estas economias mistas, nas quais o capital e o Estado convergem na subordinação do trabalho e das relações de comunidade e de solidariedade, estão longe de produzir respostas adequadas para as necessidades, aspiracões e fins dos seres humanos. Realmente, embora estas economias se mostrem eficientes na geração de riqueza, também o são na geração da pobreza. Mostram uma boa capacidade para a produção abundante de bens, mas também são potentes na produção de males. Se permitem que uma parte das necessidades humanas sejam satisfeitas, dificultam e inibem a satisfação de outras, dando lugar à uma qualidade de vida insatisfatória.

O SER HUMANO MERECE MUITO MAIS

O predomínio do capital e do Estado nas economias e sociedades modernas e contemporâneas, por um lado, tem aberto um espaço para grandes empresas e Estados poderosos, por outro, tem permitido também que hoje exista uma maioria imensa de homens e mulheres inseguros, dependentes, temerosos, insatisfeitos, sofredores, fracos e bastante infelizes.

Não me parece de difícil compreensão que a redução dos seres humanos a esta situação lamentável se deva ao capitalismo e ao estatismo. O trabalho é a atividade e principal meio pelo qual o ser humano desenvolve as suas potencialidades, apossa-se da realidade e a transforma de acordo com suas necessidades e fins, manifesta e agrega a sua criatividade, abre o caminho para o conhecimento, humaniza o mundo e se autoconstrói em níveis de subjetividade crescentes. Mas, o capitalismo tem implicado no fato de que a maioria dos seres humanos não tem acesso aos meios e recursos necessários para exercer a atividade de trabalho com esse sentido tão pleno, de maneira que possa empreender e desenvolver iniciativas que lhe permitam controlar suas condições de vida e desenvolver seus próprios projetos criativos.

Ao reduzir o trabalho a essa situação subalterna, o capita-

lismo impede que ele expresse sua riqueza de sentido e de conteúdos. Se o trabalho fica reduzido ao emprego, o ser humano que o realiza é apenas um empregado: um sujeito dependente, instrumental. O estatismo também não ajuda a elevar o ser humano a sua condição humana, porque nele o trabalho humano também é colocado em uma condição subalterna. Ao ser colocado como um funcionário, um empregado do Estado, o trabalhador também carece dos meios necessários para empreender obras próprias de forma autônoma, nas quais possa expressar e desenvolver suas potencialidades criadoras. Quando o Estado cumpre funções empresariais excessivas e o âmbito das suas atribuições é grande demais, os seres humanos e as comunidades de trabalho têm muito poucas oportunidades para desenvolver-se dentro de um marco amplo de possibilidades que o trabalho proporciona.

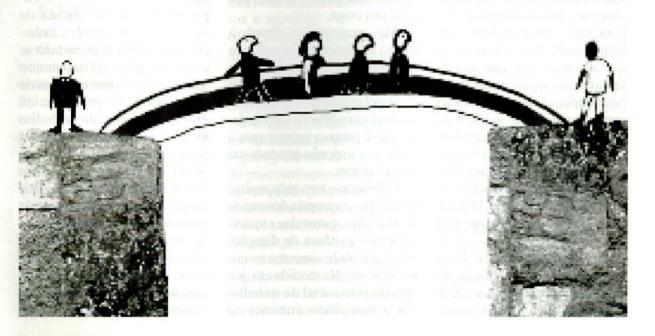
EMPOBRECIMENTO DO TRABALHO HUMANO

A imensa maioria dos seres humanos tem perdido o controle sobre suas próprias condições de vida, porque tem transferido para o empresário capitalista ou para o Estado todas as iniciativas e capacidades de empreendimento. Pelo empobrecimento e pela expropriação dos recursos de produção e das capacidades de organizar, gerir e de tomar decisões a que o trabalhador, as famílias, as comunidades e os grupos médios têm sido submetidos, também tem havido um empobrecimento do conteúdo cognitivo e tecnológico do trabalho de grandes multidões de trabalhadores.

O trabalhador desconhece os processos tecnológicos nos quais participa, limitando-se à execução de atividades sem compreender as relações e o

significado delas no conjunto do processo. Um grupo reduzido de seres humanos concentra os meios materiais e financeiros da produção; outro grupo, pequeno também, concentra a informacão e o conhecimento dos processo tecnológicos e científicos implicados na produção; as capacidades para a tomada de decisões também se encontram concentradas em poucas cabeças. Para a imensa maioria dos seres humanos, precisamente aqueles que nós identificamos como trabalhadores, fica apenas a capacidade de trabalho em geral, indiferenciada e parcial - e tudo que eles podem fazer com ela é oferecê-la ao mercado para alguém que deseje empregá-la.

Uma vez alcançada a grande meta, a ansiada condição de empregado, o trabalhador depende a vida toda do empregador, seja este empresário capitalista ou o Estado. Este ser humano submetido, dependente,



inseguro, temeroso e fraco, sofrido e sofredor, se não tiver desenvolvido qualidades especiais e energias de resistência moral e cultural que o levem a se organizar, a participar de sindicatos, a comprometer-se com processos políticos ou comunitários com fins superiores, geralmente acaba se aviltando. E o que dizer do estado em que cai aquele trabalhador que nem sequer chega à condição de empregado? Como alguém pode ter uma boa auto-estima se nin-

guém está interessado na sua força de trabalho, que é oferecida pelos mais baixos níveis de salário?

Do lugar mais fundo da miséria e da marginalidade, há o começo de um processo surpreendente: o lento redescobrimento do homem e da mulher que existe em cada um, mesmo empobrecido e excluído da sociedade, e com ele, a

valorização das forças e das próprias capacidades para ser e para fazer, de trabalhar e de empreender. Mas, este processo não acontece de forma espontânea em um ser humano isolado, pelo simples efeito de uma reação natural ao se chegar ao fundo do poço. O caminho ascendente inicia-se com a chegada de uma força que em definitivo constituise na mais poderosa das forças: a solidariedade que liberta, criando vínculos de organização e de comunidade.

É bem verdade que estas experiências de organização econômica popular que surgem nos grupos mais pobres e excluídos constituem apenas um início extremamente precário e fraco, mas real, de formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posições centrais. O papel central do trabalho não se busca como projeto, mas é motivado pelo fato simples e rasteiro de que, nesta situação, o trabalho é o único fator disponível, já que os outros fatores - meios materiais, tecnologias, capacidades de gestão, financiamentos - são tão escassos e pequenos que mal poderiam se

AO REDUZIR O TRABALHO
A ESSA SITUAÇÃO SUBALTERNA,
O CAPITALISMO IMPEDE QUE ELE
EXPRESSE SUA RIQUEZA DE
SENTIDO
E DE CONTEÚDOS. SE O TRABALHO

FICA REDUZIDO AO EMPREGO,
O SER HUMANO QUE O REALIZA É
APENAS UM EMPREGADO: UM
SUJEITO DEPENDENTE,
INSTRUMENTAL

constituir como centro de qualquer coisa.

Mas, o caminho em direção à CT e à solidariedade econômica não precisa começar desde tão embaixo. Para reverter o processo de empobrecimento e de subordinação do trabalho e da comunidade não é preciso esperar que a situação se imponha com toda sua força redutora.

O processo tem sido assim: um grupo se apropria dos meios de trabalho, outro das capacidades de gestão e de direção, outro dos conhecimentos tecnológicos, etc. Na medida em que esta divisão social do trabalho vai se produzindo, a maioria vai

ficando com a capacidade de trabalho residual, que implica no empobrecimento do próprio ser humano. Ao mesmo tempo, os vínculos com a comunidade humana vão se rompendo porque os seres humanos, com diversas potencialidades, relacionam-se em termos competitivos, conflitivos, dando lugar a relações de força e de luta. Os seres humanos empobrecidos não se relacionam na riqueza das suas qualidades, mas na pobreza e na ho-mogeneidade das suas carên-

cias. A sociabilidade entre seres tão pobres e parciais não constitui comunidades, mas massas.

Reverter este processo significa avançar na recuperação e na integração da riqueza dos conteúdos do trabalho nas pessoas e nos grupos humanos reais. Mais concretamente, trata-se de que o tra-

balhador volte a adquirir capacidades para a tomada de decisões, que desenvolva conhecimentos acerca do como fazer as coisas, que recupere o controle e a propriedade sobre os meios de trabalho. Este processo de enriquecimento do trabalho implica, simultaneamente, em um potenciamento progressivo do ser humano para a superação da dependência, da sua precariedade extremada, da sua pobreza e da sua insegurança. O ser humano vai se fazendo novamente na sua capacidade de empreender, de criar, de trabalhar de maneira autônoma, de ter o controle sobre suas condições de existência.



Isto não é possível de se verificar a não ser no encontro entre os próprios seres humanos, na cooperação e na formação de comunidades, nas quais o trabalho dividido vai se recompondo socialmente. Nos desenvolvemos e nos enriquecemos uns aos outros quando não nos vinculamos em termos de luta ou de conflitos e sim dentro da reciprocidade e da solidariedade. O enriquecimento do trabalho, condição para que este recupere o seu papel central, requer um desenvolvimento das relações de cooperação. É aí que se encontram os processos dirigidos ao papel central do trabalho e à economia de solidariedade.

A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E SOLIDARIEDADE

O que chamamos de economia de solidariedade não consiste em um modo definido e único de organizar unidades econômicas. Trata-se de um processo multifacetado através do qual incorporamos solidariedade à economia. Digo "incorporar solidariedade à economia" com uma intenção muito precisa. Estamos habituados a pensar na relação entre economia e solidariedade de uma forma diferente. Muitas vezes temos ouvido dizer que devemos nos solidarizar, como uma forma

de mitigar alguns defeitos da economia ou de resolver alguns problemas que a economia não tem conseguido superar. Tendemos a supor que a solidariedade deve se realizar uma vez que a economia tenha cumprido com a sua tarefa e tenha completado seu ciclo. O tempo da economia vem primeiro, ou seja, o tempo para que os bens e os serviços sejam produzidos e distribuídos. Uma vez efetuada a produção e a distribuição, seria o momento da solidariedade para compartilhar e ajudar aqueles que ficaram desfavorecidos ou aqueles que mais precisam. A solidariedade começaria quando a economia tivesse terminado sua tarefa e função específica. A solidariedade seria colocada em prática com os resultados - produtos e serviços - da atividade econômica, mas a atividade econômica em si e seus produtos não seriam solidários.

O que aqui sustento é diferente do que foi mencionado, isto é: que a solidariedade seja introduzida na própria economia e que opere nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição, consumo e acumulação. E que seja introduzida para que compareça na teoria econômica, superando uma ausência muito notória nesta disciplina, na qual o conceito de solidariedade não aparece de forma espontânea.

OS MOTIVOS E CAMINHOS DA ECONOMIA DE SOLIDARIEDADE

Sendo este o sentido, a direção e o significado do processo, podemos descobrir situações e motivos diferentes, que por sua vez constituem-se em vias pelas quais diversas pessoas têm acesso ou se aproximam para procurar alguma participação na ES e na centralidade do trabalho.

A primeira situação à qual aludo, refere-se à pobreza, que tem aumentado imensamente nos últimos quinze anos, tanto no Chile quanto em toda América Latina. A distância que separa os ricos dos pobres tem crescido. Por outro lado, tem se verificado uma transformação na realidade da pobreza.

A pobreza tem crescido na medida em que existe uma massa social de pessoas que têm sido excluídas do emprego e do consumo, depois de ter vivenciado algum nível de participação e de integração. Mas com esta situação, o mundo dos pobres também tem se enriquecido de capacidades e de competências técnicas e de organização, já que as pessoas têm permanecido ativas mesmo quando nem as empresas nem o Estado lhes dão uma ocupação.

A GRANDE DIFERENÇA, EM RELAÇÃO ÀS **REVOLUÇÕES** ANTERIORES, ESTÁ EM QUE, NA **ECONOMIA** SOLIDÁRIA, NÃO É PRECISO ESPERAR PELA TOMADA DO PODER POLÍTICO PARA QUE OS AVANCOS ACONTEÇAM - ELA MESMA É PARTE DA TOMADA DO PODER POLÍTICO, ELA MESMA É PARTE DA REVOLUÇÃO, ELA MESMA É PARTE DA TRANSICÃO E DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO.

Tem se verificado o surgimento de uma imensa quantidade e variedade de atividades e de organizações econômicas, através das quais numerosos setores populares têm desenvolvido iniciativas pessoais, familiares, associativas e comunitárias com que têm gerado uma economia popular incrivelmente variada.

É o povo pobre e excluído que se tem ativado economicamente com a expectativa de satisfazer suas necessidades e abrir caminhos na vida. Tem feito isto não apenas por meio da oferta passiva de sua força de trabalho no mercado ou por

meio da reivindicação dos seus direitos perante o Estado e os organismos públicos, mas pelo uso de suas próprias forças e recursos, e muitas das vezes se associando a outros e se organizando grupal e comunitariamente.

A pobreza e esta economia popular que surge dela constituem o primeiro motivo que orienta a perspectiva da ES, porque os modos de desenvolver a economia que surgem do povo - de maneira espontânea ou por indução de agentes externos que o apoiam - não correspondem às formas de comportamento preconizadas pelas teorias econômicas convencionais.

De fato, observamos que pelo menos uma parte desta economia dos pobres dá lugar a comportamentos que não correspondem àqueles do "homo economicus" que as teorias neoclássicas supõem, mas sim a outros que expressam uma cultura que se dispõe a encontrar na comunidade e no entorno social mais próximo os meios necessários para viver. Esta economia popular solidária tem sido, e está sendo, capaz de também suscitar um movimento de solidariedade, do qual participam pessoas e instituições dispostas a colaborar com ela pela contribuição de recursos, idéias e trabalho.

Nesta economia popular, o trabalho assume o seu papel central espontaneamente, por-que as pessoas que organizam as unidades econômicas são trabalhadores cujo principal recurso e fator de investimento e de gestão é, precisamente, o trabalho. Valorar o trabalho próprio é o objetivo principal que define a racionalidade destas pequenas

empresas de trabalhadores, onde o trabalho não está marcado pela forma assalariada, mas pela autonomia e pelo trabalho associativo ou em cooperação.

Uma segunda situação, que assinala a necessidade de se introduzir mais solidariedade na economia e que também impulsiona a busca do papel central do trabalho, emerge do mundo do trabalho assalariado e dependente nas empresas privadas e públicas através das organizações tradicionais dos trabalhadores. Trata-se de questões como: incrementar a riqueza dos conteúdos do trabalho: melhorar as condições em que o trabalho se desenvolve; dar ênfase aos efeitos que o trabalho produz na saúde física e psicológica do trabalhador; buscar ativamente uma maior participação, comecando por um maior acesso a crescentes níveis de informação; lutar pelo controle do processo de decisão em diferentes âmbitos, cuja repercussão seja direta sobre os trabalhadores; etc.

AGE OAG LOZ

CAMPO LIMITADO
DO POLÍTICO PARA
TRANSFORMAR A
ORDEM CAPITALISTA
NECESSARIAMENTE
EXIGE UMA
COMPLEMENTARIDADE
SIMULTÂNEA COM
NOVAS FORMAS DE
PROPRIEDADE E DE
PRODUÇÃO,
ENCARNADAS NO
SEIO DA SOCIEDADE
CIVIL.

Uma terceira situação, que propicia a elaboração prática e teórica da economia solidária, origina-se nos movimentos cooperativos e de autogestão. Por muitas décadas, ambos os movimentos têm levado adiante os principais processos de construção de formas econômicas alternativas, sociais e humanistas. Mas, embora esses movimentos tenham se estendido por todas as vertentes da economia e por todos os países do mundo, o cooperativismo e a autogestão têm apresentado muitos limites e situações de crise. Neste sentido, eles não têm conseguido se impor como sujeitos históricos autônomos dotados de uma capacidade efetiva de direção das mudanças econômicas e do desenvolvimento. Embora exista um consenso moral muito elevado a seu respeito, devemos reconhecer que se mantêm em um plano de subordinação a respeito das grandes tendências da economia e da política.

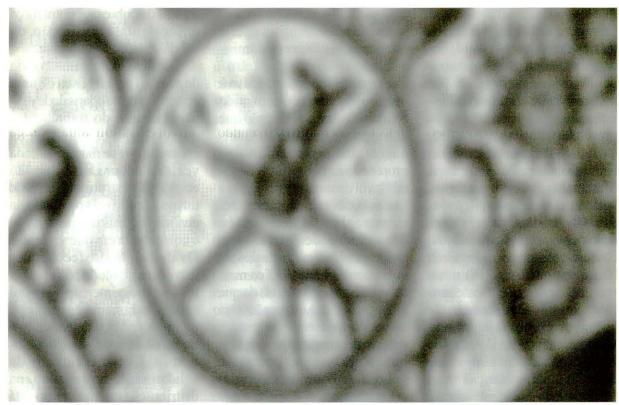
Cabe aqui interrogar-se, então, acerca das potencialidades do cooperativismo e da autogestão, para que possam desenvolver forças próprias de resposta à crise econômicasocial contemporânea e de transformação econômicopolítica. Isto exige ir de maneira profunda na investigação das causas que explicam o desenvolvimento parcial e os problemas que têm emperrado a sua expansão. Neste sentido, coloca-se a necessidade de se indagar de forma mais funda acerca de um possível desenvolvimento de novas formas econômicas que, dentro dos princípios e valores da cooperação e da autogestão, sejam mais eficientes para operar no mercado e nas economias atuais.

A quarta situação que leva à busca de uma economia de solidariedade é a percepção que se tem de que na América Latina não temos conseguido nos enveredar por uma via de desenvolvimento eficaz. Dado o fracasso das estratégias conhecidas e aplicadas, é evidente a necessidade de buscar uma estratégia alternativa de desenvolvimento. Cada dia fica mais claro que há necessidade de que o aspecto alternativo não seja apenas uma estratégia, mas o próprio desenvolvimento que se busca. Primeiro, porque a pobreza em que são mantidas crescentes multidões não alude apenas a uma integração insuficiente a um processo dinâmico, mas à incapacidade estrutural da organização da economia para absorver a capacidade de trabalho e as necessidades de consumo dessa população marginalizada. Segundo, porque aquele segmento de nossas economias que tem conseguido crescer e modernizar-se manifesta evidentes perfis de unilateralidade, de maneira que mesmo aqueles que têm acesso a seus benefícios materiais não têm oportunidades reais para satisfazer outras necessidades e aspirações superiores da pessoa e da comunidade. Por isto, continua-se na pobreza e no subdesenvolvimento em termos das necessidades culturais, relacionais e espirituais, cuja satisfação exigiria outra organização da economia. A demanda por um desenvolvimento alternativo, que ofereca respostas a ambas

formas da pobreza, é outra força que orienta em direção da solidariedade na economia.

O quinto motivo (razão e via de acesso) para a busca de uma economia de solidariedade e do papel central do trabalho é a questão do problema e crise da ecologia, que se manifesta cada vez mais como uma questão econômica estrutural - parte de um problema mais profundo da civilização industrial, materialista e consumista em que vivemos. Os desequilíbrios ecológicos têm raízes no modo pelo qual se leva a cabo o intercâmbio vital entre o ser humano e a natureza. e que se verifica no trabalho e no consumo, ou seja, na economia. Um incremento da solidariedade no trabalho, na distribuição e no consumo está começando a ser percebido como uma forma eficaz para superar a vasta gama de problemas ecológicos que estão nos ameaçando.

A última das motivações - e nem por isto menos importante que levam a uma busca teórica e prática na perspectiva do papel central do trabalho e da economia de solidariedade é uma preocupação especificamente cristã. O campo das atividades e das estruturas econômicas é um âmbito onde entram em jogo e são postos em prova os principais valores e princípios humanistas e cristãos. De um lado, a pobreza extrema que afeta as multidões; de outro, o individualismo e a busca sem limite da riqueza material - enfim, os seres humanos submetidos às estruturas, leis e planos supostamente objetivos. A busca do papel central do trabalho - o trabalho como a "chave de toda a



questão social"- e a construção de uma economia solidária erguem-se como tarefas fundamentais para aqueles que aspiram à evangelização da cultura, da economia e da política.

Ao enunciarmos estas seis situações principais, que motivam a busca de uma economia de solidariedade, estamos indicando já os seus conteúdos e orientações mais relevantes, assim como as tarefas indispensáveis para a sua promoção. Entre estas gostaria de reiterar a importância do estudo, da reflexão e da indagação.

NOVAS RELAÇÕES ENTRE A TEORIA, A PRÁTICA E A ÉTICA

Bem sabemos que nas diferentes teorias econômicas existentes, pouco tempo tem sido dedicado à cooperação e à comunidade, assim como o trabalho é considerado como variável subordinada. O papel que o processo em busca do CT e da ES tem como missão, portanto, é o preenchimento desse vazio. Mas, não se trata apenas de aplicar conceitos, fórmulas e modelos elaborados a partir de realidades econômicas tão diferentes daquelas que aqui nos interessam, já que, se seguirmos esse caminho, avançaremos muito pouco. Devemos assumir que realmente estamos procurando e espalhando uma racionalidade econômica diferente, cuja compreensão exige novos conceitos e uma nova teoria econômica.

Qualquer projeto de mudança precisa de muita reflexão, porque o esforço apenas prático e organizativo, sem o devido acompanhamento de uma elaboração e de um estudo que traga coerência, orientação e

potencialidade às experiências práticas provavelmente deixaria o projeto em um plano subordinado. A reflexão e o trabalho intelectual são o que pode conduzir os movimentos e processos práticos para uma autonomia verdadeira, guiando-os de maneira a alcançarem uma realização mais eficiente e ampla, facilitando-lhes uma maior potência em si mesmos, legitimando-os socialmente, levando-os para um nível de coerência maior, proporcionandolhes um fundamento conceitual indispensável.

A partir do estudo, da reflexão e do intercâmbio de idéias acerca do trabalho e da economia de solidariedade é que emerge a possibilidade de uma profunda renovação da teoria econômica em geral. Mas não se trata de que esta tarefa fique exclusivamente nas mãos dos especialistas. Até porque, como já foi dito, os assuntos da economia são importantes demais para todos e, portanto, não é o caso de deixá-los só para os economistas.

A ciência econômica não é uma disciplina autônoma, que contenha em si todos os elementos indispensáveis para o seu próprio desenvolvimento. Outras áreas do saber proporcionam-lhe bases e fundamentos para sua formulação. Assim, quando indaga acerca da racionalidade e se interroga sobre as necessidades e o bem-estar dos

seres humanos, finca suas raízes na filosofia. Enquanto um saber que se refere às opções que os indivíduos, grupos e sociedades enfrentam, para os quais ela contribui com indicações normativas, ela convoca e recorre à ética e à axiologia. Quando estuda acerca do comportamento dos seres humanos, é preciso que procure fundamentos na psicologia social e na antropologia. Quando investiga processos e fenômenos de cará-

ter fundamentalmente social, busca conhecimentos que a história, a sociologia e a política podem lhe proporcionar.

Além de tudo isso, e como base de qualquer elaboração intelectual de qualidade, encontra-se a experiência humana, multifacetada e permanentemente enriquecida com novos elementos, refletida em diversos graus pelos próprios sujeitos que a estão produzindo, compartilhada em inúmeras conversas. encontros e ocasiões de todo tipo. A partir desta experiência é que emergem o pensamento e o conceito, e só tendo ela como referência é que o trabalho intelectual encontra o seu sentido.

De todas formas, a ES não deverá surgir da reflexão pura nem só do estudo, como também não surgirá da experiência apenas prática, por mais intensa que ela possa ser, e sim da união mútua e enriquecedora de ambos os aspectos.

A POBREZA E ESTA ECONOMIA POPULAR QUE SURGE DELA CONSTITUEM O PRIMEIRO MOTIVO OUE ORIENTA A PERSPECTIVA DA ES. POROUE OS MODOS DE DESENVOLVER A ECONOMIA **OUE SURGEM DO POVO - DE** MANEIRA ESPONTÂNEA OU POR INDUCÃO DE AGENTES EXTERNOS **OUE O APOIAM - NÃO** CORRESPONDEM ÀS FORMAS DE COMPORTAMENTO PRECONIZADAS PELAS TEORIAS ECONÔMICAS CONVENCIONAIS.

> Na época moderna tem se falado tanto da união entre a teoria e a prática, mas talvez nunca antes estas tenham transitado por caminhos tão separados. O que costuma ser esquecido é que o nexo entre teoria e prática não é inerente à teoria ou à prática em si mesmas, é mais um vínculo ético. É sabido que a unidade de teoria e prática requer au

tenticidade, compromisso, consequência. Atrevo-me aqui a agregar que o nexo que une teoria e prática é um vínculo profundo de solidariedade, que é construído quando existe a cooperação entre as pessoas envolvidas em uma prática, uma experiência e um ideal compartilhados.

Pelo próprio fato de ser um vínculo ético, a união entre teoria e prática, é uma tarefa eminentemente política. É na atividade política onde podem se dar importantes passos para

vincular experiências práticas de tantas pessoas, grupos e organizações de base com elaborações intelectuais realizadas por aqueles que sistematizam essas experiências e as projetam no pensamento, na ciência e na cultura. Por meio de uma mediação política apropriada, a teoria e a prática da economia de solidariedade e do papel central do trabalho poderiam se converter em um projeto histórico. É uma tarefa que não

pode ser desenvolvida por consciências mesquinhas ou vontades fracas, pois exige espíritos abertos e generosos. Os que vierem para assumi-la e para iniciá-la serão os verdadeiros pioneiros e fundadores desta civilização da solidariedade e do trabalho, que as últimas formulações do ensino social da Igreja vêm nos chamando a assumir

insistentemente.

PROPOSTA RECOMENDA

Ricardo Salles

GUERRA DO PARAGUAI: escravidão e cidadania na formação do exército



PAZ E TERR

Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado

Ao enfrentar o desafio de fazer uma síntese abrangente, o autor oferece uma contribuição decisiva para a compreensão deste momento e do seu significado em nossa formação histórica.

A tese central do livro é a de que neste período encontra-se a matriz profunda, escravista, da formação nacional. A formação da nação, o Estado, o pensamento político liberal e a cultura romântica são entendidos, ao mesmo tempo, como elementos resultantes e organizadores dessa matriz escravista. Matriz esta que, por isso mesmo, permanece como condicionante de nosso desenvolvimento social mesmo depois da superação formal do trabalho escravo.

Numa perspectiva original este livro assinala como estas idéias, valores e princípios, tão caros ao universo burguês e que ainda hoje organizam nosso imaginário, eram não só absolutamente compatíveis com as sociedades escravistas modernas mas, em larga medida, refletiam seu papel como produtoras da modernidade ocidental.

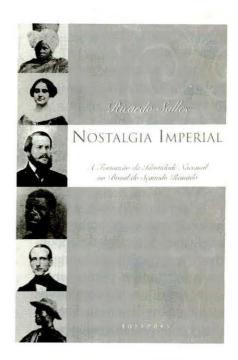
Editora Topbooks: Rua Visconde de Inhaúma, 58/gr. 413 Rio de Janeiro RJ Tel: (021) 233-8718

Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército

Ricardo Salles nos apresenta um livro com conteúdo diferente. Em linguagem clara e documentando suas afirmações, o autor mostra que a estrutura do exército sofria as influências da composição e da mentalidade da sociedade escravista do Brasil da época.

Escravos lutaram contra o Paraguai como homens livres. Mas, se os escravos continuavam sendo discriminados pela sociedade, mesmo quando alforriados, qual era a atitude dos comandantes para com aqueles que deixaram o jugo para fazer uma guerra que não era deles? Como se comportou o exército ante a dualidade escravidão e cidadania?

Editora Paz e Terra: Rua do Triunfo, 177 São Paulo SP Tel: (011) 223-6522



PROPOSTA 76

or oximo numero

Raça e Cultura

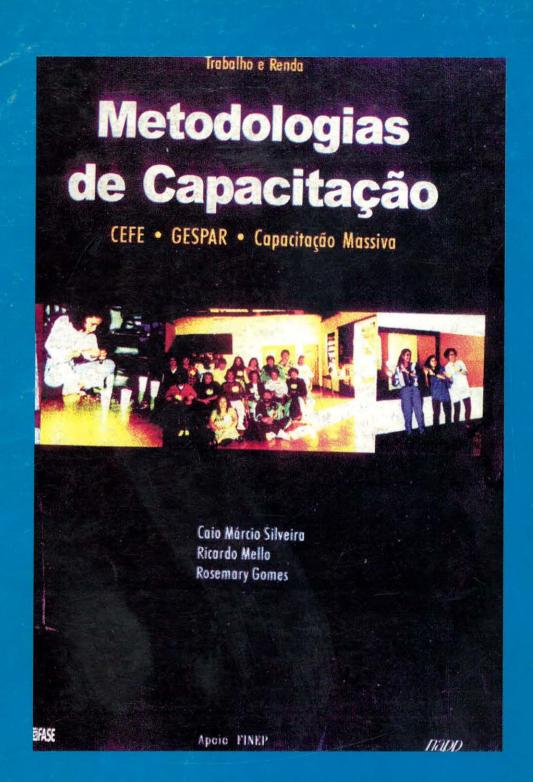
Este binômio tem ocupado lugar central na reflexão sobre uma identidade brasileira: democracia racial, racismo cordial, racismo disfarçado, cordialidade do povo brasileiro, exclusão social são algumas das reflexões que buscaram e buscam dar conta da herança e do futuro históricos do último país ocidental a abolir o trabalho escravo.

Proposta 76 pretende abrir esta temática no campo de reflexão e ação que procura promover.

Pode-se fazer um balanço do que foi e tem sido uma cultura brasileira? Que identidade, e para quem, esta cultura produz?

Ações afirmativas, leis mais rigorosos, avanços dos movimentos negros, que efeitos têm sobre nossa herança cultural? Que perspectivas abrem?

FASE - 35 anos educando para o desenvolvimento e a cidadania



ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209